

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MEIRIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHAPER

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NO CONJUNTO PENAL DE TEIXEIRA  
DE FREITAS - BA: CAMINHOS E DESCAMINHOS

PPGCR  
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 31/01/2018.

VITÓRIA-ES  
2018

MEIRIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHAPER

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 31/01/2018.

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NO CONJUNTO PENAL DE TEIXEIRA DE  
FREITAS - BA: CAMINHOS E DESCAMINHOS

PPGCR  
Faculdade Unida de Vitória

Trabalho Final de Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de Mestre em Ciências  
das Religiões  
Programa de Pós-Graduação em Ciências das  
Religiões  
Faculdade Unida de Vitória  
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Dr. José Mário Gonçalves

VITÓRIA-ES  
2018

Schaper, Meiriane Moreira dos Santos

Educação e religião no conjunto penal de Teixeira de Freitas – BA /  
Caminhos e descaminhos /Meiriane Moreira dos Santos Schaper. -- Vitória:  
UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018.

xii,135 f. ; 31 cm.

Orientador: José Mário Gonçalves

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória,  
2018.

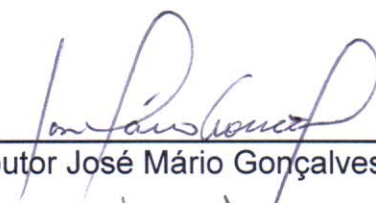
Referências bibliográficas: f. 130-135

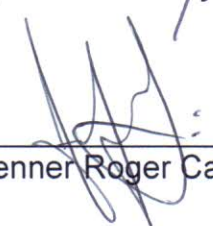
1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Educação e  
religião. 4. Cárcere e educação. 5. Religião e educação. 6. Cárcere e religião.  
- Tese. I. Meiriane Moreira dos Santos Schaper. II. Faculdade Unida de  
Vitória, 2018. III. Título.

MEIRIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHAPER

O PAPEL DA RELIGIÃO NO CONJUNTO PENAL DE  
TEIXEIRA DE FREITAS – BA

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.

  
Doutor José Mário Gonçalves – UNIDA (presidente)

  
Doutor Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA

  
Doutor Leandro do Carmo Quintão – IFES



*"Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violência se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado".*

*Cora Coralina*

## AGRADECIMENTOS

Dedico ao Professor Dr. José Mário Gonçalves por seu carinho e apoio; a cada um dos meus entrevistados, presos, reclusos em um sistema que como muitos entre o crime e a injustiça incham os presídios Brasil a fora; ao Cel. Osiris Moreira, diretor do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, ao Setor de Atividades Laborais e Educacionais, Orlando Berbel e Marcos Nunes (coordenadores); à Assistente Social da Unidade Patrícia Moreno; as professoras Arleide Andrade, Luciana Amorim e Eliane (Professoras do CPTF) por suas contribuições e compreensão quanto à relevância da pesquisa.

De modo especial, dedico aos meus pais, Tereza e Nauil e minhas cinco irmãs, meus dois irmãos e sobrinhos pela paciência e compreensão quanto as minhas ausências em reuniões de família, consideradas por mim importantes, mas que nem sempre pude comparecer nesses últimos dois anos de pesquisa e estudo. A faculdade Unida de Vitória por sua excelência em ensino e aprendizado, seus professores, que ao longo do processo de formação, não se descuidaram dos pré-requisitos necessários a uma boa formação.

E como não agradecer ao homem que me ajudou a alçar vôos, mesmo com asas curtas, me fez acreditar que era possível plainar. Num universo machista onde mulheres de tripla jornada dividem seu tempo entre panelas e livros me fiz acreditar que ir em frente era o melhor... Que com seu jeito tímido e observador fez provar da delícia e da dor de ser quem é.

Valeu amado meu! Valeu por saber ocultar sonhos e segredos e esperar o momento de florescer, para que pudesse perceber na torcida incansável, que chegar ao topo não foi tão importante quanto receber sua ajuda na subida. É importante lembrar que teu apoio renovou minhas forças e foi combustível para que, na escalada ofegante, já perdendo o oxigênio, avistasse a esperança de um ser incompleto. Incompleto aprendizado de uma experiência vivida e que jamais será esquecida!

Assim como o dia que passou é lembrado por alguém que o percebeu como importante, importante foi caminhar com você e com nossos filhos.

Obrigada minha família, Wannner (esposo), Laura (filha), Gabriel (filho) e Júlia (filha, in memoriam)! A vocês minha especial dedicação! Sei que sem vocês não teria conseguido atravessar essa jornada. Jornada esta que nos tirou momentos únicos, mas também nos projetou para tantos outros que a vida certamente nos oferecerá.

A vocês minha gratidão,

Meiriane Schaper.

## RESUMO

A dissertação aqui apresentada intitulada “Educação e Religião no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-BA: caminhos e descaminhos” traz um estudo e análise acerca da rotina dos internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas - CPTF - cidade situada no Extremo Sul da Bahia, observando a rotina dos internos e a relevância da educação e da religião para àqueles indivíduos na unidade prisional. Para melhor observação dos resultados recorreu-se aos seguintes objetivos específicos: pesquisou-se os fatores que engendraram para a reclusão dos sujeitos; analisou-se os contextos históricos e sociais que contribuíram para o aprisionamento dos indivíduos e suas consequências no campo da educação e da religião; verificou-se qual a importância da educação e da religião na vida dos internos observando se estes binômios antecederam o espaço prisional. Para responder tais objetivos se foi a campo com as questões seguintes: Qual a importância da religião e educação na rotina dos internos do CPTF. A prática religiosa antecedia o CPTF. Quais os fatores contribuíram para o fortalecimento da prática educacional e religiosa no ambiente prisional. De base qualitativa, elegeu-se entre outras metodologias o estudo de caso e teve como sujeitos da pesquisa dois internos dos pavilhões “A” e “B” do CPTF, aplicou-se uma amostragem de 100 (cem) questionários aos internos das alas “A” e “B”, entre outros instrumentos de estudo e análise. Como resultado, na apreciação e discussão dos dados constatou-se que 81% dos entrevistados afirmaram que a frequência a uma religião contribui para a mudança no comportamento do apenado. Foi verificada que a religião para os internos do CPTF vai além da proteção ao corpo, à manifestação religiosa contribui de forma positiva com o aspecto emocional dos sujeitos. Certificou-se educação e religião caminham intrínsecas naquele ambiente e que isso acabou por se fazer necessário para sobrevivência de ambas. A educação superou o interesse pela remissão e aparece como uma certeza de conquistas extramuros e pode ser verificada a partir de resultados de aprovação de alunos do CPTF em Universidades. Notou-se ainda uma procura constante pela escola, além de uma frequência regular dos internos às aulas oferecidas. A Unidade Prisional oferece desde a alfabetização à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM. O aporte teórico que perpassou o estudo firmou-se entre outros teóricos, Paulo Freire; Rubem Alves; Carlos Rodrigues Brandão; Michel Foucault; Gilberto Dimenstein.

Palavras-chave: Educação. Religião. Cárcere.

## ABSTRACT

The dissertation presented here entitled "Education and Religion in the Criminal Set of Teixeira de Freitas-BA: ways and ways" brings a study and analysis about the routine of inmates of the Criminal Set of Teixeira de Freitas - CPTF - a city located in the Extreme South of Bahia, observing the routine of inmates and the relevance of education and religion to those individuals in the prison unit. In order to better observe the results, the following specific objectives were used: the factors that generated the reclusion of the subjects were investigated; we analyzed the historical and social contexts that contributed to the imprisonment of individuals and their consequences in the field of education and religion; it was verified the importance of education and religion in the life of prisoners, observing if these binomials preceded the prison space. In order to answer these objectives, the following questions were raised: What is the importance of religion and education in the routine of CPTF inmates? Religious practice preceded the CPTF. What factors have contributed to the strengthening of educational and religious practice in the prison environment. On a qualitative basis, the case study was chosen among other methodologies and had as subjects of the research two interns of pavilions "A" and "B" of the CPTF, a sample of 100 (one hundred) questionnaires were applied to the inmates of the " A "and" B ", among other instruments of study and analysis. As a result, in the assessment and discussion of the data it was found that 81% of the respondents stated that attending a religion contributes to the change in the behavior of the victim. It was verified that the religion for the inmates of the CPTF goes beyond the protection to the body, the religious manifestation contributes in a positive way with the emotional aspect of the subjects. It was made sure that education and religion were intrinsic in that environment and that this eventually became necessary for the survival of both. Education overcame the interest for remission and appears as a certainty of achievements outside the walls and can be verified from the approval results of CPTF students in Universities. There was also a constant search for the school, as well as a regular attendance of the inmates to the classes offered. The Prison Unit offers, from literacy to preparation for the National High School Examination - ENEM. The theoretical contribution that permeated the study was established among other theorists, Paulo Freire; Rubem Alves; Carlos Rodrigues Brandão; Michel Foucault; Gilberto Dimenstein.

Keywords: Education. Religion. Prison.



## LISTA DE SIGLAS

AVP - Atentado Violento ao Pudor

CEE - Conselho Estadual de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CPTF - Conjunto Penal de Teixeira de Freitas

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPP - Projeto Político Pedagógico



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O casamento. ....	28
FIGURA 3 - O mapa da violência. ....	29
FIGURA 4 - Vista parcial do CPTF .....	39
FIGURA 5 - Atividades desenvolvidas no pátio do Pavilhão A. ....	40
FIGURA 6 - Batizado Pátio A CPTF .....	41
FIGURA 7 - Construção do PPP .....	62



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Entrada de Internos CPTB .....	21
GRÁFICO 2 - Religiões que desenvolvem atividades no CPTF.....	46
GRÁFICO 3 - Quanto à faixa etária.....	91
GRÁFICO 4 – Etnia .....	93
GRÁFICO 5 - Moradia da família.....	96
GRÁFICO 6 – Automóveis .....	98
GRÁFICO 7 – Computadores .....	99
GRÁFICO 8 - Renda Familiar .....	100
GRÁFICO 9 - Responsável pela renda familiar .....	101
GRÁFICO 10 - Financeira profissional .....	102
GRÁFICO 11 - Tempo de Detenção .....	104
GRÁFICO 12 - Frequência ao templo religioso quando criança .....	110
GRÁFICO 13 - A escolha religiosa.....	112
GRÁFICO 14 - Nível de Instrução.....	114

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Corpo Funcional CPTF .....	20
QUADRO 2 - Servidores CPTF 2016 .....	20
QUADRO 3 - Relação dos Templos da cidade de Teixeira de Freitas .....	22



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 HISTORICO DO CONJUNTO PENAL DE TEIXEIRA DE FREITAS – CPTF: BREVES APONTAMENTOS .....	19
1.1 Contexto estrutural, econômico e religioso da cidade de Teixeira de Freitas – BA.....	22
1.2 CPTF e juventude .....	25
1.2.1 A vulnerabilidade Juventude e o estigma de ex-presidiário .....	31
1.3 Perfil dos internos do CPTF – Dados da Assistencial Social .....	34
1.4 Traçados históricos da escola do CPT .....	35
1.5 Religião: fé, esperança ou alienação?.....	41
1.6 Religião e cárcere: achados da pesquisa no CPTF .....	44
1.7 Conceitos lacônicos sobre educação-educações .....	50
1.7.1 Entrelaçamentos da educação e religião no CPTF .....	53
1.7.2 Aprender a ler para ler a Bíblia.....	59
1.7.3 Nas entrelinhas da escola.....	63
1.8 A rotina do CPTF vista de dentro .....	66
1.9 As relações de poder implícitas no CPTF e o profissional de educação .....	70
2 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	77
2.1 Os sujeitos.....	78
2.2 O estudo de caso - O “Pequeno Missionário de Deus” .....	78
2.3 2º Estudo de Caso: O “Ungido de Deus” .....	84
2.4 Análise dos dados e o perfil dos entrevistados .....	90
2.5 Perfis socioeconômicos, escolaridade e vida sociofamiliar dos internos do CPTF.....	96
2.6 Reclusão.....	103
2.7 Os caminhos e descaminhos religiosos e educacionais dos entrevistados do CPTF .....	109
CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS .....	120
ANEXO A: Questionário Socioeconômico e Educacional .....	125
ANEXO B: levantamento do vocabulário prisional - CPTF .....	131
ANEXO C: registros fotográficos feitos pela pesquisadora das atividades cotidianas dos internos em suas atividades dentro do complexo penitenciário .....	133

## INTRODUÇÃO

O histórico das penitenciárias brasileiras foi construído à margem de um regime colonialista e excludente que pouco valorizava/valoriza a vida humana, principalmente a vida de negros e pobres, tratados como lixo humano. Se estes cometeram delitos, ficam na contramão do sistema e são banidos da convivência social, pois excluídos sempre foram, à margem de uma sociedade que sequer os percebe como pessoas de direitos essenciais, como alimentação, moradia, saúde e educação.

E foi em busca desse universo de exclusão que adentramos para a realização da pesquisa aqui apresentada. Para isso contamos com ordenação, classificação e análise de dados, e, no decorrer do processo de trabalho, levantamos dados sobre a realidade vivenciada pelos indivíduos, internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-CPTF, por diferentes crimes, alguns vitimados por anomalias patológicas e sociais, outros excluídos pelo sistema econômico e outros, ainda, pelos infortúnios da vida. Todos têm em comum estarem presos no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-BA.

Para a pesquisa foram utilizados, entre outros instrumentos de coleta e análise de dados:

- a) Depoimentos - gravados e escritos a partir de entrevistas semiestruturadas.
- b) Diário de campo - caderno de anotações de fundamental importância em todas as fases da pesquisa, no qual se escreveu todo o trabalho de campo do pesquisador, assim como dúvidas e angústias, e ao qual se recorreu em todos os momentos da pesquisa. O diário de campo facilitou a reflexão sobre os acontecimentos.
- c) História de vida - registrada a partir de fotografias, depoimentos orais e escritos, vídeos, com vistas à trajetória de vida e à vivência diária, bem como aos acontecimentos relevantes na história e na memória dos sujeitos observados nos estudos de caso e demais indivíduos que se prestaram a responder os questionários ou ainda gravar entrevistas a pedido da pesquisadora.

O universo da pesquisa teve como centro o Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, situado na Avenida Kaikan, sem número, no Bairro Kaikan Sul, na cidade de Teixeira de Freitas, próximo à BR101, rodovia federal que corta a cidade.

A investigação se consolidou com a observação da rotina de dois detentos, sendo um líder religioso da Igreja Pentecostal Jesus é a Esperança, pavilhão “A”, e o outro diácono da Igreja Pentecostal Atrás das Grades, pavilhão “B”, e, se firmou a partir de revisão bibliográfica que sustentou e ponderou o tema pesquisado. Em especial, com relação aos aprisionados do

Conjunto Penal de Teixeira de Freitas - CPTF, que dividem seu tempo entre “cumprir pena” e frequentar a escola e igreja existentes no ambiente prisional.

Para solidificação dos dados pesquisados foram aplicados, 100 questionários aos detentos das Alas “A” e “B”, sujeitos frequentadores da escola, membros das Igrejas do Pátio “A” e “B”, entre outros encarcerados. Para tanto, foi fundamental entender os fatores que engendraram para a reclusão dos sujeitos, analisando contextos históricos e sociais que contribuíram para o aprisionamento e suas consequências, e como tais processos se manifestaram no campo da Religião e Educação no cárcere.

No decorrer desta pesquisa foi possível observar uma diversidade quanto à natureza dos crimes, como também de comportamento: se para alguns a religião representa um freio à vida criminosa que levaram, para outros é subterfúgio para não sofrer violência no espaço hostil do ambiente carcerário.

Os detentos da Unidade Prisional são presos em sua maioria provisórios, não sentenciados, vitimados pelo tráfico de drogas movido pelo vício e a falta de perspectiva de vida, jovens pobres, periféricos, com baixa escolaridade, que na maioria sofreram com a falta dos genitores. Muitos deles, antes de serem presos, viviam de “bicos”, trabalhos informais, ou ainda sofriam com a baixa remuneração salarial, realidade do sistema econômico brasileiro.

A observação dessa situação desmotivadora e angustiante, vivenciada há mais de três anos, gerou as inquietações que impulsionaram este estudo. Sendo assim, o trabalho justifica-se pela possibilidade de estudo e registro da rotina dos aprisionados, detentos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-BA, vivenciada no ambiente carcerário, muitos dos quais são alunos frequentes da escola que funciona em salas/celas no cárcere, outros são membros das ‘igrejas’ existentes nas Alas “A” e “B”.

No decorrer da pesquisa notou-se que até as salas de aula viram celas para acomodar detentos em dias de visitas, essa triste realidade nos aduz a Gentili, que nos lembra que,

A educação é uma oportunidade para compartilhar nosso direito à dignidade e para lutar contra toda forma de humilhação; direito a desestabilizar qualquer monopólio e expropriação privada do conhecimento[...] educar é lutar contra a humilhação, é educar na utopia de saber que a luta democrática é o caminho mais seguro em direção à igualdade.<sup>1</sup>

Conforme assevera Gentili, a educação não deve ser apenas um direito, mas uma oportunidade de luta, como no ambiente prisional educação e religião parece estar atreladas, nos pareceu importante, no trajeto deste trabalho, desvelar algumas situações vivenciadas pelos

---

<sup>1</sup> GENTILI, P. *Desencanto e Utopia*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 19.

detentos, estudantes, religiosos praticantes, não como denúncia simplista, mas como análise do sistema religioso e educacional existente no ambiente prisional, observando a estrutura capitalista exploratória dominante, que muitas vezes acaba por levar o indivíduo às vias de fato.

O período que antecedeu o estudo foi movido por algumas questões que terminaram por norteá-lo:

Qual a importância da religião e educação na rotina dos internos do CPTF? A prática religiosa antecede o CPTF? Quais os fatores contribuem para o fortalecimento da prática educacional e religiosa no ambiente prisional?

A pesquisa deu-se na abordagem qualitativa, que é o “recorte teórico que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, que correspondem ao objeto da investigação”.<sup>2</sup> Nesse sentido, utilizamos o estudo de caso, método qualitativo, ressaltando que a pesquisa qualitativa “é um instrumento que supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, pois se preocupa com a qualidade e o comportamento humano”.<sup>3</sup>

O estudo de caso foi o instrumento utilizado visando o entendimento da prática religiosa naquele ambiente, procurando conhecer os caminhos pregressos percorridos pelos sujeitos. Em outras palavras, é uma estratégia de pesquisa na forma de um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.<sup>4</sup>

Também se verificou o apoio metodológico da abordagem quantitativa da pesquisa, quando se dispôs a aplicar questionários com questões abertas e fechadas e tabular dados para melhor análise dos resultados obtidos com os sujeitos pesquisados.

Há uma relevância pessoal, acadêmica, profissional e comunitária em torno do estudo, uma vez que não há pesquisas realizadas que abrace religião e educação em espaço prisional, sobretudo na região do extremo sul da Bahia. No percurso que ocorreu o estudo, observou-se o impacto do aprendizado religioso na vida dos indivíduos, prioritariamente, conduzido com um olhar sobre a educação/religião, observando os aspectos de vida social e comunitária no ambiente prisional. Desse modo, os resultados obtidos com este estudo poderão servir de referência para a academia e para futuros pesquisadores.

Destarte, será de relevância social abrangente, pois proporcionará reflexão não só para a academia, mas para a sociedade, e quiçá para os sujeitos da pesquisa. Afinal, muitos desses

<sup>2</sup> MINAYO, M. C. S. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 62.

<sup>3</sup> LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. p. 15.

<sup>4</sup> YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2001.



indivíduos retornarão para a sociedade, e não será incomum abrirem igrejas, engrossando os filões de religiões legalistas existentes.

Para elucidar as questões educacionais atinentes à pesquisa no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas - CPTF buscou em Freire, por sua clareza e pertinência quanto à educação libertadora, e sua pedagogia voltada para a emancipação do indivíduo, os insumos necessários à reflexão sobre essa práxis. No entendimento da religião recorreu-se a Alves, por sua incisiva pergunta: “O que é religião?”<sup>5</sup> Apresentando-a como “O suspiro dos oprimidos”. A Groome por contextualizar a educação; Brandão por inquietarmos com um forte questionamento: O que é educação? Por Goohn que nos aclarou sobre os vários tipos de educação; Foucault pela análise histórica de violência nas prisões entre autores e documentos oficiais que ponderaram, apoiaram e sustentaram nas análises e reflexões durante o percurso.

O trabalho foi distribuído em três capítulos. O primeiro apresenta o histórico do conjunto penal de Teixeira de Freitas - CPTF fazendo breves apontamentos, e adiante norteará as considerações sobre religião no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas assinalando o papel da Pastoral Carcerária. A conclusão se estabelece com o binômio Educação e Religião e a problemática da Juventização no Sistema Prisional; o segundo caracteriza a educação e a religião no espaço prisional, e procura salientar sobre os tipos de educações incluindo a educação prisional com base no parecer nacional e na proposta da Secretaria de Segurança do Estado da Bahia que discute sobre a educação prisional, dialogando com o trabalho educacional desenvolvido no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas; o terceiro e último capítulo traz os Procedimentos Teóricos Metodológicos que seguiram dos seguintes pontos: A Pesquisa; Tipo de Pesquisa; Os sujeitos da Pesquisa; Análise dos Dados; Por último, apresenta O Estudo de Caso e a Análise e Discussão dos Dados.

---

<sup>5</sup> ALVES, R. *O que é religião?* 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

## 1 HISTORICO DO CONJUNTO PENAL DE TEIXEIRA DE FREITAS – CPTF: BREVES APONTAMENTOS

Neste capítulo faremos breves apontamentos sobre o histórico do CPTF, discorrendo sobre questões relacionadas ao ambiente prisional e a sua problemática, em diálogo com a assistente social Patrícia de Freitas Moreno, profissional de 42 anos, candomblecista, profissional que trouxe todo o histórico da Unidade, além de dados importantes da rotina dos internos e suas peculiaridades. A fala da assistente social contribuiu para o diálogo e a reflexão entre os autores e pesquisadora.

O Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-CPTF, é uma unidade prisional gerida pelo governo do estado da Bahia, e seus servidores são concursados estaduais e ou municipais.

Os pavilhões foram estruturados da seguinte forma: Ala “A”: 28 celas, uma das quais adaptadas para escola de Ensino Médio, seguida de um espaço (cela/sala) onde funciona o Ensino Fundamental I e II e de outro espaço (cela/sala) onde funciona a oficina de artesanato.

Ala “B”: 28 celas, uma delas usada para observação e triagem, duas (celas/sala) para escola e a outra para oficina de artesanato.

Nas celas/salas acontecem duas vezes por semana aulas de música com instrumentos musicais populares e clássicos, além de aulas preparatórias para o Exame Nacional do Médio - ENEM.

O CPTF ainda dispõe, nos pavilhões “A” e “B”, de quatro celas, duas para atendimento dos presos ameaçados e que necessitam de ser isolados dos pátios. São indivíduos com conflitos relacionados a determinados crimes, conflitos de facções, de regiões, e com dificuldades de relacionamentos acarretadas por quebra de regras socialmente estabelecidas nos pátios pelos detentos. Essas celas foram construídas para os encontros íntimos, mas tiveram que ser adaptadas para atender a essa demanda.

Quanto ao pavilhão feminino, o projeto arquitetônico foi construído em formato pré-moldado, dividido em seis celas com capacidade para oito internas, totalizando 48 vagas, embora hoje esteja superlotado, com 73 internas. A unidade feminina atende as 21 comarcas indicadas para presas (sexo feminino) desde Porto Seguro - BA até a divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Embora Eunápolis - BA tenha inaugurado há dois anos um presídio terceirizado, não se pensou em unidade de atendimento à mulher, o que faz inchar a cada dia o CPTF.

Quando inaugurado em 2001, o CPTF contava com:

QUADRO 1 - CORPO FUNCIONAL CPTF

<b>Servidores 2001</b>	
Agentes Penitenciários Efetivos Masculinos	80
Agentes Penitenciários Efetivos Femininos	16
Servidores Administrativos	48
<b>Total</b>	<b>144</b>

Fonte: A autora

Após quinze anos de sua inauguração o CPTF, reduziu significativamente seu corpo funcional, embora tenha, exorbitadamente, aumentado o número de internos naquela Unidade Prisional. Conforme veremos a seguir.

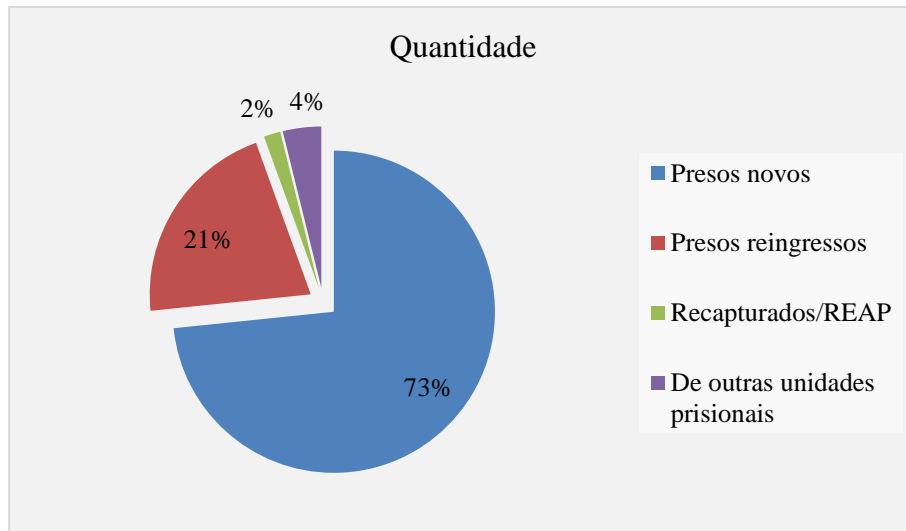
QUADRO 2 - SERVIDORES CPTF 2016

<b>Servidores CPTF 2016</b>	
Agentes Penitenciários Efetivos Masculinos	84
Agentes Penitenciários Efetivos Femininos	15
Servidores Administrativos	36
<b>Total</b>	<b>135</b>

Fonte: A autora.

Em 2001 a unidade tinha como previsão de capacidade máxima 268 internos, e atendia dentro das normativas de segurança, com 144 servidores. Entretanto a demanda aumentou e o contingente diminuiu, conforme mostra o quadro abaixo.

GRÁFICO 1: Entrada de Internos CPTB



Fonte: A autora.

Os dados acima apresentados são referentes ao mês de outubro de 2016, período em que a população carcerária do CPTF era de 745 internos. Ainda, nesse período, observou-se que 35% dos internos estavam em atividades remuneradas.

Segundo dados do Setor de Atividades Laborais e Educacionais do CPTF, 65% dos internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas estavam envolvidos em algum tipo de atividade laboral ou educacional, isso somados aos 27% de internos que participaram do Projeto Extramuros.

Segundo esse setor, o Projeto Extramuros teve como finalidade a redução da reincidência criminal do apenado e foi desenvolvido no CPTF pela Organização não Governamental (ONG) Associação Ação Multifoco, ligada a entidades religiosas cristãs, em parceria com o Ministério Público da 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas, e teve como representante o promotor José Dutra de Lima Júnior, autor do projeto. Em sua metodologia propôs abordagens temáticas, baseadas em textos bíblicos, com propósito terapêutico/emancipador, além de permitir aos participantes a formação de grupos com o objetivo de vivenciarem atividades que valorizassem as experiências, emoções e sentimentos de cada um.

As atividades realizadas no Extramuros foram ministradas em parceria com religiosos e membros de igrejas cristãs existentes no Município Teixeirense. Que possui uma generosa diversidade religiosa e conta com mais 500 templos espalhados pelos seus bairros.

### 1.1 Contexto estrutural, econômico e religioso da cidade de Teixeira de Freitas - BA

Com mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes, segundo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Teixeira de Freitas é uma cidade jovem, politicamente emancipada em 1985, que entrou no cenário nacional pelo agronegócio e a plantação de abóbora, melancia e mamão, além de uma forte produção da agricultura familiar.

Os pequenos sitiantes venderam suas pequenas propriedades para empresas de papel e celulose, iniciando-se o plantio e beneficiamento do eucalipto e a industrialização do papel/celulose, atraindo migrantes de muitas regiões do Brasil. Promessa de crescimento econômico, emprego e progresso.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, houve invasões em áreas periféricas, iniciando um crescimento desordenado, com problemas que duram até os dias atuais: ausência de saneamento básico e unidades de saúde, entre outros.

A cidade vive hoje problemas de cidade grande, com pobreza, violência e disputa pelo tráfico, e a população ainda espera pelo milagre econômico anunciado nas duas últimas décadas do século XX. A cidade de Teixeira de Freitas enfrenta a marginalização dos indivíduos pela exclusão econômica e educacional.

Há quem diga que a maior riqueza da cidade é a diversidade religiosa, com mais de um templo para cada dia do ano:

QUADRO 3 - RELAÇÃO DOS TEMPLOS DA CIDADE DE TEIXEIRA DE FREITAS

<b>Religiões</b>	<b>Templos</b>
Católica	50
Católica Brasileira	02
Luterana do Brasil IELB	01
Evangélica de Confissão Luterana	01
Adventista	28
Assembleia de Deus	70
Batista	29 - filiadas à CBB
Convenção Batista Brasileira	4 - filiadas à CBN
Presbiteriana do Brasil	03
Presbiteriana Renovada	05
Presbiteriana Independente	08
Mundial do Poder de Deus	04

<b>Religiões</b>	<b>Templos</b>
Internacional da Graça	03
Igreja Universal	04
Deus é Amor	26
Salão do Reino das Testemunhas de Jeová	10
Maranata	36
Casa de Oração	06
Igreja Quadrangular	12
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	01
Cristã do Brasil	08
Igreja de Deus	20
Assembleia Belém	01
Assembleia Madureira	06
Casas Espíritas	08
Templo Vale do Amanhecer	02
Terreiros de Candomblé e Umbanda	70
Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo	03
Movimento Pentecostal sem Registros	120

Fonte: A autora.

Conforme indica o quadro acima, há uma diversidade de templos e religiões em Teixeira de Freitas, para todos os gostos. Se não bastasse, o mercado religioso teixeirense possui uma praça consagrada com o nome “Praça da Bíblia”, onde só são permitidos eventos “cristãos” e uma rua “rebatizada” com o nome “Rua Cinquentenário das Assembleias de Deus”, o nome dado a rua foi escolhido sem consulta prévia à população. E foi instituído, a partir de um projeto proposto por um vereador membro da Igreja Assembleia de Deus e votado na Câmara de Vereadores Municipal, no mês em que se comemorou o jubileu de ouro (50 anos do Círculo de Oração da Igreja).

Na cidade são constantes anúncios de cristotecas, (discotecas com hinos remixados), de loja de moda exclusiva para evangélicos e apelos comerciais para chamar o público a consumir comida antes creditada aos orixás (no caso, o acarajé, alimento de origem africana à base de feijão fradinho e camarão, e agora anunciado como “o abençoado – acarajé evangélico”, em franca agressão à baiana que há mais de 35 anos comercializa o acarajé sem “pretensões doutrinárias”).

Podemos analisar a partir de Mircea que o fenômeno religioso recorrente em Teixeira de Freitas se sustenta em duas dimensões: a social e a religiosa.<sup>6</sup> E este estudioso nos lembra que esta última é a que dá sentido à existência humana. Para ele as religiões são originárias das sociedades humanas, uma vez que

O homem sempre esteve à procura de sentido e significado para a sua existência, as angústias que o afligem e não simplesmente de ajustamento emocional, mas também de segurança cognitiva ao enfrentar problemas de sofrimento e morte.<sup>7</sup>

Entretanto, observa-se que Teixeira de Freitas a dimensão religiosa parece ter ultrapassado os limites da sacralização, invadindo os espaços públicos e pulverizando ideologicamente o mercado consumidor, de tal modo que faz parecer “normal” entrar numa academia de ginástica e, entre esteiras e aparelhos de musculação, deparar com o versículo bíblico “mil cairão ao teu lado e dez mil a tua direita, mas tu não serás atingido”, ou ainda, degustar cerveja em um bar qualquer da cidade lendo na parede o enunciado: “Tudo posso Naquele que me fortalece”.

Verificamos em Eliade que,

O sagrado e o profano compõem duas formas de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história. E, por essa razão, o ser humano tende a sacralizar o que está ao seu redor e também o que transcende a sua realidade, pois a busca pelo sagrado é algo inerente à existência humana.<sup>8</sup>

Sendo assim, notamos então que a religião desempenha um papel importante na vida do homem e na construção do seu mundo. Segundo Croatto, ela é tão importante que representa o ápice da autoexteriorização do homem e de seus sentidos sobre a realidade em que vive.<sup>9</sup> Para ele “Cada ser humano idealiza um projeto para sua vida, e o persegue impulsionado pelos desejos, gerando a consciência das necessidades físicas, psíquicas e socioculturais”.<sup>10</sup>

Em entrevista a alguns internos se já frequentaram algum templo religioso, foram unânimes em dizerem sim. Entretanto, quando se perguntou como acabaram enveredando pela criminalidade, não foram poucos os que usaram o argumento da busca do sustento da família. E os mais jovens alegaram ter ingressado no crime para comprar roupas e acessórios.

<sup>6</sup> MIRCEA, E. *O sagrado e o profano*: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 11.

<sup>7</sup> MIRCEA, 2008, p. 11.

<sup>8</sup> ELIADE, 2008, p. 27.

<sup>9</sup> CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa*: uma introdução à fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas 2001.

<sup>10</sup> CROATTO, 2001.

Um fato percebido no universo prisional é a justificção da crueldade humana, com uma frase fatídica: “foi um mal necessário”. Nas narrativas dos muitos jovens, internos do CPTF, é percebido que se justifica o traficar, o roubar e até o matar, como algo que faz parte do ‘exercício da profissão’, como disse um jovem aluno da escola do cárcere. Para ele roubar é tão natural quanto levantar cedo e ir para o trabalho. Argumenta que é uma forma de sustentar mulher e filho, e acrescenta que é um “trabalho” tão estressante como outro qualquer e que matar ou morrer é consequência.

Por não ser este o propósito não fará aqui uma análise mais profunda sobre inversão de valores. Entretanto, é impossível não acrescentar alguns aspectos que levam um ser humano a insensibilidade e a ausência de valores éticos, uma vez que esse indivíduo aceita e diz que são corretas as regras impostas moralmente pela religião, mas nega sua prática fora daquele contexto.

Iludidos por traficantes mais experientes, muitos jovens ainda na adolescência são envolvidos no universo do crime, o fato é tão agravante que segundo a Agência Estado-AE<sup>11</sup> o número de jovens no sistema prisional supera a proporção de jovens da população brasileira: assevera que enquanto os jovens representam 56% da população prisional, as pessoas dessa faixa etária compõem 21,5% da população total. E esse número cresce para 75% em relação à população carcerária no Brasil, constituída por jovens entre 18 a 24 anos. Além disso, 80% da população jovem que sai dos presídios reincidem ao crime.

As estatísticas supracitadas não distanciam da realidade observada no CPTF. São jovens internos, presos antes mesmo de alcançarem o primeiro emprego, foram abduzidos pelo tráfico, que não pede currículo, nem exige experiência. Narcotizados, sequer percebem que perderam infância, adolescência e juventude para o tráfico e uso de entorpecentes.

## 1.2 CPTF e juventude

Em entrevista à assistente social do CPTF, Patrícia de Freitas Moreno, não foi possível ignorar a gravidade da juventização<sup>12</sup> prisional. A profissional atua a mais de 14 anos na

<sup>11</sup> AGÊNCIA ESTADO. *Levantamento aponta que maioria dos presos no Brasil são jovens, negros e pobres*. 2015. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/06/23/interna\\_nacional,661171/Levantamento-aponta-que-maioria-dos-presos-no-brasil-sao-jovens-negro.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/06/23/interna_nacional,661171/Levantamento-aponta-que-maioria-dos-presos-no-brasil-sao-jovens-negro.shtml)>. Acesso em: 17 mai. 2016.

<sup>12</sup> Juventização: termo cunhado por Carrano em: CARRANO, P. *Educação de Jovens e Adultos e Juventude: O desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”*. 2007. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/go/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos%20e%20Juventude%20-%20Carrano.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.



Unidade, desde a sua inauguração, em 31 de maio de 2001. Antes, trabalhava com adolescentes em situação de risco social, conforme declarou, e pôde observar as transformações processadas naquele espaço: se antes, entre 2001 e 2002, recebia presos custodiados da capital, já institucionalizados e adultos, em 2003 e 2004 pôde assistir ao início de uma fase catastrófica. O presídio passa a atender as 21 comarcas que compõem a região, e começam os conflitos internos, brigas por espaço e poder entre facções. Nessa época já se observava o perfil desses novos presos, de idade sempre entre 21 e 28 anos. Foi um período de muita violência, com motins, rebeliões e mortes.

A partir de 2004 o perfil dos encarcerados mudou definitivamente. 50% deles passaram a ser jovens entre 18 e 28 anos, e de 25 de julho até 3 de agosto de 2016 foram presos 38 homens e 10 mulheres, e estas também não fogem à regra.

Segundo o levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, foi registrado que o país partiu de noventa mil presos no início da década de noventa e saltou para mais de seiscentos mil presos, num intervalo de menos de 25 anos.<sup>13</sup> O INFOPEN é responsável pelas informações e estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, através dele são emitidos relatórios escritos, sempre atualizados pelos gestores dos estabelecimentos prisionais, e observa-se que esses números têm aumentado exorbitantemente a cada ano.

Segundo relatório do INFOPEN expedido em 2014, o fato de ter aumentado o número de presos e prisões não diminuiu a reincidência tão a sensação de segurança, tão pouco adendos na lei, de acordo o relatório

Tal considerável incremento não se fez acompanhar de uma redução na incidência de crimes violentos, nem tampouco da sensação de segurança por parte da sociedade brasileira, o que em tese poderia justificar o enorme custo social e financeiro do encarceramento. Pelo contrário, o cárcere tem reforçado mecanismos de reprodução de um ciclo vicioso de violência que, como padrão, envolve a vulnerabilidade, o crime, a prisão e a reincidência e, por vezes, serve de combustível para facções criminosas.<sup>14</sup>

O relatório expedido em produzido em 2012 tornou-se público em 2014, publicado pelo site do Ministério da Justiça sobre a população prisional brasileira, explica que entre essa população estão os jovens, foi confirmado que os números chegaram a 607.731 pessoas, ou seja, pela primeira vez o número de presos no país ultrapassou a marca de 600 mil.<sup>15</sup> De modo

<sup>13</sup> BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN*. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 05 ago 2016.

<sup>14</sup> BRASIL, 2014, p. 17.

<sup>15</sup> BRASIL, 2014, p. 18.

que o número de pessoas privadas de liberdade para aquele ano foi 6,7 vezes maior do que em 1990. Desde 2000 a população prisional aumentou, em média, 7% ao ano, totalizando um crescimento de 161%, valor dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira, de apenas 16% no período, com uma média de 1,1% ao ano, no último relatório de pesquisa penitenciária, realizado pelo INFOPEM em 2014 publicado em 2016 esse número já está 622.202 presos<sup>16</sup>.

Alguns jovens desempregados, na maioria autodeclarados ‘casados’, dizem ter filhos e viver uma relação instável, que passa a ser estável quando são presos. Para gozar da visita íntima da “companheira”, acabam por providenciar a declaração de união estável. Com a conversão à vida religiosa o detento acaba por providenciar, por meio do Setor de Assistência Social, os documentos originais para unir-se à companheira em cerimônia matrimonial legal.

As fotos a seguir exibem uma cerimônia matrimonial celebrada por um Pastor Batista, convidado especialmente para realizar a consagração dos nubentes do Pavilhão “B”. A noiva, filha de um interno, conheceu o seu noivo através de seu genitor, preso a mais de três anos no CPTF e membro da Igreja daquele pátio. Ela missionária, sem registro de passagem pelo crime, ele “pastor consagrado” da Igreja Pentecostal Atrás das Grades, preside a igreja a pouco de três anos e é interno do CPTF a quase dez anos.

Figura 1 - O casamento<sup>17</sup>



<sup>16</sup> BRASIL, 2014, p. 8.

<sup>17</sup> Cf. Disponível em: <<https://www.sulbahianews.com.br/pastor-detento-se-casa-com-missionaria-no-presidio-de-teixeira-galeria/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

Figura 2 – Momento da Bênção Matrimonial<sup>18</sup>

“As regras disciplinares da religião exercida no ambiente prisional são rígidas, e o casamento, no entendimento do encarcerado, deve ser providenciado a contento”, assevera Moreno, assistente social do CPTF. “É necessário que se ofereça condições para que o interno sinta-se acolhido nesse momento de sua vida”, relatou ela.

Entretanto, foi nesse momento da entrevista que a assistente social demonstrou maior inquietação. Segundo ela, o fato de não haver espaço adequado para a intimidade, acaba por dificultar o processo de reencontro familiar. De modo que aos detentos restam os tiriquitiques ou guetos, como são chamadas as divisórias feitas com cortinas improvisadas que formam uma espécie de espaço “privado” para a relação íntima entre o detento e a companheira.

Sobre visita íntima em presídios brasileiros, Varella nos lembra que esta foi iniciada na década de 1980, com presos que improvisavam barracas nos pátios e até mesmo juntavam bancos e os alugavam para encontros furtivos nos momentos da visita.<sup>19</sup>

O autor relata que o Estado fazia vista grossa, e ao perceber a impossibilidade de controle, acabou por oficializar a visita íntima. Burocratizado primeiramente na Casa de Detenção de São Paulo, e logo depois se espalhou pelos demais presídios Brasil a fora.

Aos jovens presos, segundo o Departamento, quase 98% são vitimados pelo tráfico ou suas correlações: drogas, roubo, furto, homicídio, porte ilegal de armas, o que demonstra uma violência juvenil estarrecedora. A expressão violência juvenil tem sido usada para caracterizar a violência praticada por pessoas jovens. O que segundo Gomes:

<sup>18</sup> Cf. Disponível em: <<https://www.sulbahianews.com.br/pastor-detento-se-casa-com-missionaria-no-presidio-de-teixeira-galeria/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

<sup>19</sup> VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 60-61.

Essa visível forma de violência chama atenção da mídia em todo o mundo, que noticia a ação violenta tanto das gangues como de jovens isolados nas ruas e instituições. Na maioria das vezes as vítimas desse tipo de violência são os próprios adolescentes, jovens e adultos.<sup>20</sup>

Dimenstein relata que na década de 1980, dez milhões de pessoas saíram do campo. Nos anos 1970, já haviam partido 16 milhões.<sup>21</sup> “Se a situação já era difícil quando existiam empregos (mal remunerados, mas existiam), imagine em plena recessão”. Em linhas gerais, Roberto Dimenstein afirma que o desemprego, o ambiente hostil e a falta de estrutura familiar acabaram por favorecer o surgimento de criminosos. Dimenstein ainda apresenta uma reportagem publicada pela Revista Isto é em 1997, escrita pelo jornalista Francisco Alves Filho,

Sem dúvida, a excepcional remuneração é o que empurra os garotos para os braços dos traficantes. “No quadro de miséria em que vivem os moradores da favela esse apelo é quase irresistível, avalia a psicóloga Valéria Magalhães, integrante do Centro Brasileiro dos Direitos da Criança e do Adolescente [...], dificilmente um adolescente saído da favela pode aspirar a um emprego com salário superior a R\$ 200 ou R\$ 300. Vendendo drogas, geralmente não se ganha menos que dez salários mínimos. O apelo do dinheiro fácil, que pode comprar roupas de grife, carros e celulares, atrai os jovens moradores do morro. A grande maioria dos adolescentes que se deixam atrair pelas quadrilhas é do sexo masculino [...].<sup>22</sup>

“Todo homem tem direito a uma ordem social em que seus direitos e liberdades possam ser plenamente realizados”.<sup>23</sup> E quando a esse homem não resta o direito de escolha, mas somente as condições que tornam essa “escolha” única alternativa possível, para a “realização como indivíduo”?

O questionamento supracitado nasce da observação contínua de uma situação que parece não mudar ao longo de décadas. Se o crack infernizou os Estados Unidos no final dos anos 1980, ele chega ao Brasil nos anos 1990 contaminando “inicialmente crianças e adolescentes dos grandes centros e, em seguida chega ao interior. Devastando meninos e meninas que perambulam pelas ruas, tornando-os agressivos”.<sup>24</sup>

Os anos 2000 chegaram e só se alastrou a problemática. Teixeira de Freitas-BA, cidade com cerca 150 mil habitantes, foi apontada, em 2015, como uma das cidades mais violentas da Bahia:

<sup>20</sup> GOMES, R. et al. *Êxitos e limites na prevenção da violência*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 27.

<sup>21</sup> DIMENSTEIN, G. *Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998. p. 133.

<sup>22</sup> DIMENSTEIN, 1998, p. 134.

<sup>23</sup> DIMENSTEIN, 1998, p. 130.

<sup>24</sup> DIMENSTEIN, 1998, p. 130.

Imagem 3: O mapa da violência<sup>25</sup>

## As 30 cidades mais violentas

O Nordeste é a região com mais cidades na lista, com 18 no total

Número de cidades na lista das 30 mais violentas por estado



1	Altamira, PA	16	Marituba, PA
2	Lauro de Freitas, BA	17	Almirante Tamandaré, PR
3	N. Senhora do Socorro, SE	18	Alagoinhas, BA
4	São José de Ribamar, MA	19	Eunápolis, BA
5	Simões Filho, BA	20	Novo Gama, GO
6	Maracanaú, CE	21	Luziânia, GO
7	Teixeira de Freitas, BA	22	Santa Rita, PB
8	Piraquara, PR	23	São Luís, MA
9	Porto Seguro, BA	24	Senador Canedo, GO
10	Cabo de Santo Agostinho, PE	25	Ananindeua, PA
11	Marabá, PA	26	Trindade, GO
12	Alvorada, RS	27	Caucaia, CE
13	Fortaleza, CE	28	Igarassu, PE
14	Barreiras, BA	29	Serra, ES
15	Camaçari, BA	30	Feira De Santana, BA

<sup>25</sup> Cf. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/bahia-tem-nove-cidades-no-ranking-de-30-mais-violentas-do-pais-diz-ipea.ghtml>>. Acesso em: 03 ago. 2017

Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Ranking dos Municípios mais Violentos do Brasil, em relação às informações coletadas no ano de 2015 Teixeira de Freitas ficou com a 6ª, cujas vítimas de morte violenta [homicídio] contabilizaram 59.080 pessoas, o que equivale a uma média de 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Se observarmos as estatísticas a violência tem aumentado desastrosamente, com 114 homicídios registrados em 2015, o que equivale a uma taxa de 88,1 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Em 2008 a cidade ocupava o 88º lugar, posição no Mapa da Violência, e não decresceu nos anos vindouros, passando a ser, conforme os dados de 2010, o 35º município no ranking dos mais violentos. Em 2008 foram registradas 73 mortes violentas para cada 100 mil habitantes, sendo que esse número subiu para 101 mortes em 2009 e voltou a crescer para 121 homicídios em 2010 - vale salientar que a média nacional, que já é considerada alta, é de apenas 26,2 homicídios em 100 mil moradores, enquanto a taxa teixeirense é quatro vezes maior.<sup>26</sup>

### **1.2.1 A vulnerabilidade Juventude e o estigma de ex-presidiário**

Com base nos estudos demográficos de 2010 do Ministério da Justiça e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi confeccionado um ranking nacional do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) à violência nos municípios.<sup>27</sup> Observaram-se os riscos a que os jovens entre 12 e 29 anos são expostos e se fez um levantamento das questões que influenciaram a vida desses jovens, tais como homicídios e mortalidade no trânsito. A conclusão foi que a pobreza, a desigualdade socioeconômica, a frequência dos jovens nas escolas e o acesso ao mercado de trabalho são os principais fatores que empurram os jovens para a mortalidade precoce.

O estudo foi feito em 283 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes e usou dados consolidados pelo Censo Demográfico/2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IVJ tem escala que varia de 0 (melhor resultado possível) a 1 (pior resultado possível) e classifica em primeiro lugar as cidades mais vulneráveis à violência, em

<sup>26</sup> RAÍSSA, F. *Teixeira de Freitas está entre as cidades mais violentas do Brasil*. 2012. Disponível em: <<https://jornalalerta.com.br/teixeira-de-freitas-esta-entre-as-cidades-mais-violentas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

<sup>27</sup> ALVES, E. *Teixeira é o 9º município mais violento do país segundo estudo do Ministério da Justiça*. 2013. Disponível em: <<https://liberdadeneuws.com.br/index.php/policia/5331-teixeira-de-freitas-e-o-9-municipio-mais-violento-do-pais-segundo-estudo-do-ministerio-da-justica>>. Acesso em: 05 ago 2016.

um “ranking inverso”, em que a pontuação mais elevada representa maior vulnerabilidade, proporcionalmente.<sup>28</sup>

Segundo o site Exame.com, Teixeira de Freitas aparece no ranking nacional no 28º lugar em taxa média de homicídios por cada 100 mil habitantes (2010/2011/2012), e número absoluto de homicídios por arma de fogo.<sup>29</sup> Com 143 mil habitantes, a cidade tinha taxa média de 66,2 de homicídios por 100 mil habitantes, com 284 por arma fogo, e já amargava a realidade de ver corpos de jovens quase que diariamente estampados em jornais e sites, vitimados pela violência, na maioria das vezes provocada pela disputa do tráfico.

Em 2012, um fato noticiado pelo site local Liberdade News chocou a população da cidade, à véspera de receber a visita do Secretário de Segurança Pública da Bahia: a polícia registrou o 18º homicídio em menos de uma semana. A décima oitava vítima foi um jovem de 22 anos de idade, morador de um bairro periférico. O que revoltou a população não foi somente mais um jovem morto, mas o assassinato ocorrer dentro de um espaço considerado local “sagrado” por muitos e digno de respeito: nem a Igreja Pentecostal Marchando para o Céu foi poupada de ser palco de assassinio. Nem mesmo dentro de templo religioso os jovens escapam do destino traçado pelo tráfico.

Naquele momento a cidade viveu o cume da violência protagonizada por jovens pobres, muito mais vítimas do que cúmplices do crime organizado.

Durkheim afirma que o crime é normal, uma vez que não há sociedade sem crime, e só o que muda é a forma. O precursor da sociologia científica alerta que “transformar o crime numa doença social” seria admitir que a “doença não é uma coisa acidental”, mas que, pelo contrário, “deriva, em certos casos, da constituição fundamental do ser vivo”; seria eliminar qualquer distinção entre o fisiológico e o patológico. O autor alerta que, sem dúvida, pode acontecer que até o crime tome formas anormais, quando, por exemplo, “atinge uma taxa exagerada”. E admite que efetivamente, nesses casos, não há dúvida de que o excesso seja anômalo, doentio.<sup>30</sup>

Sodré elucida, sobre a formação de Estados paralelos do tráfico, no nível das massas pobres urbanas:

Nessa exasperante contiguidade da miséria (fome, epidemias de controle relativo, analfabetismo) com fluxos concentrados de dinheiro no interior da própria comunidade marginalizada e em face da realidade material e simbólica da cidade moderna, emerge a violência anômica (agressões, assaltos, homicídio), como uma

<sup>28</sup> RAÍSSA, 2012.

<sup>29</sup> BRETAS, V. *As 250 cidades mais violentas do Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/as-250-cidades-mais-violentas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

<sup>30</sup> DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 83.

“contralinguagem”, isto é uma, uma “linguagem” que não se instaura a partir das regras das instituições civis hegemônicas na sociedade global, mas a partir de suas ausências ou de seu desnaturamento abusivo.<sup>31</sup>

Desacreditado como provedor das minorias, o Estado perde autonomia e tristemente “colecciona” anomalias em uma via paralela da sociedade, de modo que fome, miséria e analfabetismo produzem suas vítimas na violência urbana “organizada”, verificando-se um desgaste do tecido social estrangulado pela constante brutalidade promovida no estado anômico. Sem regras, nada mais resta do que o “esgarçamento do tecido social, em suma. Na maioria das vezes a força destrutiva não é fenômeno de pura irracionalidade, mas uma espécie de último *ratio* por parte de quem está irremediavelmente situado na outra margem do sistema”.<sup>32</sup> A desigualdade social aliada à desestruturação do Estado é a máquina propulsora da destruição em níveis cada vez mais altos de jovens no Brasil. “Na maioria das vezes as vítimas são os próprios adolescentes, jovens e adultos”.

A violência praticada por jovens, no passado, era relegada à área de segurança pública acarretando respostas puramente repressivas. O aumento deste tipo de violência nos grandes centros urbanos está associado ao aprisionamento domiciliar em resposta à insegurança no espaço comunitário.<sup>33</sup>

São jovens que vivem em espaços sociais pobres, sem atrativos, praças, bibliotecas, cinemas ou qualquer outro ambiente que favoreça um diálogo mais amplo sobre o processo de passagem da infância para a adolescência/juventude. A vida passa mecanicamente, sem maiores reflexões e o lazer que a idade exige, e esses adolescentes se tornam alvo fácil para o consumo e venda de drogas. A escola e a igreja são os únicos atrativos possíveis para muitos desses indivíduos, uma vez que a família deixou de ser o espaço de proteção e acolhimento.

O que chama a atenção nas reportagens citadas anteriormente sobre as mortes dos jovens teixeirenses foi que ambas as vítimas, conforme dados do CPTF, eram ex-presidiários, frequentadores da Igreja Pentecostal Atrás das Grades, do pavilhão “B”, CPTF. Nesse triste quadro da juventização do sistema prisional, se não bastasse o fato de ser ex-detento, há também a pouca aceitação nos espaços sociais onde habitam os egressos, pelos conflitos anteriores, durante e depois da prisão.

<sup>31</sup> SODRÉ, M. *Sociedade, Mídia e Violência*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 66-67.

<sup>32</sup> SODRÉ, 2006, p. 67.

<sup>33</sup> GOMES et al., 2013, p. 7.



### 1.3 Perfil dos internos do CPTF – Dados da Assistencial Social

Moreno traçou um perfil irrefutável sobre os detentos do Conjunto Penal durante a entrevista, fez questão de ressaltar que é contra a minoridade penal, observando que ao longo de sua jornada, viu um jovem de 18 anos de idade sendo preso por roubar 29 galinhas e depois de quatro anos recluso na unidade prisional rendeu-se à criminalidade. De posse de dados atualizados diariamente no CPTF, ressalta que 90% dos sujeitos que se encontram na unidade são negros, pobres e com pouca escolaridade. Conforme relatório emitido pela UNESCO:

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ - Violência) é um indicador sintético que classifica municípios com mais de 100 mil habitantes, a partir de uma série de variáveis mobilizadas na explicação da associação e envolvimento de jovens com a violência. Nesse sentido, o IVJ - Violência consiste em um importante instrumento de análise das condições de vida da população jovem, municiando os gestores e formuladores de políticas públicas de informações capazes de aumentar a eficiência de suas ações, especialmente no âmbito subnacional, lócus por excelência das políticas de prevenção à violência.<sup>34</sup>

Foi observado no índice Vulnerabilidade Juvenil à Violência - IVJ que a

Violência combina variáveis associadas aos níveis de exposição de jovens à violência, permanência na escola, forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios. Nesse sentido, embora o indicador de violência letal seja variável fundamental para explicar a exposição à violência de jovens, o IVJ - Violência contempla ainda outras dimensões importantes para compreender a vulnerabilidade social, tais como educação, emprego, pobreza e desigualdade.

Segundo a assistente social, o que falta é a efetivação de políticas que acudam os indivíduos antes de se envolverem com o universo do crime. A religião não deve aparecer como a única alternativa capaz dar conta do problema, já que presencia rotineiramente as reincidências dos sujeitos ao crime.

Prudente aponta para o estigmatizado problema do ex-penitente:

O estigma de cometer um delito acompanha o ex-detento por toda a vida e geralmente chega ao ouvido dos futuros patrões, inviabilizando a possibilidade de trabalho. A falta de oportunidades reserva basicamente uma única opção ao ex-presidiário: voltar a infringir a lei quando retorna ao convívio social. É como se a sociedade o empurrasse novamente para o mundo do crime. Há um preconceito de toda a sociedade. Isso tudo, sem dúvida, torna muito pouco provável a reabilitação. Triste realidade. Todavia, é

<sup>34</sup> BRASIL. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial*. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=%C3%8Dndice+de+vulnerabilidade+juvenil+%C3%A0+viol%C3%AAn cia+e+desigualdade+racial+2014&oq=%C3%8Dndice+de+vulnerabilidade+juvenil+%C3%A0+viol%C3%AAn cia+e+desigualdade+racial+2014&aqs=chrome.69i57.1996j0j7&sourceid=chrom>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

preciso oferecer perspectiva de futuro ao preso, caso contrário, as penitenciárias vão seguir inchadas de reincidentes.<sup>35</sup>

Para Carnelutti não é difícil imaginar, principalmente nos casos das condenações a penas mais longas, as dificuldades que o ex-presidiário enfrenta quando chega a tão sonhada “liberdade”. A isso ele chama de “crise do renascimento”.<sup>36</sup>

O ex-detento enfrenta, no processo de reintegração à sociedade, as mudanças de costumes, a perda dos relacionamentos e os ambientes totalmente modificados. Esses fatos os põem inevitavelmente em uma crise que poderíamos chamar da crise do renascimento.

Ao sair da prisão o detento sabe que já pagou por seus malfeitos e que novamente é um homem livre, mas as outras pessoas não o veem assim. Para elas ele sempre será um condenado, quando muitos dirão dele ex-presidiário. Na fórmula ex reside a crueldade e o engano de pensamento: “se foi, quem garante que não é mais?”. A sociedade sempre referenciará o ex-detento em relação ao passado. As pessoas desconfiadamente não lhe darão oportunidades por imaginarem que ele sempre cometerá o mesmo delito. A fórmula ex, é sacrílega, justamente por isso. Os seres humanos que enxergam tudo de modo invertido, inclusive a realidade, são convencidos de que não se pode confiar em ninguém, cada um continua sendo o que sempre foi. Infelizmente, a maioria das pessoas pensam e agem dessa forma, inclusive as mais cultas e muitas das que professam a fé.<sup>37</sup>

Não se discute aqui se é justo ou não tal modo de pensar. Apenas se observa que tal pensamento não contribui para a reintegração do sujeito à sociedade, antes o afastando e condenando à prisão da criminalidade. No último capítulo, nas análises da pesquisa, voltaremos a tratar da reintegração do sujeito a sociedade, bem como a problemática da ressocialização.

#### 1.4 Traçados históricos da escola do CPTF

Para melhor entender o trajeto a ser percorrido no estudo, remontemos a 2001: os crimes cometidos pelos presos adultos eram sempre crimes sexuais contra meninos de 9 a 14 anos. O Código Penal Brasileiro, de 1940, em seu artigo 214, tipificava como Atentado Violento ao Pudor-AVP o ato sexual contra o indivíduo do sexo masculino, mesmo criança. Esse artigo só foi reformulado em 7 de agosto de 2009, com a Lei nº 12.015/2009,<sup>38</sup> ano em que se alterou profundamente a disciplina dos crimes sexuais no Direito Penal Brasileiro, com a ampliação da

<sup>35</sup> PRUDENTE, N. *Sistema prisional brasileiro: desafios e soluções*. s.d. Disponível em: <<https://neemiasprudente.jusbrasil.com.br/artigos/121942832/sistema-prisional-brasileiro-desafios-e-solucoes>>. Acesso em: 01 maio 2016.

<sup>36</sup> CARNELUTTI, F. *As misérias do processo penal*. São Paulo: Servanda Editora, 2010.

<sup>37</sup> CARNELUTTI, 2010, p. 116.

<sup>38</sup> BRASIL. 2009. *Lei nº 12.015/2009*. Dispõe sobre os crimes hediondos. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2016.

abrangência, passando a ser caracterizados como crimes de estupro, e não mais se restringindo ao ato de "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso", e não se dirigindo unicamente às mulheres, de modo a abarcar o antigo crime de AVP.

Não se pretende aqui debater o novo ou o antigo artigo do Código Penal Brasileiro, uma vez que não é nossa intenção discuti-lo, propriamente, mas nos remeter à criação da Escola e da Igreja do Pátio do CPTF. Segundo a Assistente Social do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, Patrícia Moreno, a criação da escola se deu pelo esforço de um preso, Hélio da Nóbrega, jornalista de formação, preso em 2001, acusado na época de AVP na cidade de Porto Seguro, Costa do Descobrimento, localizada a 260 km de Teixeira de Freitas-BA.

Hélio da Nóbrega começou a perceber que havia um número alto de indivíduos não alfabetizados e resolveu iniciar um trabalho de alfabetização, movido pela intenção de despertar nos detentos o gosto pela leitura e livrá-los do constrangimento de “colocar o dedão” sempre que assinavam os papéis. Assim, no segundo semestre de 2001, não se sabe exatamente em que mês, iniciaram as atividades escolares no CPTF.

No final de 2002, articulou-se um projeto, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com o intuito de diagnosticar o nível de escolaridade dos internos do CPTF, trabalho feito em todos os presídios baianos, na época, para posterior aplicação de exame supletivo. Entretanto, diante do resultado negativo quanto às habilidades e competências de leitura e escrita dos sujeitos, como medida de combate ao problema do analfabetismo, foi desenvolvido o projeto educacional “Menos Presos, mais Cidadãos”, em 2003.

Após expirar o convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em 2005, a Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas desenvolveu uma parceria com o estado e passou então, por meio da Secretaria de Educação do Município, a atender a unidade prisional.

Com a proposta das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais, em 2009, as unidades prisionais começam a pensar nos próprios Projetos Políticos Pedagógicos, os PPPs Prisionais, tomando por base, nas suas diretrizes, a “Pedagogia do Oprimido” ou “Pedagogia Freiriana”. E como garantia de que a proposta não fosse desvirtuada, a Educação em Prisões foi estruturada como um tripé e articulada para que seja pública sua execução no ambiente prisional, podendo ser ofertada por meio dos Ministérios da Educação e da Justiça.

Assim, a educação prisional deixa o caráter improvisado e passa a ter eixos articuladores para gerir a educação:

O eixo A (gestão, articulação e mobilização) orienta a formulação, a execução e o monitoramento da política pública para a educação nas prisões, inclusive com a participação da sociedade civil, prática coletiva comum na seara, mas nova para a Administração Penitenciária e a execução penal.

O eixo B (formação e valorização do profissional envolvido na oferta) indica que a educação nas prisões deve atender, além das óbvias necessidades dos presos, as necessidades de formação continuada e permanente de educadores, agentes penitenciários e operadores da execução penal.

O eixo C (aspectos pedagógicos) impõe aos Estados a obrigatoriedade da criação dos seus próprios projetos políticos pedagógicos, com base nos fundamentos conceituais legais da educação de jovens e adultos, bem como nos paradigmas da educação popular, calcada nos princípios da autonomia e da emancipação dos sujeitos do processo educativo.<sup>39</sup>

Os eixos formulam o modelo de educação prisional e chamam a atenção exatamente por trazer um novo paradigma educacional pautado na educação popular, devendo ser, portanto, a educação proposta emancipadora e libertadora, numa perspectiva freiriana. Não meramente decodificação, mas descodificação. Deve promover a percepção da percepção anterior, e o conhecimento do conhecimento anterior. A descodificação, dessa forma, promove o surgimento de nova percepção e o desenvolvimento de novo conhecimento.

No processo de descodificação os indivíduos, exteriorizam sua temática, explicitam sua “consciência real” da subjetividade. Na medida em que, ao fazê-lo, vão percebendo como atuavam ao viverem a situação analisada, chegam ao que chamamos antes de percepção da percepção anterior. Ao terem a percepção de como antes percebiam, percebem diferentemente a realidade, e, ampliando o horizonte de perceber, mais facilmente vão surpreendendo a sua “visão de fundo”, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra da realidade.<sup>40</sup>

Ao apresentar os três eixos para a educação prisional, Roberto da Silva e Fábio Aparecido Moreira expuseram uma proposta revolucionária e uma experiência tão nova quanto à sistematização da educação no ambiente carcerário.<sup>41</sup>

Todavia, propor uma educação prisional articulada com uma pedagogia dialógica, pautada na emancipação dos sujeitos, é um desafio a ser enfrentado, incutindo-se neste uma realidade provocadora e problematizadora. Os indivíduos envolvidos (não apenas o professor ou o aluno, mas todos os sujeitos envolvidos, do diretor da Unidade ao agente penitenciário) necessitarão de comprometimento com o processo educativo.

<sup>39</sup> SILVA, R.; MOREIRA, F. A. *Educação em prisões*: apontamentos para um projeto político pedagógico. 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_isoref&pid=MSC0000000092012000200026&lng=en](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=MSC0000000092012000200026&lng=en)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

<sup>40</sup> FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 129.

<sup>41</sup> SILVA; MOREIRA, 2011.

A transformação não deve partir somente das bases, especificamente no ambiente prisional, mas de quem “comanda” essa base, uma vez que ainda há muita resistência por parte de muitos agentes penitenciários e diretores de presídios onde é ofertada a educação prisional.

Tais resistências não se deram ao acaso, conforme se verificou-se em Foucault, muitos entendem que o ambiente prisional não deve ser espaço de educação, mas de castigo graduado em intensidade, embora diversificado em seus objetivos. Penas leves para crimes leves, penas graves para crimes graves, tudo categorizado de acordo com cada ato criminal cometido.<sup>42</sup>

Tal compreensão ocorre pelo fato da sociedade esquecer “todas as outras formas castigo e eleger ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado”.<sup>43</sup> Observada como “um quartel de duplo funcionamento – jurídico-econômico”,<sup>44</sup> ela, a prisão “foi desde o início uma detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal”.<sup>45</sup> Portanto, de que forma se pode encarar a prisão como ambiente de educacional formal? “Desde o início, no século XIX, a forma intencional da prisão “recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos”.<sup>46</sup>

Por conseguinte, para a educação acontecer no ambiente prisional ela deve ultrapassar o tecnicismo e se firmar como mecanismo de transformação, para efetivar a mudança. Para tanto, é necessário eleger educadores/educadoras com olhares diferenciados, humanistas, humanizados.

#### De acordo com Freire

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar essa possibilidade. Sua ação, identificando-se desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida na profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador.<sup>47</sup>

Em termos gerais, deve ser um profissional comprometido com a pedagogia educacional/social, disposto a trabalhar com o ser humano em situação de risco (abandono) além do social: com o indivíduo delituoso, criminoso. Não obstante, a educação vivenciada no cárcere deverá efetuar transformações na sociedade, por isso seu papel desafiador, diferenciado.

<sup>42</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>43</sup> FOUCAULT, 2009.

<sup>44</sup> FOUCAULT, 2009, p. 219.

<sup>45</sup> FOUCAULT, 2009.

<sup>46</sup> FOUCAULT, 2009.

<sup>47</sup> FREIRE, 1983, p. 62.

Quando observado durante a pesquisa de campo, fotografou-se um ambiente prisional festivo, atividades religiosas e educacionais que se misturavam no CPTF em meio a tendas e torneio de futebol, as imagens expostas a seguir apresentam um ambiente longe das imagens exibidas em jornais e revistas. São presos protagonizando momentos festivos:

Figura 4 - Vista parcial do CPTF



Fonte: Imagem cedida pelo Setor de Atividades Laborais CPTF.

Figuras 5 - Atividades desenvolvidas no pátio do Pavilhão A.



Fonte: a autora

As imagens exibidas nos fazem refletir em Freire que,

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, e também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.<sup>48</sup>

<sup>48</sup> FREIRE, 1983, p. 39.

Desse modo, a educação voltada para libertação dos sujeitos deve acontecer a partir da reflexão e da ação dos homens, e só há transformação se o oprimido, autoconsciente como tal, superar o opressor, caso contrário a situação se perpetuará. De nada adiante o processo educacional se não for útil para a vida. Destarte, deve ser pensada para aqueles que de alguma forma não se adaptaram ao modelo escolar e nos quais a atuação do educador se faz indispensável.

Conforme Freire é necessário entender o professor não entender,

que a sala de aula é o único espaço de aprendizagem dos sujeitos. Mas, deve lembrar que a comunicação pode potencializar a formação de um ambiente dialógico que permita uma maior participação da juventude nas relações de ensino. A comunicação, compreendida como troca de conhecimentos, possui uma dimensão educativa que deve ser levada em conta já que educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.<sup>49</sup>

Para Freire é preciso uma compreensão maior do que seja o ato de ensinar, para o ‘pedagogo dos oprimidos’ é necessário superar os modelos formais, e, imprescindível promover novos paradigmas baseados na sensibilização e conscientização dos sujeitos excluídos.

### **Religião: fé, esperança ou alienação?**

É sabido que, diante dos problemas provocados pelo avanço do capitalismo excludente, que torna o indivíduo cada vez mais vulnerável ao submundo da miséria e do vício, o ser humano já não sabe mais a quem recorrer, o evangelhismo através das representações religiosas vira de fato a cocaína do viciado e o que deveria preencher a existência humana nada mais é do que o suprassumo para conter seus impulsos. Acabando por “coisificar” o princípio do evangelho que deveria ser libertar o indivíduo das mazelas do mundo secular. Percebemos tal análise e a solidificamos a partir de Simmel<sup>59</sup>, pois, segundo ele:

Tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda a realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento dos indivíduos, tudo o que está presente de forma a engendrar ou mediatizar os fatos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros.<sup>60</sup>

<sup>49</sup> FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 69.

<sup>59</sup> SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2006, p. 86.

<sup>60</sup> SIMMEL, 2006, p. 86



De modo que vemos em Alves que por mais sacral que o mundo seja, com suas normas morais e valores espirituais, ele acaba por ser secularizado, desde o seu princípio, e lembra que esse os capitalistas “conhece a ética do lucro e o entusiasmo do capital e da posse”.

Assim sendo,

Não é preciso que os capitalistas frequentem templos e façam orações, nem que construam cidades sagradas ou sustentem movimentos missionários, nem ainda que haja água benta na inauguração das fábricas e celebrações de ação de graças pela prosperidade, e muito menos que missas sejam rezadas pela eterna salvação das almas... este mundo ignora os elementos espirituais. Salários e preços não são estabelecidos nem pela religião nem pela ética.<sup>61</sup>

A riqueza é construída por uma lógica duramente material. E do modo que o evangelho vem sendo servido, oferecido “na bandeja”, como aperitivo para entorpecer o trabalhador, libertando o capitalista do “incômodo” das greves e dos conflitos do proletariado. Se o indivíduo não adquiriu bens é porque orou pouco ou teve pouca fé, e na ingenuidade de sujeito abduzido pelo sistema, outrora econômico, agora “religioso”, repete e reproduz o discurso que interessa ao capital. O sujeito já não é mais quem é, mas aquilo que desejam que seja. Não basta enganar, é necessário apropriar-se de sua consciência.

A alienação do sistema religioso é tão presente que exige do indivíduo até mesmo indumentária. Ouviu-se de um interno do pátio “A”, membro frequente da Igreja, que disse ter se convertido de fato na prisão, que não sabia o que faria quando recebesse o alvará de soltura, uma vez que certamente não teria como visitar as igrejas. Afinal, todos no CPTF vestiam uniformes e eram bem recebidos para louvar a Deus. Mas lá fora, sem dinheiro, quem iria querer um membro malvestido e ex-presidiário?

E à medida que a evangelização avança, lançam-se moda e produtos diretamente voltados aos convertidos. É esse o passeio entre o sagrado e o profano nos dias atuais. Ademais, interpelado pelo ter e longe do ser, o sujeito que esteve no ambiente prisional, ao retornar ao convívio social, no caso religioso, sentirá o impacto da pressão com relação à chamada “boa aparência”, traduzida em ternos, gravatas e outros elementos, que nem de longe representam seu ambiente de conversão. Esse fato “empurrará” o indivíduo novamente ao crime à prisão.

Mesmo no ambiente prisional os famosos envelopinhos de dízimos e ofertas não param de chegar. Entre uma reclamação e outra, um detento narrou que fez um voto de cem reais. A oferta foi entregue a um pastor, que prometeu levar os envelopes a um monte para orar, sendo a benção garantida. Entretanto, queixava-se de não ter visto nada acontecer de diferente em sua

---

<sup>61</sup> ALVES, 2014, p. 69.

vida, e achava que tinha orado pouco. Interrogado sobre onde conseguira o dinheiro, respondeu que sua avó era aposentada e lhe trouxera a quantia na esperança de que, mediante as orações, ele fosse “libertado”.

As eras mudam e, por conseguinte, os rituais, sempre segundo determinadas perspectivas. Tudo é muito bem estruturado, para não perder o encantamento. Para Weber,

A ação religiosa ou magicamente motivada é, ademais, precisamente em sua forma primordial, uma ação racional, pelo menos relativamente: ainda que não seja necessariamente uma ação orientada por meios e fins, orienta-se pelo menos pelas regras da experiência. Assim como se esfregando um pau numa peça de madeira provocam-se centelhas, a mímica “mágica” do reconhecer faz cair chuva do céu. E as fagulhas produzidas pelo pau esfregado na madeira são, como a chuva obtida pelas manipulações do fazedor de chuvas, um produto “mágico”. A ação ou pensamento religioso ou “mágico” não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica.<sup>62</sup>

O fato ocorrido com o interno só foi relatado como experiência negativa porque a ação esperada, o “milagre”, não ocorreu. Conforme Weber, “somente nós, do ponto de vista de nossa concepção atual da natureza, poderíamos distinguir imputações causais objetivamente ‘corretas’ e ‘erradas’”.<sup>63</sup> Não houve sequer cautela por parte do religioso na “promessa do milagre”, uma vez que, conforme Weber, “a própria pessoa que age de modo mágico deveria fazer suas distinções, em primeira instância”.<sup>64</sup> Um “mágico”, em suas experiências cotidianas, deveria saber

que nem toda pedra, por exemplo, serve como fetiche. Nem toda pessoa tem a capacidade de ficar em êxtase e produzir, por conseguinte, aqueles efeitos de natureza meteorológica, terapêutica, divinatória ou telepática que, segundo a experiência, só se seguem desse modo.<sup>65</sup>

Não obstante, o “mágico moderno”, o “pastor” tem lá seus argumentos para se livrar de cobranças, ou seja, da devolução do valor exigido. Cobrado pelo fiel do milagre que não ocorreu, usa o velho argumento da falta de fé do sujeito; e o indivíduo, por não se sentir digno de tamanho acontecimento, acaba por se conformar com a retórica defendida. O mercado da ‘fé’ parece não ter precedente, e mesmo no ambiente prisional faz vítimas.

Munidos de “certezas” que ludibriam a fé alheia muitos desses “mágicos modernos” vêm no indivíduo “esquecido” pelo sistema a oportunidade de extorquir o pouco que lhes resta,

<sup>62</sup> WEBER, 2014, p. 279.

<sup>63</sup> WEBER, 2014.

<sup>64</sup> WEBER, 2014, p. 279.

<sup>65</sup> WEBER, 2014, p. 279.

inclusive a esperança. Se esquecendo de abrir caminhos para a ética do bem, da convivência. Conforme nos alerta Libânio, “sem dúvida hoje o maior empecilho para a ética diária se encontra no individualismo açulado pelo sistema capitalista”.<sup>66</sup>

Cabe salientar, em Libânio os “mágicos modernos”, que inescrupulosamente ‘invadem’ os espaços prisionais que a perversidade capitalista é o oposto a solidariedade e só um movimento cultural oposto a esta perversidade, embriagado de solidariedade, de convivência, de respeito às pessoas e à natureza tem chance de impregnar de cultura com outra ética, a ética do bem. Isso tanto vale para o encarcerado como também para os “evangelizadores”.

## 1.6 Religião e cárcere: achados da pesquisa no CPTF

No ambiente carcerário não se refuta a condição de “transferir conhecimento”, enganam-se quem imagina diferente. É no ‘intuito espontâneo’ de transmitir “conhecimentos” que presos considerados de alta periculosidade se encontram com outros com pouca vivência no crime nos pátios presídios afora. São homens, novatos no universo criminal, que em pouco tempo adquirirá novas formas de comportamento, e que desenvolverá novos hábitos e, por conseguinte, descobrirão novas formas de cometerem atos ilícitos, e os tornarão cada vez mais temido, conforme narrou a assistente social Moreno no capítulo anterior a respeito do jovem que foi preso por roubar galinhas e saiu como um bandido temido.

Portanto, a pesquisa realizada no CPTF não se restringiu apenas ao ambiente de sala de aula, mas também nas visitas aos pátios, na observação dos internos em momentos de atividades formais de educação e religião trazidas de fora, e a educação e religião produzidas naquele espaço, que acabou por provocar outras formas de olhar e perceber os diferentes caminhos que envolvem àquele espaço.

Tais percepções acabaram por levar a Marx e suas constatações sobre os sujeitos, para ele indivíduos não se afastam da produção de ideias, são essas ideias que representam a consciência que estão, desde o início, diretamente ligadas, entrelaçadas.<sup>67</sup> E lembra que a atividade material é o intercâmbio materializado da linguagem expressada pelos homens. É a linguagem da vida real e adverte que:

<sup>66</sup> LIBANIO, João Batista, 1932-2014. A ética no cotidiano: obra póstuma do teólogo João Batista Libanio/ João Batista Libânio. São Paulo: Paulinas, 2015. p. 56.

<sup>67</sup> MARX, 1984, p. 13

O intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como refluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam [die wirklichen, wirkenden Menschen], tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas correspondem até às suas formações mais avançadas. A consciência [das Bewusstsein], nunca pode ser outra coisa e não o ser consciente [das bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa Câmara obscura, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objectos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida.<sup>68</sup>

De acordo com Marx o verdadeiro processo que envolve os indivíduos parte dos homens realmente ativos, “e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida”. Para o teórico, “as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimados necessários do seu processo de vida material e empiricamente constatável e ligado a premissas materiais”.<sup>69</sup>

É possível ainda observar em Marx que não há produções materiais, religiosas ou intelectuais se não houver homens, pensamentos, linguagens e ações. De acordo com ele tudo é produção humana, e sem homens:

Não têm história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência.<sup>70</sup>

Assim, homem e linguagem no espaço prisional se misturam em gestos e postura e “escolhe”, o que nem sempre é uma questão de escolha, mais de oportunidade ou da falta desta, o que inconscientemente os constrói, e, como seres em constante construção, vão se impregnando de desejos e esperança, ou a ausência desses, uma vez que a falta desses últimos agem como um coquetel letífero para ocupar os espaços desesperançados construídos pela humanidade como último recurso para encaixar os que já ou nunca se encaixaram nos moldes preparados, construídos na sociedade.

É nessa inconstância entre homem, consciência, inconsciência, linguagem e sociedade é que os sujeitos adentram no CPTF, e, lá, aquilo que já fora objeto construído passa a se desconstruir, coisificar para a sociedade. As “coisas” que habitam no CPTF não são nem de

<sup>68</sup> MARX, 1984, p.14.

<sup>69</sup> MARX, 1984, p. 14.

<sup>70</sup> MARX, 1984, p. 13.

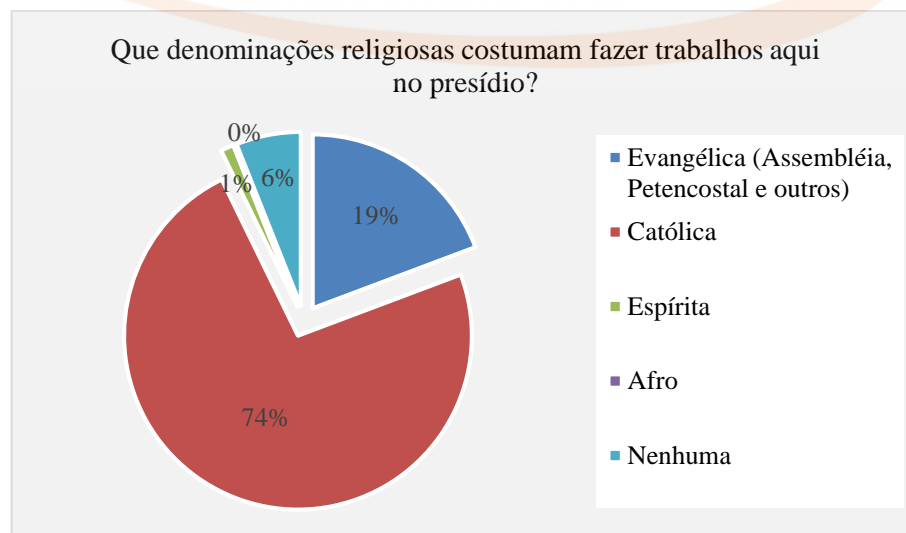
longe silenciosos. Embora seja uma unidade prisional, o CPTF tem como características as diferentes formas de interpretação de mundo.

Se para um detento aquele lugar foi à chance concedida por seu ‘deus’ para transformação, para outro não passa de um lugar miserável, onde a injustiça e a falta de esperança são companheiras fiéis. E a linguagem entendido é a do abandono e da rejeição familiar e social. E para que encontrem visibilidade buscam no universo simbólico da religião expressar uma fé genuinamente significativa para si e ao mesmo tempo para a sociedade.

Observada a partir da fala de um detento, quando perguntado se a frequência a determinada religião contribuía para a mudança de comportamento do apenado, em resposta afirmou “sim”. Acrescentou que “antes de deus o castigar, andava no caminho errado, mas agora, que obedecia às suas palavras, via com bons olhos seu castigo, pois aprendeu os mandamentos divinos”. E, lembra que quando foi preso antes, só ficou doze dias e “não tinha visto a realidade da vida”. Agora, que novamente encontra-se preso, quase um ano de detenção por roubo, queria refazer a vida, criar seu filho, e encontrara na religião à “oportunidade de transformação”.

O que nos levou a outro momento do questionário:

GRÁFICO 2 - Religiões que desenvolvem atividades no CPTF



Fonte: A autora.

Conforme representado no gráfico, 74% dos entrevistados asseguraram ser a Igreja Católica, através da Pastoral Carcerária; 19% disseram que eram igrejas evangélicas pentecostais (Assembleia de Deus, Quadrangular, Universal do Reino de Deus); 6% afirmaram que eram os espíritas.

Entretanto, Embora várias denominações desenvolvam trabalhos na Unidade Prisional, nenhuma delas consegue alcançar a grande maioria, talvez por ineficiência metodológica, experiências traumáticas da infância, aversão a um deus castigador, fraudes no próprio comportamento, simples recusa ou pela afirmação da liberdade religiosa. Todos os entrevistados conhecem a Igreja do Pátio. 73% já a frequentaram; 51% afirmaram que vão todos os dias; 11% nunca foram. Excetuando-se estes, todos já foram pelo menos uma vez. Um dado relevante é que 81% dos entrevistados acham que a frequência a uma religião contribui para a mudança no comportamento do apenado.

É percebido que a religião traz em si doutrinas disciplinadoras, e o indivíduo criminoso, na incapacidade de frear seus impulsos, ela acaba por funcionar como uma “fábrica de disciplina” assim, conforme Foucault,

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.<sup>71</sup>

Nesse caso a sujeição ao disciplinamento religioso é menos ruim, na perspectiva do indivíduo submerso no universo do crime, pois trará o céu como recompensa, do que às leis constituídas juridicamente pelos homens. Conforme disse um interno, “só estou aqui porque não obedeci a lei de Deus”. O deus a libertação ao homem a prisão. A este sujeito faltou a compreensão que “é o homem que faz a religião, a religião não faz o homem”. “É o fogo que faz fumaça; a fumaça não faz o fogo”.<sup>72</sup>

Contudo, vemos em Alves que “religião é coisa boa, fala do sentido da vida. Ela declara que vale a pena viver. Que é possível ser feliz e sorrir. E o que todas elas propõem é nada mais que uma série de receitas para a felicidade”.<sup>73</sup> Aqui se encontra a razão porque as pessoas continuam fascinadas pela religião. Por isso não é surpresa quando 81% dos entrevistados ainda veem na região a oportunidade de um novo recomeço. Pois é nela que se encontra a redescoberta do paraíso como também a condenação ao inferno.

Quando a pergunta foi com qual religião os internos se identificam, 73% deles confessaram se afeiçoar mais às igrejas pentecostais; 14% à Igreja católica; 1% ao movimento espírita; 14% afirmaram que não se sentem atraídos por nenhuma.

<sup>71</sup> FOUCAULT, 2009, p. 135.

<sup>72</sup> ALVES 2014, p. 72.

<sup>73</sup> ALVES 2014, p. 119.

Traços do protestantismo histórico praticamente desaparecem na Unidade Prisional, em contraste com a forte inclinação ao movimento pentecostal. Há na unidade prisional até mesmo trabalhos de cunho terapêutico e atividades religiosas de protestantes batistas, mas a pesquisa mostra o total desinteresse por essa denominação.

A religião é uma das fontes causadoras de mudanças sociais para Weber<sup>74</sup>, na obra “Sociologia das Religiões”, Weber discorre sobre as religiões mundiais e afirma que elas atraíram grande número de crentes e afetaram em grande medida o curso global da história. Todavia o curso da história parece estar mudando e procura uma identidade religiosa que melhor representa este fenômeno religioso.

Nos pavilhões “A” e “B” do CPTF notou-se que por mais que as igrejas protestantes históricas ou a católica se façam presentes, pareceu haver uma tendência “natural” ao neopentecostalismo nas suas mais diversas manifestações (a música, os salmos, o falar em línguas e a teologia da prosperidade).

Parece que o detento adere ao pentecostalismo assim como as massas mais pobres e desfavorecidas das cidades também aderem. O fiel que está preso parece não ser diferente do fiel que está solto, suas necessidades podem diferenciar-se em alguns aspectos, mas os quesitos opressão econômica e carência educacional, os tornam parecidos. Tanto na penitenciária como na rua, existem pessoas que sofrem do abandono social e econômico, que buscam uma intervenção para a situação em que vivem. Esta ajuda aparece na pregação da igreja pentecostal, cujo discurso do pastor lhes promete a solução desses problemas, não apenas pelas práticas religiosas, mas também pelas práticas assistencialistas, pela amizade, pela disposição em ouvi-los, etc.<sup>75</sup>

Para Bourdieu,

a religião cumpre funções sociais [...] tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam como ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes.

A leitura do Salmo 23, entre outros, funciona como uma espécie de ritual, “um jeito de fechar o corpo”, conforme foi dito por um interno. Buscam-se constantemente milagres mirabolantes, que vão do alvará de soltura ao desaparecimento de qualquer traço de crime cometido

<sup>74</sup> BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo, Perspectiva. 1998. p. 48.

<sup>75</sup> MELO, Flávia Valéria C. B. A Experiência Neopentecostal na Prisão: Uma discussão sobre efervescência religiosa, racionalidade e secularização. *Revista aulas*. n.4, p. 1-17, 2007. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4\\_8.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_8.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

O fiel que se pôs em contato com seu deus não é apenas um homem que percebe verdades novas que o descrente ignora, é um homem que pode mais. Ele sente em si mais força, seja para suportar as dificuldades da existência, seja para vencê-las. Está como que elevado acima das misérias humanas porque está elevado acima de sua condição de homem; acredita-se salvo do mal, seja qual for a forma, aliás, que conceba o mal.<sup>76</sup>

Outrossim, mesmo que a religião não dê conta de responder aos apelos dos desesperados, no espaço prisional ela é consolo, para alguns, consolo único. Ela é um gostoso despertar de uma esperança já perdida, de uma ilusão que precisão de ilusão, não é excremento, mas adubo, “porque é mais belo o risco ao lado da esperança que a certeza ao lado de um universo frio e sem sentido”.<sup>77</sup>

O interno, referido anteriormente, se dizia arrependido e garantia que gostaria de melhorar a vida e seguir no caminho do Senhor Jesus Cristo.

Num esforço singular, encontra o alívio do perdão protagonizado pela fé em um novo caminho a partir da conversão religiosa, uma vez que a linguagem que envolve o universo religioso é de alívio e perdão. E é ela, a religião, que devolve ao assassino, ao ladrão a certeza da remissão e permite ao indivíduo construído a partir de uma linguagem de crime e repressão, dotar-se de uma ética particular, ao que, podemos chamar, conforme Libanio, de ética boa, da ética da vida, e, rejeitar, a partir de sua conversão, aquilo que lhe parece incorreto acabando por neutralizar outras formas de interpretação de mundo, é para aquele, sujeito rejeitado fora da criminalidade, não o caminho, mas o único caminho para ser notado pela sociedade.

Talvez em Marx encontremos uma explicação. O estudioso afirma ser a religião o “suspiro do oprimido” e observa que, a partir dela, o sujeito encontra a felicidade, mesmo numa situação de miséria e opressão:

A miséria religiosa constitui e ao mesmo tempo é a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. O banimento da religião como fidelidade ilusória dos homens é a exigência de sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito de suas condições é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusão.<sup>78</sup>

Portanto, tirar do sujeito no espaço prisional o direito da fé religiosa, sem oferecer algo que para ele seja tão importante, é o mesmo que pedir que abandone “uma condição que precisa de ilusão”. Para o indivíduo nada mais resta do que a fé observada pelos “universos simbólicos”. Assim, “a religião, a história, são expressões do esforço humano no sentido de tornar a natureza,

<sup>76</sup> DURKHEIM, É. *As formas elementares de vida religiosa*. 1989. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 459.

<sup>77</sup> ALVES, 2014, p. 126.

<sup>78</sup> MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 45-46.



o tempo e o espaço em função de si mesmo. Esforço titânico para antropologizar o universo todo, transformando-o numa extensão do corpo”.<sup>79</sup>

A esse, sujeito emergido do mundo do crime nada mais resta do que a religião como suspiro, como consolo para a ausência de conquistas e como freio para uma vida de delitos criminais que precisava, urgentemente, ser repreendida pela força invisível e dogmática da fé.

### 1.7 Conceitos lacônicos sobre educação-educações

A educação é tão antiga quanto a consciência humana, e é pouco provável chegar a uma definição concreta do que seja educação, ou pelo menos a uma definição aceita universalmente, já que para cada sociedade humana a educação se constitui de acordo a sua finalidade ou necessidade. Entretanto, é possível defini-la a partir de seu cognato: “educação vem do latim *ducare*, e significa “guiar, conduzir”; o prefixo “e” significa “para fora”.<sup>80</sup>

Em seu significado básico, educação é a atividade de “conduzir para fora”.<sup>81</sup> Para Groome, há três dimensões que enfatizam a distinção do “conduzir para fora: 1) a partir de um dado ponto; 2) um processo presente; 3) um futuro em direção ao qual se efetua o “guiar para fora”.<sup>82</sup>

São essas três dimensões que caracterizam a educação e podem ser observadas do seguinte modo: a primeira, o conduzir para fora, tem dimensão de “já”, e expressa tanto o que o aprendiz já sabe como o que o educador sabe, salientando que o aprendiz tem a capacidade interior de aprender; a segunda dimensão é caracterizada pelo processo presente que está sendo concebido, isto é, não aquilo que está lá, mas aquilo que está por ser descoberto, que vai se fazendo conhecido à medida que amadurece o aprendiz. Isso não ocorre de forma passiva, mas conflituosa, pois o indivíduo tem seus valores e convicções, de tal modo que a palavra “já” nos situa diante da noção de que tanto o educador como o educando são dotados de uma (per)cepção de mundo, e mostra que o aprendiz pode aprender ainda mais com o educador.

Nesse sentido, “o processo presente” enfatiza o que se pode ensinar, já que o educando ainda não chegou lá, dadas as limitações a serem trabalhadas para o alcance do objetivo. O conhecimento deve ser encontrado e descoberto nas vivências do dia a dia e não necessariamente despertado ou formado por alguém que já conhece o seu escopo. Este último

<sup>79</sup> ALVES, 1999, p. 13.

<sup>80</sup> GROOME, H. T. *Educação Religiosa Cristã*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p. 21.

<sup>81</sup> GROOME, 1985.

<sup>82</sup> GROOME, 1985.

é tão imperativo que o prefixo “e”, da palavra educação, traz em seu radical latino a condição de “conduzir para fora”, que lhe confere o caráter porvindouro, fazendo com que se acredite e se tenha horizonte com relação ao futuro de alguém, algo fundamental no cotidiano, tanto do educador quanto do educando.

É o movimento contínuo em busca do novo, para assim aprender conscientemente o que já preexistia, e foi apenas redescoberto a partir das experiências presentes. “O processo de experimentação presente e o movimento em direção a um futuro novo são evidentes durante toda a prática histórica da educação”,<sup>83</sup> e é tão presente que, conforme Brandão, ninguém escapa da educação, uma vez que:

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação que nos invade a vida.<sup>84</sup>

Assim a educação pode ocorrer em todo lugar, em diferentes espaços, e pode ser classificada como formal, não formal e informal.

A educação formal: “refere-se a tudo o que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo que se configura. Entende-se, assim, que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal”.<sup>85</sup> E está relacionada ao ensino, às aprendizagens, e suas ações se desenvolvem mediante um planejamento sistemático. A formalidade refere-se a tudo que implica uma forma estruturada, organizada, sistematicamente planejada.

A educação pode ocorrer em espaço escolar ou não escolar. A educação formal é tipicamente escolar, mas também acontece em outros espaços, o que podemos chamar de educação intencional não convencional. O que deve ficar claro é que onde existe ensino, há educação formal.

A educação não formal: “são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização”.<sup>86</sup> Desse modo, as semelhanças são pedagógicas, mas não formalizadas. Podemos incluir movimentos organizados (campo e cidade), eventos de animação cultural, trabalhos comunitários e meios de comunicação social, entre outros. No espaço escolar as atividades não formais são as tarefas extraescolares que

<sup>83</sup> GROOME, 1985, p. 23.

<sup>84</sup> BRANDÃO, R. B. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 7.

<sup>85</sup> LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2007. p. 88.

<sup>86</sup> LIBÂNEO, 2007, p. 89.

promovem conhecimentos complementares, que de alguma forma se conectam com a educação formal/escolar, como as feiras e aulas de campo, entre outras.

Libâneo relata que as duas formas de educação têm semelhanças no método de ensino, no objetivo e no conteúdo.

Gohn adverte que o que distingue a educação não formal é o grau de intencionalidade inferior a formal, haja vista que:

A educação não formal era vista como o conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar, entre outros.<sup>87</sup>

Segundo expõe Gohn, a educação não formal obteve grande ênfase nos anos 1990, derivada das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. De modo que com o passar dos anos:

Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Passou-se ainda a falar de uma nova cultura organizacional que, em geral, exige a aprendizagem de habilidades extraescolares.<sup>88</sup>

Gohn nos lembra que as mudanças no Brasil da época iam além da economia, para um novo campo da educação não formal, contava com o apoio de estudiosos e de agências internacionais, como a ONU e a UNESCO, e com base na conferência da Tailândia, acabou por resultar em dois documentos: “Declaração mundial sobre educação para todos” e “Plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem”.<sup>89</sup> Esses documentos revelaram as condições particulares da América Latina e de reconhecimentos de ONGs, em programas de educação na região, o que esboçou novas possibilidades de trabalho para a educação. Os documentos, assim, expandiram o campo da educação para além da educação formal escolar, levando ao reconhecimento da necessidade de educação em espaços considerados não formais.

A educação informal: são todas as experiências vividas fora da escola, sem sistematização clara e objetiva, como existências educativas que se dão pela intervenção tecnológica da informação (rádio, TV, internet, inclusive redes sociais) acionada pelos sujeitos. Dessa forma, a educação informal pode ser definida como: “O processo contínuo de aquisição

<sup>87</sup> GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 100.

<sup>88</sup> GOHN, 2011, p. 100.

<sup>89</sup> GOHN, 2011, p. 101.

de conhecimentos e competências que não se localizam em nenhum quadro intencional, acrescentando ainda o seu caráter não intencional”.<sup>90</sup>

Contudo, se observa que “o termo “informal” é mais adequado para indicar a modalidade de educação que resulta da atmosfera “em que os indivíduos vivem, envolvendo tudo o que é do ambiente e das relações socioculturais e políticas que impregnam a vida individual e grupal”.<sup>91</sup>

De imediato, podemos afirmar que a educação ‘informal’ está presente fora do sistema educacional, e ao mesmo tempo ocorre em todas as ocasiões, acontece nos momentos em que se medeiam, ensinam e aprendem, e está centrada nas experiências vivenciadas pelos indivíduos. De modo que, precisamos eliminar o modo simplista como se pensa e trata educação, pois o vocábulo sempre é relacionado à instituição escolar, com seus significados e significâncias, projeto político pedagógico, normas, acultramento e valores, que podem ser de uma sociedade, um povo e um país.

### **1.7.1 *Entrelaçamentos da educação e religião no CPTF***

Na perspectiva freiriana, a educação é um dos elementos que possibilitam ao sujeito ou a uma sociedade comunicar-se, interagir com o outro. É através dela que somos capazes de adquirir saberes, habilidades e técnicas. E somos capazes disso por ser a educação ensinada e aprendida pela mediação, e está se faz presente e tem a princípio o objetivo de cultivar o desenvolvimento dos membros do ambiente de sua inserção, constituindo uma práxis educativa libertadora. Dessa forma, os valores e técnicas são repassados, objetivando transformar a vida de uma pessoa, de uma sociedade, de uma cidade, de um país.<sup>92</sup>

A transformação não se dá ao acaso, pode acontecer no sentido pessoal, profissional e psicossocial. Isso se dá na convivência com o outro, o que possibilita uma troca de informações, costumes, culturas e saberes. Para Paulo Freire,

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, apreendido pelos educandos.<sup>93</sup>

<sup>90</sup> NASSIF, apud LIBÂNEO, 2007, p. 90.

<sup>91</sup> LIBÂNEO, 2007, p. 90.

<sup>92</sup> FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>93</sup> FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 26.

Para Freire transformação significa mudança de vida, de hábitos, às vezes arraigados dentro de nós. Significa abrir-se para o novo, o desconhecido, o aprendido.

Esse é um processo contínuo, por isso o “saber” deve ser muito mais que um patrimônio subjetivo, precisa ser dividido, compartilhado. Dessa forma, o ser humano está sempre aprendendo, inventando, reinventando e difundindo o conhecimento.

Em todo momento, em qualquer lugar do mundo, há aquele que ensina e aquele que aprende. Educação tem sentido amplo. Para alguns começa em casa, para outros na escola, e se estende aos espaços não escolares: ONGs, abrigos, instituições para menores, presídios, onde se praticam atividades físicas individuais ou em grupo (educação física, academia de ginástica/dança, jogos, artes marciais), que se estendem ao ambiente de trabalho. Portanto, não há uma única forma de educar alguém, assim não se institui como uma prática exclusivamente escolar, tendo o professor como excepcional transmissor do saber.

A educação é essencial para a construção do conhecimento, possibilita ao homem mudança de vida, visando transformá-lo em algo melhor, seja pessoal, psicossocial ou profissionalmente.

Para Brandão, o processo de educação começa em casa, quando as crianças aprendem com os pais as primeiras palavras, letras, artes, brincadeiras, músicas, formas de comportamento, religião, postura, atitude, respeito, valores passados de uma geração a outra, como o conhecimento da sua cultura.<sup>94</sup> Em uma tribo indígena observam-se costumes como: aprender a caçar, a pescar, a fabricar flechas, utensílios domésticos (barro), artesanato, a produzir (plantar e colher) os próprios alimentos, as crenças, danças, o idioma. Tais valores são passados de uma geração para outra, preservando a história. Tudo isso é educação.

Quanto às práxis educacionais, Brandão alerta que:

Não é nada raro que tanto na cabeça de um índio quanto de nossos educadores ocidentais, a melhor imagem de como a educação se realiza seja a do oleiro que toma o barro e faz o pote. O trabalho cuidadoso do artesão que age com o tempo e sabedoria sobre a argila viva que é o educando. A argila que resiste às mãos do oleiro, mas que se deixa conduzir por elas a se transformar na obra feita: o adulto educado.<sup>95</sup>

Destarte, educar passa necessariamente por um processo ético. E na arte de mediação entre educador e educando há sempre dois sujeitos, aquele que ensina, o professor, e o sujeito que aprende. E esse aprendizado perpassa os muros escolares, os espaços formais e ou informais

<sup>94</sup> BRANDÃO, 2007.

<sup>95</sup> BRANDÃO, R. B. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 24-25.

de educação, das formas elementares de se compreender e aprender no ato de educar. Para Freire, é um ato que pode ser descrito como o momento em que:

Vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a ética.<sup>96</sup>

No processo de ensino-aprendizagem na escola ou em espaços não escolares trocam-se saberes: o professor ensina a quem necessita aprender, e ao mesmo tempo aprende quando se desperta para ensinar. Aprende que não é o único detentor do saber. O aluno, criança ou adulto, sempre tem algo a ensinar. Quando chega à escola ou a outra instituição, traz sua visão de mundo.

Vivemos em uma sociedade onde a educação formal escolar é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme estabelece o Art. 205 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, algumas pessoas não têm acesso à escola, por falta de vagas ou ausência de escolas: na cidade, no campo e nas regiões ribeirinhas. Outro motivo é a dificuldade ou ausência de transporte. Desse modo, a educação para todos torna-se para poucos.

O art. 205 da Constituição Federal de 1988, que se posiciona sobre a educação, explicita:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.<sup>97</sup>

A lei que rege o país deixa claro que a educação é reconhecida como direito de todos. O processo educativo é um dever do Estado, em parceria com a família e a sociedade. Na escola, em todos os níveis educacionais, professor e orientador exercem função importante, mediando o aprendizado da leitura e da escrita e indo além das disciplinas acadêmicas e científicas.

Os espaços prisionais não são exceção. Há uma lacuna educacional eminente, com trabalhos educacionais a serem executados. Tais trabalhos são orientados a partir da Educação de Jovens e Adultos - EJA, modalidade da Educação Básica consolidada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN - 9394/1996, em seu Título V, que aponta os Níveis e Modalidades de Educação e Ensino, bem como no capítulo II, que trata da Educação Básica, estabelecida na Seção V da EJA e fundamentada pelo Parecer 11/2000 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

<sup>96</sup> FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 26.

<sup>97</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1998.

A Educação Prisional no estado da Bahia foi consolidada pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia, respeitando o texto estabelecido na Lei nº 9.394/1996, na Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) nº 3/2009, e no disposto pelas Diretrizes Nacionais para oferta de educação nos estabelecimentos penais, a partir do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) nº 2/2010.

De acordo com o parecer do Conselho Estadual de Educação – CEE, a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais foi instituída pela Resolução CEE/CEB Nº 239/2011 e contou com o Sistema Estadual de Ensino da Bahia, além das manifestações e contribuições provenientes da participação de representantes de organizações governamentais e de entidades da sociedade civil, em reuniões de trabalho e audiências públicas promovidas pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia, que tomou como princípio o direito fundamental de todos à educação ao longo da vida, inclusive das pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, estabelecendo que é dever do sistema de ensino assegurar a oferta regular e gratuita de cursos a jovens e adultos por meio da Educação de Jovens e Adultos, modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.<sup>98</sup>

Mediante resolução, citada pelo CEE, a Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, ofertada para os cidadãos privados de liberdade, deve contribuir para o processo de desenvolvimento humano e de inclusão das pessoas privadas de liberdade, seja no ambiente prisional, em todos os seus regimes, seja no seu retorno à sociedade.

Assim sendo, há os que acreditam que não só a fé, mas também a educação pode oferecer sentido à vida, “assim como aquela revolução que se originou no cérebro de um religioso hoje se origina no cérebro de um filósofo”.<sup>99</sup>

A revolução do reformador Lutero, citada Marx, bem poderia ser aplicada à concepção de religião bem como educação observada no espaço prisional, a partir do entendimento de um interno, que aqui será conhecido como Flor de Lótus, preso há mais de 11 anos no CPTF.<sup>100</sup>

Flor de Lótus, quando se deparou com a 31ª pergunta do questionário (“você acha que a frequência a uma determinada religião contribui para a mudança de comportamento do apenado? Ou ainda, é possível um ambiente prisional sem a presença de trabalhos religiosos?”), não se conteve em apenas responder sim ou não, usou os versos das páginas e elaborou a

<sup>98</sup> ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA. *Resolução CEE nº 43, de 14 de julho de 2014*. Dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado-BA. Salvador: 2014.

<sup>99</sup> MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*: Feuerbach. São Paulo: Centauro, 1984. p. 51.

<sup>100</sup> MARX, 1984.

seguinte resposta: “As falas são outras. Isso torna o convívio melhor e conseqüentemente, a mudança, como o respeito para com os colegas, o comportamento, a maneira de se expressar e outras coisas mais [...] tudo na vida é possível! Mas a religião é onde se começa tudo, com certeza grandes transformações têm a influência das igrejas, não só aqui como na rua. Como por exemplo: sou uma pessoa de muita fé, constantemente me auxilio nas informações bíblicas e meus erros são menores”.

Segundo Flor de Lótus, a religião não importa muito, mas sim os seus efeitos. Que podem variar entre positivos ou devastadores. Segundo ele o preconceito religioso no ambiente prisional é muito presente e existe inclusive na escola, e tanto pode ser confessional como silenciado. Não obstante, a influência religiosa no ambiente prisional é discutida por muitos especialistas, inclusive do campo jurídico. A Lei de Execução Penal (Lei 7210, de 1984) dispõe sobre a assistência aos detentos do sistema prisional, em seu artigo 24:

A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. § 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos. § 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.<sup>101</sup>

Embora a lei garanta um ambiente adequado para encontros e a liberdade de culto, ainda há uma lacuna enorme a ser preenchida, pois os cultos são conduzidos em celas improvisadas e traços de intolerância religiosa afloraram no decorrer da pesquisa. Segundo Flor de Lótus, durante muito tempo não se pôde jogar a roda de capoeira, ‘ofensiva’ aos evangélicos, que a associavam ao culto aos orixás. Jogar roda de capoeira era “macumba”, “não sabendo eles que macumba é apenas o nome do instrumento (tambor) usado na roda para dar ritmo aos capoeiristas”, observa Flor de Lótus.

O preconceito quanto às religiões afro é fato marcante para Flor de Lótus, candomblecista, desde a infância, diz ter preferido silenciar quanto à sua opção religiosa para não sofrer com o preceito dentro e fora do universo prisional. Segundo, narra, quando criança sofria com a discriminação entre os colegas porque tocava os instrumentos de culto afro no Centro de Umbanda de seus avós. Assim, Flor de Lótus omitia sua religião quando lhe perguntavam para não ser excluído das brincadeiras por seus colegas.

Sobre o parágrafo supracitado, vemos em Ribeiro que tal atitude é antiga no país, os negros, que numa diáspora forçada, vieram parar em terras brasileiras trazendo como herança a religião, e o culto aos orixás, em uma época em que era indispensável ser católicos no Brasil,

<sup>101</sup> MIRABETE, J. F. *Execução Penal*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 83.



por isso para ter legitimidade social, os negros que recriaram, em solo brasileiro, as religiões africanas, assim como Flor de Lótus, preferiam silenciar, assumindo ser católicos e se comportavam como tais.<sup>102</sup>

Lembremos ainda em Ribeiro que a identidade social brasileira é marcada pela multiplicidade de culturas étnicas e suas raízes históricas e antropológicas.<sup>103</sup> E, embora, essa multiplicidade exista, no espaço prisional é ignorada.

Flor de Lótus afirma que “há uma influência muito forte dos batistas e a forma como propagam o evangelho não ajuda em nada a combater o preconceito, pois condenam mesmo ao inferno àqueles que praticam religiões que para eles não são cristãs”. E narra um episódio que ocorreu em sala de aula quando fizeram um cartaz e usaram uma frase atribuída a Chico Xavier: “Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”. No outro dia, perceberam que o cartaz com a frase havia sido “arrancado” após a visita de uma missionária batista que desenvolvia trabalhos evangelísticos na Unidade.

O interno, foi contundente em afirmar o quanto isso o incomodou, asseverando que: “O que me chocou foi que ela nem conhecia as circunstâncias em que a frase foi escrita, apenas arrancou, um colega disse, porque tinha o nome de Chico Xavier, um líder espírita. Só porque é espírita? E daí?” - Questiona Flor de Lótus, e acrescenta: “na sala foram confeccionados vários outros cartazes com frases que achávamos que eram importantes, além da frase de Chico Xavier havia, havia uma de Paulo Freire (‘Se a educação sozinha não muda a sociedade, tampouco a sociedade muda sem ela’), outra de Martin Luther King (‘O que me incomoda não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons’). Havia, ainda, uma frase de Santo Agostinho (‘Uma lei injusta não é lei alguma’). Mas só foi retirada a de Chico. E isso não é intolerância? A verdade é que para viver aqui a gente perde qualquer tipo de identidade”, concluiu Flor de Lótus.

É necessário que a intolerância religiosa nesses espaços, assim como em qualquer outro, seja observada como ponto preocupante, pois a ela somam-se outros tipos de intolerância como apolítica, cultural, étnica e sexual. Devemos lembrar ainda que:

A inquisição está presente no cotidiano dos indivíduos: no âmbito do espaço doméstico, nos locais do trabalho, nos espaços públicos e privados. Ela assume formas sutis de violência simbólica e manifestações extremadas de ódio, envolvendo todas as esferas das relações humanas. A intolerância é, portanto, uma das formas de opressão de indivíduos em geral fragilizados por sua condição econômica, cultural, étnica, sexual e até mesmo por fatores etários. Muitas vezes nos surpreendemos ao descobrir a nossa própria intolerância. A construção de uma sociedade fundada em valores que fortaleçam a tolerância mútua exige o estudo das formas de intolerância e das suas manifestações concretas, aliado à denúncia e combate a todos os tipos de intolerância.

<sup>102</sup> RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>103</sup> RIBEIRO, 1995.

Por outro lado, a tolerância pressupõe a intransigência diante das formas de intolerância e fundamenta-se numa concepção que não restringe o problema da tolerância! Intolerância ao âmbito do indivíduo; esta é também uma questão social, econômica, política e de classe.<sup>104</sup>

É sabido que em muitas culturas, algumas religiões acabam por se tornar ponto identitário. Flor de Lótus, ao afirmar que depois de algum tempo no ambiente prisional o indivíduo acaba perdendo aquilo que é identitário, ecoa um pensamento de Mendes, para quem a identidade de um grupo é

socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. As identidades serão, assim, construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social. Têm origem na necessidade de controle, por parte dos indivíduos e grupos, do espaço social e físico circundante. As bases e as origens das identidades são os acidentes, as fricções, os erros, o caos, ou seja, o indivíduo forma a sua identidade não da reprodução pelo idêntico, oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares da socialização. Essas identidades são ativadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruídas na ação. As identidades são, assim, relacionais e múltiplas, baseadas no reconhecimento por outros atores sociais e na diferenciação, assumindo a interação nesse processo.<sup>105</sup>

A assistência religiosa no ambiente prisional não é ponto de discussão e nem ocupa lugar de destaque nos seminários temáticos do Sistema Penitenciário Brasileiro. Ainda há uma resistência grande por parte de muitas unidades ao reconhecimento da importância da religião nesses espaços. Entretanto, a educação começa a ganhar verdadeiro destaque nesse universo. Desde 2011 acontece no estado da Bahia o Seminário Estadual de Educação em Prisões. A Educação de Jovens e Adultos integrada à educação prisional também foi ressaltada.

### **1.7.2 Aprender a ler para ler a Bíblia**

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos orienta os sistemas de ensino a oferecer educação prisional integrada ao ensino médio nessa modalidade, enquanto o Programa Nacional de Inclusão de

<sup>104</sup> SILVA, A. O. *Reflexões sobre a intolerância*. 2004. Disponível em: <<https://antoniozai.wordpress.com/2011/03/12/reflexoes-sobre-a-intolerancia-2/>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

<sup>105</sup> MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária orienta os sistemas municipais nessa mesma direção quanto às séries finais do Ensino Fundamenta.l.<sup>106</sup>

O acolhimento à educação nas unidades prisionais foi fato incondicional para a promoção do sujeito, segundo afirmou um interno da ala “A”. Inspirado na filosofia do “educar para transformar” e embasado naquele que ele afirma ser “o maior educador do país”, Paulo Freire, diz que a educação oferecida naquele espaço, o inspirou tanto que acabou por contribuir para torná-lo “multiplicador educacional”, cujo papel é buscar novos alunos para frequentar a escola do espaço prisional e com isso fortalecer os vínculos educacionais dos professores com o alunado do pátio.

Narra que antes de exercer essa função, a condição dele era de agressividade e de liderança negativa. Temido por se fazer chefe de ações criminosas, sua condição de opressor era reconhecida tanto pelos internos como por todo o conjunto da unidade prisional. Segundo narra, após ter lido a obra “Pedagogia do oprimido”, de Paulo Freire, sentiu-se envergonhado, pois uma frase o cortou como espada: “Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conformasse como violentados, numa situação objetiva de opressão”<sup>107</sup>. E concluiu que “não é o opressor quem vai libertar o oprimido, mas o oprimido quem vai libertar o opressor”.

Para esse interno, que havia abandonado a possibilidade de diálogo e escolhido a violência como meio para resolver situações conflituosas, a educação foi a oportunidade de um recomeço e a compreensão de que “somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores”.<sup>108</sup>

Não obstante, a educação trouxe ainda a esse indivíduo clareza quanto à sua condição de oprimido, ou seja, ele se percebeu à margem do sistema carcerário brasileiro e mergulhado em um universo criminoso, a que nem ele mesmo sabia como chegara, e tampouco como poderia sair.

O acesso do interno à literatura freiriana fez parte do Projeto Leituras no Cárcere, promovido pelo Setor de Atividades Laborais e Educacionais. À proporção que os internos se aproximavam da escola iam tendo acesso aos livros.

O projeto, elaborado pela coordenação pedagógica da unidade, inicialmente tinha a pretensão de oferecer não só livros, mas também “liberdade”, conforme afirma o coordenador

<sup>106</sup> II SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES. *Coletânea de textos legais*. Salvador - BA: 2012. Disponível em: <institucional.educacao.ba.gov.br/secretaria-da-educacao-realiza-ii-seminario-educac.>. Acesso em: 04 set. 2016.

<sup>107</sup> FREIRE, 1983, p. 23.

<sup>108</sup> FREIRE, 1987, p. 24

do setor de atividades laborais e educacionais, o Sr. Orlando Berbel, pretendendo contribuir para a remissão do interno. No entanto, o projeto foi além do objetivo inicial, conforme afirma Berbel, “ofereceu, especialmente a esse interno, um novo rumo à sua vida, e trouxe à unidade um aliado de peso na promoção da educação no CPTF”.

Conforme analisado nos documentos oficiais da escola da Unidade Prisional, essa é uma proposta firmada no Projeto Político Pedagógico da Unidade Prisional – PPP, no CPTF. De caráter freiriano, buscou nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Prisional o embasamento para formular a política de atendimento escolar aos internos da unidade. O PPP do CPTF em seu processo de construção teve, além da revisão literária, caráter participativo firmado pelos diversos setores da unidade prisional, e ainda contou com a participação efetiva dos alunos dos Pavilhões “A”, “B” e Feminino. Conforme pode-se observar nas imagens abaixo:



Figura 2 - Construção do PPP



Fonte: Setor de atividades laborais e educacionais do CPTF

Para Medeiros, o processo educacional freiriano só promove mudança de fato quando traz consigo uma perspectiva humanitária e humanizadora, caracteriza por um

Movimento de liberdade que surge a partir dos oprimidos, sendo a pedagogia realizada e concretizada com o povo na luta pela sua humanidade. É uma pedagogia de homens e mulheres que lutam num processo permanente pela sua libertação, pelo que tem necessariamente de ser feita com o povo através da reflexão sobre a opressão e suas causas, que gera uma ação transformadora, denominada por práxis libertadora.<sup>109</sup>

É nesse movimento de liberdade que o educador deve propor a educação como um momento libertador, dialógico, longe do autoritarismo, “em última análise, o educador

<sup>109</sup> MEDEIROS, A. Humanização versus Desumanização: reflexões em torno da Pedagogia do Oprimido. *Revista Reflexões*, v.2, n. 3, p. 129, 2013. Disponível em: <<http://revistareflexoes.com.br/revistas/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

autoritário tem mais medo da resposta do que da pergunta. Teme a pergunta pela resposta que deve dar”.<sup>110</sup>

Educar no ambiente prisional foge da normalidade, traz consigo uma responsabilidade maior, o peso de saber que aquele indivíduo tem no professor a imagem de alguém que está ali para mudar sua vida, seja pela remissão, pelo fato de afastar-se do movimento do pátio ou mesmo pelo desejo de aprender, o fato é que o educador não se deve furtar da oportunidade promover a reflexão, a humanização.

Freire, assegura que pedagogia que liberta o oprimido é:

aquela que tem de ser forjada com ele e para ele, enquanto homens ou povos, na incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, e que esta pedagogia se fará e refará, continuamente.<sup>111</sup>

Para Cearon, a pedagogia freiriana propõe uma concepção de educação onde a população oprimida passa refletir sobre sua realidade histórica e social, “sobre suas responsabilidades”<sup>112</sup>, sobre seu papel no momento histórico em que vive. Uma educação em que pelo seu conteúdo e pelo seu método permite ao educador ajudar o homem a ajudar-se, a fazer-se agente de sua própria recuperação através de uma postura crítica diante dos problemas.<sup>113</sup>

### 1.7.3 *Nas entrelinhas da escola*

Aprender a ler para decodificar o livro sagrado dos cristãos, aparece nas palavras dos internos como um forte estimulador para frequentar a escola do CPTF, principalmente os frequentadores das igrejas evangélicas. Entretanto, é percebido que isso ocorre tanto dentro como fora do ambiente prisional. Pesquisas têm apontado para estes fatos mesmo em lugares longínquos.

Humilhados pelo fato de não dominarem a leitura e a escrita, excluídos de cargos que possam exercer dentro da “obra”, o jovem ou adulto, evangélico, não alfabetizado, busca desesperadamente inserir-se no processo de aprendizado, por entender que esta também é uma

<sup>110</sup> FREIRE, P.; FAUDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>111</sup> FREIRE, 1983, p. 32.

<sup>112</sup> CEARON, N. M. *Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - PRAJA: visão do aluno*. Salvador: Eduneb, 2011. p. 38.

<sup>113</sup> FREIRE, 1983 *apud* CEARON, 2011, p. 38.

forma inserção naquele universo. Percebe-se em Freire, que o momento desse buscar é o que inaugura o diálogo como prática da liberdade.<sup>114</sup>

Contudo, Freire alerta que,

A leitura da palavra é sempre precedida de leitura de mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se, é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender os seus contextos, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.<sup>115</sup>

De modo que embora muitos alunos do CPTF tenham afirmado que tiveram motivos religiosos, como aprender a ler para ler a bíblia, nos faz supor que a motivação inicial foi o combustível propulsor, necessário ao objetivo traçado, entretanto, o que os fez continuar na caminhada foi o que passou a caracterizar a motivação, uma vez que foi observado àquele indivíduo que antes procurava a escola apenas para “ler a Bíblia”, passou a enxergar uma riqueza de significação, pressupondo que os temas geradores, desenvolvidos em sala, encontrou outra ponte de ligação, que não fosse apenas a leitura bíblica, talvez isso tenha sido possível, “devido à atuação do educador, a sua riqueza, sua significação, sua pluralidade, seu devenir, em sua constituição histórica, sua objetividade”.<sup>116</sup>

É visto que naquele espaço é fundamental uma desconstrução histórica do sujeito, um desnudamento de hábitos construídos ao longo de uma vida de crimes e vícios. Entretanto, conforme foi observado, tanto no estudo de caso do “Pequeno Missionário” de Deus como também no caso do “Ungido de Deus”, conferidos nas páginas conclusivas deste estudo, violência física e simbólica, estiveram presentes, precedidos de exclusão familiar e social.

A vulnerabilidade a que esses indivíduos foram expostos na infância, segundo narrativas, os conduziram a um ambiente de hostilidade e castigos constantes, ao “aparelho disciplinar perfeito”, uma alta construção de acumulações de funções administrativas de direção, de policiais, de vigilância, econômica de controle e de verificação, religiosas de encorajamento à obediência”, traçados em que Foucault bem soube descrever ao analisar o surgimento das prisões e que de lá para muito pouco ou nada mudou.<sup>117</sup>

Subjacentes àquela realidade social infanto-juvenil, negado a direitos fundamentais, prezados no Artigo 6º da Constituição do Brasil, datada de 1988, inspirada nos direitos

<sup>114</sup> FREIRE, 1983, p. 102.

<sup>115</sup> FREIRE, 1994, p. 8.

<sup>116</sup> FREIRE, 1983, p. 103

<sup>117</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 167.

fundamentais da pessoa humana e considerada por especialistas como a “Constituição Cidadã”, que cita diretamente garantias necessárias à plenitude do indivíduo.<sup>118</sup>

Em seu legado histórico o Brasil sempre manteve uma dívida com a população marginalizada, fato perceptível uma vez que a EJA surge como uma “categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas como a função reparadora”, conforme é conferido em documentos educacionais nacionais, o que “significa que não é só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade antológica de todo e qualquer ser humano”.<sup>119</sup>

Destarte, o trabalho com leitura tanto na educação como jovens e adultos quanto nas demais modalidades de ensino, não pode ser apenas uma descodificação da escrita, mas “um importante instrumento para a libertação do povo brasileiro e para o processo de reconstrução de nossa sociedade”.<sup>120</sup>

Quando um interno reflete sobre a possibilidade de aprender mesmo no cárcere, ele reconhece na escola uma chance de um novo recomeço. Essa conclusão não se chegou ao acaso, mas com base na resposta da pergunta 38 do questionário. A pergunta era sobre a escola do CPTF, e se o interno já a havia frequentado, ao afirmar que sim, acrescentou que acreditava que *a escola é para melhorar sua educação, seu comportamento na sociedade e que “o ajudaria a interagir com pessoas para aprender e dividir conhecimento”*.

O interno percebe a escola além do “ler a Bíblia”, mas como um espaço para aprender e dividir, para ele a escola deve cumprir uma função social, de relações partilhadas, não obstante, convém lembrar que não há pensamento humano [...] que seja imune às influências ideologizantes de seu contexto social.<sup>121</sup> Nesse sentido, a escola não deve ser um espaço de doutrinação, mas de emancipação, pois “quem atua sobre homens para, endoutrinando-os, adaptá-los cada vez mais à realidade que deve permanecer intocada, são os dominadores”.<sup>122</sup>

Seja nos círculos de cultura, caracterizado por Freire como “espaço de desenvolvimento dos debates sobre a realidade social existencial dos educandos”,<sup>123</sup> seja na “Igreja Pentecostal Atrás das Grades” ou na “Igreja Jesus é a Esperança”, o fato é que se a

<sup>118</sup> BRASIL, 1998.

<sup>119</sup> BRASIL. *Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais*: língua portuguesa. Brasília: MEC, 2001b.

<sup>120</sup> SILVA, Ezequiel Theodoro. *Leitura e Realidade Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 21.

<sup>121</sup> BERGER, Peter L. *A construção da realidade social*: Tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 22.

<sup>122</sup> FREIRE, 1983, p. 99.

<sup>123</sup> CEARON, 2011, p. 38.



educação é libertadora e a religião é a esperança dos desesperançados. E a alienação criticada acaba por ser um bem, pois na falta de pertencimento alienar-se passa a ser um projeto.

Lembremos que alienação aqui é entendida como “um processo objetivo, externo, de transferência, de uma pessoa para outra, de algo que pertencia primeira”,<sup>124</sup> no espaço prisional, nos frequentadores da escola do cárcere, que é em sua maioria membros das igrejas existentes nas alas “A” e “B”. Para que a educação concretizasse foi necessário perceber que a religião antecedeu educação, não necessariamente em sua concretude de cela/capela, mas como fenômeno que transcende o homem e seus espaços, e no seu espectro foi visto que apareceu, em parte, para iluminar os cantos escuros do conhecimento iluminando “com ilusões que consolam os fracos e legitimações que consolam os fortes”.<sup>125</sup>

Como ela, a religião, é, em si, “consolo e legitimação universal”, capaz de frear o indivíduo, enquanto a transformação, a libertação, a consciência, a educação escolarizada não chega, somente “ela” possui legitimidade para “cessar” o criminoso e “libertá-lo” de seu “pecado”.

É ela a religião: “teoria geral deste mundo, com seu compendio enciclopédico, sua lógica popular, sua solene plenitude, sua justificação moral, seu fundamento universal que serve de consolo e legitimação”.<sup>126</sup>

Aos indivíduos que não vêm outro senão o “deus” castigador e vigilante permanente de sua inescrupulosidade. Porém, convêm lembrar que “Sobre a fumaça fogo, sobre a realidade as vozes, sobre a infraestrutura a superestrutura, sobre a vida a consciência”.<sup>127</sup>

## 1.8 A rotina do CPTF vista de dentro

Em última análise, verificando um diário escrito por um aluno do Ensino Fundamental I da Ala B, um total de 176 páginas, todas escritas à mão, com caneta esferográfica azul e que gentilmente foi apresentada pelo aluno à professora e que cedeu a pesquisadora para acrescentar a este estudo.

Segundo constou, o diário foi escrito após a exibição do filme “Escritores da Liberdade”. Após a exibição o aluno sentiu-se inspirado e pediu um caderno de presente, um caderno e uma

<sup>124</sup> ALVES, 1983, p. 78.

<sup>125</sup> ALVES, 1983, p. 78.

<sup>126</sup> ALVES, 1983, p. 79.

<sup>127</sup> ALVES, 1983, p. 78.

caneta e o devolveu um mês depois com todas as páginas escritas, letras apertadas sobre as folhas, “um capricho que só” conforme observou a professora!

Logo nas primeiras páginas, pôde-se verificar a importância da escola e a função que exerce sobre a vida daquele indivíduo. Segundo o interno, tanto a escola como a professora traz paz, uma sensação de coisas boas! Conforme escreve, causa estranheza o dia que não há aula, no caso, o dia de visita, e chega a relatar a sensação de vazio naquele dia, a falta de interação com os colegas e professora.

O interno/estudante faz considerações sobre o dia que não há aula, sente-se deslocado. Para ele não há visitas, portanto descreve que é necessário recolher à “pista dura”, local onde ficam os internos que não recebem visitas. E no caso dele para não ser pego de surpresa olhando visita alheia e sofrer as consequências pede aos agentes de plantão para ir para oficina de atividade laboral para que possa se juntar aos que lá estão.

E de lá, sem perder a visão do Pátio, observa os companheiros, o momento de oração, onde os membros da Igreja Pentecostal Atrás das Grades se juntam às visitas e fazem uma grande roda no centro do pátio, o que chama de momento de reflexão, “alguns minutos com Deus”. E lembra que é sempre assim que começa a visita na Ala B.

Escola, oficina laborativa, religião, rotina prisional, esses elementos se entrelaçam na narrativa do interno, e entre um momento e outro lembra a miséria presente fora dos muros do CPTF, fala da feijoada servida naquele dia. Dia especial, rango especial! E narra com certa precisão os acontecimentos: “Agora são 12:30 acabei de almoçar, comi a esperada feijoada, estou com o organismo satisfeito, muito obrigado por poder comer, de fora, no mundão, *tem muitas pessoas sem ter um prato de comida para comer*, então temos que ter muita fé em Deus para que ‘podemos’ fazer uma caminhada com muita inteligência, enfim, se proteger”.

A descrição citada acima pelo interno, expõe uma denúncia da miséria social brasileira, entretanto, defende também o conformismo quanto a esta realidade, que nos leva a uma indagação ascendente: “como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência”?<sup>128</sup>

Não obstante, não é difícil observar que “não haveria oprimido se não houvesse uma relação de violência que os conformam como violentos, numa situação objetiva de opressão”<sup>129</sup>. É perceptível a situacionalidade conferida no espaço prisional, e ainda provoca um ranço histórico quando faz recordar que, “inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não são os oprimidos, os explorados, os que não são

<sup>128</sup> FREIRE, 1983, p. 45.

<sup>129</sup> FREIRE, 1983, p. 43.

reconhecidos pelos que os oprimem como outro”.<sup>130</sup> Pelo contrário, “os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele submetidos”.<sup>131</sup>

Nas palavras de Freire, “não haveria oprimido se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão”,<sup>132</sup> o aluno/interno, apesar de sentenciado e condenado a 35 anos de prisão, por ter matado um sujeito que botou fogo em seu pequeno restaurante numa praia próxima a aldeia onde morava (indígena da Nação Pataxó), ainda consegue externar sua humanidade, apesar de ter tido essa humanidade negada. Nesse sentido, partilhamos do princípio que “quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua.”<sup>133</sup>

De acordo o diário do aluno/interno, na ‘cadeia’ nem todo mundo é digno de confiança, afirma que aquele universo é “outro mundo”, é o mundo da miguelagem, (sujeito traiçoeiro), na gíria da prisão “num minuto de leva na migui”. Porém não significa assumir aqui que os oprimidos ontem assumiram o papel de opressor, entretanto, se não houver uma superação autêntica da condição de opressores/oprimido, e não apenas a troca de lugar, da passagem de um pólo para outro, incorre na certeza de que em nome de sua libertação, passe a ter novos opressores.<sup>134</sup>

A exclusão e as diferentes inclusões, a construção e a desconstrução de um indivíduo carregam experiências históricas traçadas em sua subjetividade que vão além de nossa compreensão, de modo que a sociedade continuará produzindo sujeitos com identidades, culturalmente, transitória, pois “as identidades culturais não são rígidas e nem imutáveis, porque são sempre resultados transitórios de processos de identificação e em constante processo de transformação”.<sup>135</sup>

Para os opressores, é difícil acreditar numa “transformação” de fato, pois enxergam sob o prisma da dominação. Não reconhecem que as desigualdades não se caracterizam somente pelas diferenças entre os indivíduos, seu percurso identitário, mas, especialmente nas suas formas de tratamento, no respeito para com o outro.

Por conseguinte, o papel da escola passa a ter uma importância maior na medida em que avança no espaço prisional, no entanto, há um árduo caminho a ser trilhado, pois, observa-

<sup>130</sup> FREIRE, 1983, p. 43.

<sup>131</sup> FREIRE, 1983, p. 43.

<sup>132</sup> FREIRE, 1983, p. 43.

<sup>133</sup> FREIRE, 1983, p. 43.

<sup>134</sup> FREIRE, 1983, p. 47

<sup>135</sup> SOUZA, Maria Elena Viana. *Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: espaços para discussão ética de alteridade*. Campinas: HISTEDBR, 2005. p. 19.

se que o processo educacional vivenciado no CPTF é, sobretudo, uma ação nova, nas variadas ações educacionais que ladeia o século XXI, é um processo que está em construção e que carece de ajustes significativos, os desafios são muitos, diferentes seres humanos com os mais variados pensamentos e comportamentos, “vivendo” em um espaço compartimentado e ao mesmo tempo misturados numa caixa de concreto capaz de sufocar até mesmo um “liliputiano”.<sup>136</sup>

A superlotação, o contexto social de onde advieram os internos, as diferentes formas de interpretação de mundo, a diversidade humana (pessoas diferentes), aquilo que “deveria ser um instrumento de unificação dos seres, pois todos se encontram numa condição de sujeitos banidos da sociedade, excluídos do “mundo exterior” afetados diferentemente pelas desigualdades sociais. No entanto, nota-se que até mesmo no ambiente prisional nem todos tiveram as mesmas oportunidades, o que em parte se deve às diversas formas de preconceito, alguns deles no modo de ver e nas ações de seus praticantes.

Por assim dizer:

A desigualdade significa não só a diferença existente entre as pessoas ou as coisas que compõem o universo, mas também a diferença no tratamento e no respeito para com o outro; nesse caso, estamos nos referindo a desigualdade humana, que na maioria das vezes está caracterizada pelo preconceito, pelos diversos tipos de violência e pelas suas relações conflitantes dentro do contexto social.<sup>137</sup>

Embora àqueles indivíduos tenham sido “banidos” da sociedade, a desigualdade não desaparece no sistema prisional. Mesmo num ambiente onde se imaginam que os pares se encontram, há uma dominação de um indivíduo sobre o outro, a relação de poder é expressa de várias formas. Mesmo tendo burlado regras sociais e jurídicas há sempre os que se sentem superiores e procuram dominar os já dominados.

Com saberes e realidades relativas àquele universo e a outros antes experienciados, conceitos, pré-conceitos, diferenças e diferentes identidades se encontram em um espaço reduzido, convivências afetivas e harmoniosas podem até surgir. Entretanto, a desarmonia social provocada anteriormente e que se estabelece de forma abrangente num espaço micro não pode ser encarada como uma mera observação, mas como uma realidade presumível de ser constatada. Talvez, por isso, é que a escola no espaço prisional seja, antes de tudo, uma escola inclusiva. De modo não se pode falar de educação no cárcere sem se

<sup>136</sup> Relativo a Lilipute ou o habitante desta ilha imaginária do romance *Viagens de Gulliver*, do escritor inglês Jonathan Swift (1667-1745), onde os habitantes medem apenas seis polegadas.

<sup>137</sup> MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. *Educação*, v. 32, n. 2, p. 319-326, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/675/485>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

Falar de inclusão escolar e/ou social é falar sobre a conscientização humana na democratização das relações entre os povos e os demais indivíduos que fazem parte do contexto social como um todo, independentemente de credo, raça, poder aquisitivo, ou posição social, visto que fazemos parte da mesma sociedade e as diferenças são parte integrante de equilíbrio social e da própria espécie humana.<sup>138</sup>

De acordo o que foi observado no decorrer da pesquisa, seja no diário escrito pelo aluno/interno, nas observações de campo, nos estudos de caso ou mesmo nos questionários aplicados, a escola no CPTF é de fato o único espaço onde os evangélicos e os demais se encontram, se misturam. Como não reconhecer aquele espaço como um espaço de inclusão e discussão democrática?

A escola no espaço prisional talvez possa ser a oportunidade de abrir e fechar uma lacuna social, percebida de diferentes formas na sociedade. Nela deve se despertar para a prática da alteridade. Visto que a alteridade não se resume apenas no contato com o outro ou na sua interatividade, mas na compreensão e no respeito mútuo. Compreender o outro é compreender a si mesmo, pois de fato a identidade pode ser produzida através de conceitos positivos ou negativos, conceitos esses que podem estar relacionados com o processo de inclusão ou exclusão do ser no contexto social.<sup>139</sup>

### **1.9 As relações de poder implícitas no CPTF e o profissional de educação**

Na subjacência do espaço prisional, é imperativo explicitar acontecimentos implícitos ao observar a rotina daquele ambiente, seja numa atividade promovida pela escola naquele espaço, seja durante a distribuição da refeição, ou até mesmo durante os momentos de visitas, o poder ocultado nas ações daqueles que “comandam” ou imaginam comandar é algo que por mais que tente passar como imperceptível acaba por ser visível.

A voz de comando tem sempre seus observadores, por isso o trabalho dos professores é um trabalho minucioso, “não pode parecer fraco”, e o “não” deve ser um exercício constante, uma vez que as investidas são muitas para burlar o sistema.

Os pedidos aos professores vão desde uma caneta, a entrega de cartas a família. Todas essas ações por mais simples que pareçam são consideradas proibidas, segundo explica uma professora, “é para evitar que os pedidos tomem proporções incontroláveis”. Assim, “o primeiro

<sup>138</sup> MANTOAN, 2007, p. 319.

<sup>139</sup> MANTOAN, 2007, p. 319.

“não” já intimidada e os outros “nãos” são consequências. O interno já sabendo que ouvirá um sonoro “não”, não insistirá nos pedidos”, acrescentou.

Lembremos aqui que de acordo foi observada, a rotina das professoras segue uma ordem incomum se pensarmos nos demais profissionais de educação. Logo que chegam, na portaria, todo material é revistado, as profissionais passam pelo detector de metais e só depois vão à sala dos professores que fica no pátio externo, antes de chegar aos pavilhões e quando se dirigem para a base, local onde os agentes penitenciários observam os internos, nos pavilhões, comunicam ao multiplicador educacional<sup>140</sup> da sua chegada, o multiplicador por sua vez anuncia ao pátio que as professoras já se encontram na base. Conforme foi observado, os primeiros a se achegarem são os evangélicos, sempre empunhados de uma bíblia, cumprimentam com a “paz do senhor”, a seguir os demais vão se aproximando. Tudo parece normal, entretanto, nenhum aluno vai para a fila da escola sem se sentir seguro. E essa segurança é expressa de várias formas vai desde o contato do coordenador pedagógico ao multiplicador educacional.

O ambiente prisional é um ambiente hierárquico e sigiloso. Os internos comportam-se demonstrando desconfiança e retraem-se sempre que se sentem ameaçados. Basta um olhar mais raivoso daqueles que tem “voz de comando”, para inibir os famosos couros de rato, (sujeito sem prestígio financeiro).

“As regras de funcionamento da prisão são impostas ao preso com rigor e coerção. Este, por sua vez, também dispõe de um conjunto de regras, chamado “código dos presos” e que tem vigência entre eles e é aplicado por alguns sobre os demais”.<sup>141</sup> O que produz um clima de medo e desconfiança. No entanto, a todo o momento, mais e mais jovens, negros, pardos em sua maioria, pobres são jogados naquele ambiente. São rostos conhecidos que retornam, outros ainda, filhos do tráfico, é uma fábrica que não pára de produzir. Conforme observado por Foucault,

a penalidade de detenção fabricaria daí sem dúvida sua longevidade - uma ilegalidade fechada, separada e útil. O circuito da delinquência não seria o subproduto da prisão que, ao punir, não conseguisse corrigir; seria o efeito direto de uma penalidade que para gerir as práticas ilegais investiria algumas delas num mecanismo de “punição-reprodução” de que o encarceramento seria uma das peças principais. Mas porque e

<sup>140</sup> A figura do multiplicador educacional surgiu a partir da necessidade de ter uma aproximação maior com os pátios, as Alas, e, tornou-se fundamental para o trabalho fluir, pois é ele, o multiplicador, orientado pelo coordenador pedagógico, quem intercambia a escola e o pátio e geralmente está figura é escolhida por se destacar em frequência e comportamento. E só continua no cargo se mostrar disposição e assiduidade na escola. Em troca ganha a esperada remissão. Por cada três dias trabalhados ganha um, aos frequentadores da escola a cada quatro dias estudados desconta-se um na pena.

<sup>141</sup> AZEVEDO, Eduardo, José. As relações de poder no sistema prisional. *Revista Sociologia Jurídica*. Ano VIII, nº 18, 1999, n.p. Disponível em: <<https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/as-relacoes-de-poder-no-sistema-prisional/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

como teria sido a prisão chamada a funcionar na fabricação de uma delinquência que seria de seu dever combater?

A instituição de uma delinquência que continua como que uma ilegalidade fechada apresenta com efeito um certo número de vantagens. É possível em primeiro lugar controlá-la, (localizando os indivíduos, infiltrando-se no grupo, organizando a relação mútua): a agitação imprecisa de uma população que pratica uma ilegalidade de ocasião que é sempre susceptível de se propagar, ou ainda aqueles bandos incertos de vagabundos que recrutam segundo o itinerário ou as circunstâncias, desempregados, mendigos, refratários e que crescem às vezes [...].<sup>142</sup>

Os efeitos da prisão, as relações de poder por lá estabelecidas, são traços marcantes para os sujeitos. Alguns deles sequer conheceram as primeiras letras do alfabeto, mas já dominam os números do tráfico e contabilizam mortes em consequência deste.

Conforme vemos em Azevedo,

O sistema prisional está centrado preponderantemente na premissa da exclusão social do criminoso, visto como perigoso e insubordinado. O confinamento e a vigilância a que está submetido é estrategicamente ordenado por mecanismos de opressão. Isto faz com que o Estado coloque nas prisões presos, às vezes, nem tão perigosos, mas que no convívio com a massa prisional iniciam um curto e eficiente aprendizado de violência, corrupção, promiscuidade e marginalidade, manifestada quer no comportamento dos presos, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem interna.<sup>143</sup>

Tal observação, ancorada na análise de Azevedo, nos faz perceber que a prisão abriga os desvalidos do sistema com pouca ou quase nenhuma assistência do Estado.

A falta de escolarização do interno e de sua família foram traços marcantes durante a pesquisa, os rostos simples e marginalizados, a forma hostil que muitas vezes a família é tratada em dias de visita, denuncia um sistema precário de relações humanizadas. São pobres que atendem pobres, mas que por estarem numa situação de “domínio”, servidores do Estado, se vêm no direito de constranger e até humilhar quem se encontra totalmente a margem do sistema.

Todavia, convém ressaltar, que ao contrário do que se pensa,

Os funcionários administrativos, tais como mestres de ofício, chefias, terapeutas, agentes de segurança, enfim, todo o pessoal que trabalha ou circula no interior da prisão, não dispõem, nem utilizam nenhuma arma de fogo, branca ou cassetete. Isto porque a imposição rígida de obediência às normas regulamentares, bem como a punição e a intimidação justificam a ausência de qualquer instrumento.<sup>144</sup>

Quanto ao preso, por sua vez, dispõe de tempo e espaço para observar as possíveis falhas nos seus disciplinadores, sobre isso Azevedo alerta que

<sup>142</sup> FOUCAULT, 2009, p. 263.

<sup>143</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

<sup>144</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

A eficiência do agente penitenciário e dos técnicos pressupõe um grau de competência que só pode ser adquirido através do contato prolongado com a massa carcerária. Neste particular, porém, a relação é simétrica, já que os presos também adquirem um saber prático através deste contato. Rotina, preferências, temperamento, personalidade dos agentes e dos técnicos vão sendo destilados pelos presos.<sup>145</sup>

Por isso, ao perceber a fragilidade do sistema e de seus agentes, a forma com que chegaram à prisão, seus efeitos, a relação de poder e seus embates anteriores à prisão, nas forças contrárias dos sistemas econômicos e educacionais, nas lutas de classe, e ainda

descrente da legislação vigente e em face da forma como é tratado, o preso vê com ceticismo e desconfiança a perspectiva de sua recuperação pelas regras impostas através do sistema prisional, e desenvolve uma aguda sensibilidade aos excessos de punição que lhe infligem as precárias condições da prisão e as penas privativas de liberdade.<sup>146</sup>

O antagonismo social que medeia o preso e o sistema penitenciário, a representação forte do Estado em forma de controle e disciplinamento traça voluptuosas lutas dentro e fora dos muros da prisão, e ainda faz ser possível observar que dentro das penas “o regime de controle disciplinar apresenta dois aspectos antagônicos: por um lado, o policiamento tático, por outro o “tipo ideal”.

O policiamento tático é meticuloso, busca controlar uma possível insubordinação, impondo ao preso um mecanismo de disciplina individualizante”,<sup>147</sup> por outro lado, o preso, que passa a buscar um “tipo ideal”. Para alcançar à liberdade, passa a ver na escola e na igreja um subterfúgio para mascarar suas reais intenções, isso é possível ao interno, “porque há uma universalidade de controle disciplinar que lhe permite conhecer seu protótipo ideal, bem como fabricar os mecanismos de poder. Assim, ele adota um comportamento, uma personalidade de fachada, destinada a salvar as aparências e livrá-lo do sistema prisional”.<sup>148</sup>

A escola, bem como a religião tanto podem ser agentes libertadores como ‘cúmplices’ para mascarar ou endossar a personalidade forjada de um preso para sair da prisão. Ambas não se furtam ao papel de ofertar ao sujeito uma aparência de boa conduta e disciplinamento, e no CPTF, os presos que frequentam a igreja do pátio e a escola são vistos por todos, inclusive pelos outros detentos como um “exemplo a ser seguido”.

Durante o período de observação, em sala de aula, houve um preso que disse que a “escola era a certeza da remissão e a igreja da liberdade”. Segundo narrou ele, quando esteve

<sup>145</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

<sup>146</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

<sup>147</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

<sup>148</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.



preso anteriormente e foi levado ao fórum, para ser julgado, disse ao juiz que frequentava a escola, e, o juiz, ao ver a bíblia, que carregava consigo, o perguntou se ele havia se convertido na prisão, respondeu que sim e que também estudava.

Como foi absolvido, imaginou que o juiz acabou por indultá-lo por bom comportamento, atribuindo tal fato a frequência escolar e a igreja.

De acordo Azevedo,

Alguns presos demonstram estar contendo-se, para forjar uma outra imagem de si e assim conquistar alguns benefícios. Na verdade, ele mostra o que o terapeuta espera dele, pois, afinal, seguindo as normas instituídas, o preso obtém ali o “passaporte” para sua liberdade. Esse mascaramento ocorre, pois, o preso sabe que deve obedecer cegamente às normas instituídas, se quiser obter um certo grau de reconhecimento por parte da direção e da equipe pericial do presídio e se ver livre da prisão o mais breve possível. No entanto, essa “obediência cega” é apenas aparente, mascarada, artificial, ou seja, ele aprende desde logo a mistificar, a representar, encenar um papel procurando a aprovação do outro e preservando sua própria identidade. Ele finge acatar, assimilar, aprender e a respeitar, em menor ou maior grau, o que lhe for transmitido da cultura geral da prisão.<sup>149</sup>

Na análise do interno, o juiz levou em consideração, seu jeito de falar, seu modo de vestir, de agir, (pois naquela época não havia uniforme), sua postura corporal e acrescentou que “quando se vai para uma igreja, mesmo na prisão, o corpo adquire novos hábitos”.

O que o interno observou não é nem de longe uma novidade, uma vez que:

Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mais de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimento, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo.<sup>150</sup>

Outro fato interessante foi observado durante a pesquisa de campo, ocorreu que ao avistar o pátio, observou-se um interno que estava vestido com um terno preto. O sol e o calor em alta proporção, mas o mesmo parecia não se incomodar, seu corpo já estava disciplinado a suportar as intemperanças climáticas. Segundo ele, o terno era também uma forma de distanciá-lo dos não crentes, assim não seria confundido com os demais.

Ao se inserir em um novo grupo social o sujeito adota características únicas e exclusivas daquele grupo, evitando assim as sanções futuras.

<sup>149</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

<sup>150</sup> FOUCAULT, 2009, p. 132-133.

No decorrer das observações em campo percebeu-se que além do grupo dos evangélicos, existiam também outros grupos que se caracterizavam pela maneira de falar, de vestir, de se comportar.

Notou-se que o que ocorre com os grupos sociais ali estabelecidos, são modos afins de comportamento, conforme vemos em Berger e Luckmann,

O indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curto da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo.<sup>151</sup>

Logo vieram os uniformes e unificou todos, mesmo os membros das igrejas tiveram que se adaptar à nova realidade, às bermudas e camisas de malha de manga curta. Os ternos desapareceram. Entretanto, pode-se perceber que a forma com que os membros das igrejas escolheram para se diferenciar dos demais foi de sempre estarem com bíblia em punho.

Quanto aos alunos restam-lhes os uniformes da escola. Este, que, de certo modo, ganhou sinônimo de status, uma vez que em dias de visita alguns vestem seus uniformes para demonstrar para a família que estão “mudando de vida”.

Além de passar uma boa imagem para os familiares, em muitos momentos, a escola traz um alívio ao interno, os conflitos são constantes, o silêncio é uma premissa para sobreviver ao cárcere, segundo escreveu o aluno em seu diário, “na cadeia não se pode ter olho, ouvido ou boca, o silêncio é o eterno companheiro, e além do mais é preciso muita humildade para se manter vivo”. O que o interno constatou é forte e está em conformidade com Azevedo, pois para ele,

A regra número um para o preso sobreviver na prisão é ser humilde, sem parecer ingênuo. Obedecer à hierarquia é outra regra básica para quem pretende sair da prisão. Outra norma é quanto menos falar, melhor. E por último, o preso nunca deve ficar devendo a outro por muito tempo, pois estará correndo risco de vida. A relativa tranquilidade na prisão depende fundamentalmente da disposição dos presos em submeterem-se e cooperar espontaneamente com os regulamentos de disciplina e segurança. No entanto, não há cooperação sem negociação.<sup>152</sup>

De modo que a aparente tranquilidade com que os internos frequentam a escola nunca é de fato a vivida entre as paredes das celas, no diário, citado anteriormente, o aluno descreve

<sup>151</sup> BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 167-168.

<sup>152</sup> AZEVEDO, 1999, n.p.

que há sempre alguém “encurralando, humilhando, ameaçando os mais humildes”, e o momento da escola é que traz alívio e o faz distanciar dos possíveis conflitos. Para ele a escola pode ser a chance de abrir outras portas, de fazer um novo caminho.

Conforme se observou, as relações estabelecidas entre professor e aluno são diferentes das demais, o aluno tem no professor uma figura de confiança. Sendo, o professor, dos servidores que atuam no CPTF, o único ‘agente’ direto capaz de adentrar tanto a cela/sala de aula como o pátio sem policiamento ou segurança. De modo que uma professora ousou a brincar e dizendo a pesquisadora que: “nos corredores que nós professoras passamos sozinhas nem o comandante passa”.

A fala da professora contrasta com a imagem muitas vezes forjada pelo sistema de quem realmente é o indivíduo encarcerado, observa-se em Foucault que:

na verdade a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de ruptura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas.<sup>153</sup>

Quando se observou as atividades do “Projeto de Consciência Negra” desenvolvido nas Alas A e B, assistiu-se o entusiasmo com a data e ainda a paixão dos internos pelos cantos e ritos da Capoeira, traços de uma cultura marginalizada e pouco valorizada pela elite brasileira. Ali também denunciava a origem daqueles que lá estavam. Foi visto que no CPTF encontravam-se jovens de periferias da cidade e região, e, mesmo os que não eram da região, os de outros estados brasileiros, não comportaram diferente diante da roda. “Gingaram” ao ritmo do berimbau e atabaque, ressoando canto de liberdade e com profundidade alguém cantou: “a liberdade não foi feita a pincel, tão pouco quem libertou o negro foi princesa Isabel”. Mesmo os “irmãos” como são chamados os membros das Igrejas dos pátios não deixaram de participar. Sob o pretexto da capoeira ‘cristã’ cunhada de uma melodia gospel lá estavam eles se reconhecendo em suas raízes e aliviando o peso das pressões rotineiras da prisão.

A escola, a educação formal, a igreja, a religião são no conjunto penal o mesmo que são nas periferias brasileiras: o lazer dos pobres e a esperança de que dias melhores virão. E é esta crença que explica os sacrifícios que oferecem nos altares e as preces que se balbuciam na escuridão.<sup>154</sup>

<sup>153</sup> FOUCAULT, 2009.

<sup>154</sup> ALVES, 2014, p.121.

## 2 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS

“A discussão dá vida ao trabalho, pois é ela que articula os elementos que compõem aquele estudo conferindo a ele confiabilidade”.

(Miranda; Gusmão)

De abordagem qualitativa, com aspectos quantitativos, esta pesquisa recorreu, entre outras abordagens metodológicas, ao estudo de caso, que, segundo Yin,

[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência [...] e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados.<sup>155</sup>

A pesquisa remete o pesquisador a um cunho social em que pesquisa e pesquisador estão ligados. Naturalmente, em uma sociedade onde existem competições, interesses e ambições que perpassam o conhecimento científico, este último é marcado pelos sinais de seu tempo e, portanto, comprometido com sua realidade histórica e social.<sup>156</sup>

Todo conhecimento científico tem caráter aproximado, isto é, se faz sempre a partir de outros conhecimentos nos quais se questiona, se aprofunda ou se crítica, sendo provisório porque tanto a realidade social quanto as interpretações se modificam e ainda podem ser superadas por outros estudos com mais elementos e complexidade.

O estudo procura apresentar ainda uma análise descritiva, sendo que a pesquisa qualitativa é um instrumento que, segundo Ludke e André, supõem o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigada, por meio de um trabalho de campo.<sup>157</sup>

Assim, a pesquisa investiga detentos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, com relação à sua vida escolar e religiosa, observando fatores relevantes da vida pregressa e egressa dos indivíduos.

De modo que o trabalho de campo consistiu em um momento prático de fundamental importância na fase exploratória, momento em que se refutou bem como se confirmou hipóteses

<sup>155</sup> YIN, 2001, p. 32-33.

<sup>156</sup> LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 2.

<sup>157</sup> LUDKE; ANDRÉ, 1986.

na construção da teoria. Essa etapa é tão importante, que chega a ser considerada “a ama de leite”<sup>158</sup> de toda pesquisa social. Portanto,

Na pesquisa devem ser anotadas as observações feitas em campo, devendo envolver as anotações de descrição e reflexão, compreendendo a parte descritiva detalhar o que ocorre em campo, como: descrição dos sujeitos, reconstrução dos diálogos, descrição de locais, descrição de eventos especiais e o comportamento do observador.<sup>159</sup>

Esse exercício diário ajuda no percurso da escrita bem como favorece as análises e reflexões a respeito dos sujeitos e seu universo.

## 2.1 Os sujeitos

Os sujeitos da pesquisa foram internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, de modo especial, dois indivíduos, escolhidos para estudo de caso, que além de registrar a rotina, foi fotografado os acontecimentos vivenciados, levando em conta questões pertinentes à trajetória desses indivíduos e fatos vivenciados no contexto educacional e religioso do CPTF.

Além de depoimentos, foi aplicado questionário semi-estruturado com questões fechadas a 100 detentos, sendo 50 no pavilhão “A” e 50 no pavilhão “B”. Com o intuito de recolher dados para elucidar melhor algumas questões relevantes para a pesquisa, o que contribuiu para a construção contextualizada do estudo.

Os sujeitos da pesquisa procuraram fazer conexões entre acontecimentos por eles acumulados, já que, na vanguarda histórica, esses indivíduos jamais foram espectadores, mas agentes partícipes do mundo, protagonistas de sua história.

## 2.2 O estudo de caso - O “Pequeno Missionário de Deus”

Para elucidação da pesquisa, apresentar-se-á o estudo de dois casos, por conseguinte, a história de vida dos sujeitos pesquisados.

O estudo foi elaborado ao longo de 24 meses, com dois internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-BA.

Ao longo da pesquisa, pôde-se observar um sujeito, aprisionado há cinco anos e nove meses. Sua história de vida passa a ser narrada. Para não expor os sujeitos da pesquisa, serão

---

<sup>158</sup> MINAYO, 2010.

<sup>159</sup> PATTO apud LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 31.

referenciados com pseudônimos. De modo que apresentaremos a seguir, o “Missionário de Deus”.

Proveniente de uma família de quatro irmãos, e filho de pais separados, sendo o genitor trabalhador rural, o que fez com que sua primeira infância se ambientasse em fazendas. E após os seis anos de idade, com a separação dos pais, mudou-se para a zona urbana. A mãe uniu-se a um trabalhador da construção civil, pedreiro, surgindo assim seu primeiro desafio, morar com o pai.

Em seus primeiros anos de vida transitou entre igrejas do movimento pentecostal sem vínculo religioso, como ele relata, pois tanto os seus responsáveis quanto ele próprio nunca foram batizados.

Com dificuldades extremas de alimentação e saúde, a família empurrava o “Pequeno Missionário de Deus” às ruas.

Encontrava nas janelas abertas das residências certa satisfação, já que em sua casa não havia televisão e por alguns momentos, quando não fechavam a janela, sonhava com uma vida melhor. “Pica-pau” era um dos seus desenhos favoritos, pois o considerava engraçado e esperto. Hoje já não o assiste mais, por achá-lo trapaceiro e mentiroso.

Lembra que durante a infância sofria com o alcoolismo dos pais, o que gerava brigas. Como refúgio, as irmãs e o “Pequeno Missionário de Deus” iam para igreja em busca de acolhida. Afirmou que lá eram bem recebidos - apesar de serem crianças - ressaltou. Geralmente eram levados pelo Pastor Paulo, um vizinho que conhecia toda a situação.

Por causa do alcoolismo dos pais, passou por várias dificuldades, como: carência de alimentos e vestuário. Alega que muitas vezes sofria com a zombaria dos amigos, pôr morar num quarto pequeno, tendo que dividir uma cama de solteiro com mais três irmãs.

Conta que envergonhado, ouvia-os dizer que o banheiro de suas casas era maior que o cômodo em que ele morava. Isso o deixava nervoso e agressivo. Chorava muito a cada humilhação que passava. Pensativo, se perguntava: “Por que havia nascido assim? Por que tinha que ser assim”?

Apanhava, batia, e os anos foram passando. Relembra a separação dos pais, entre oito e nove anos. E por que escolhera morar com o pai, apesar da pouca idade, percebera as condições da mãe.

Após a separação dos pais, foi à escola pela primeira vez, e assegurando que as primeiras impressões foram boas. Com satisfação, fala da primeira professora: “Ela dizia que eu era inteligente”, mostrando envaidecido ao lembrar o elogio, afiançando que com dois

meses de estudo, já começou a ler nomes, e lembrou com saudade que passava pelas ruas lendo os letreiros que avistava.

Com cerca de onze anos começou a perceber o pouco controle do pai sobre sua vida. Sempre ébrio, o deixava na rua, ou perambulando em casa de vizinhos.

Apesar de ficar na rua, recorda que nessa época não se envolvia com nada de errado. Não roubava, não usava drogas, não fumava. Até que, aos treze anos, começou a conviver com pessoas envolvidas com tráfico, drogas e armas. Nesse período um traficante lhe deu dez reais para que levasse dois quilos de maconha de um bairro a outro. Ele lembra que era um valor que nunca tinha tido. E foi assim que abandonou os estudos, na quarta série. E que daí por diante enveredou no comércio e tráfico de entorpecente, a princípio como aviãozinho. Transportava de um bairro para outro sem levantar suspeita, pois era raquítico, com jeito frágil, aparentando muito menos idade do que realmente tinha.

A situação vivenciada pelo “Pequeno Missionário de Deus”, ainda é uma realidade que devasta a adolescência e juventude no Brasil, a tal ponto que o número de jovens cumprindo medidas socioeducativas é alarmante, segundo consta,

Cerca de 90% dos jovens que cumprem medida socioeducativa são do sexo masculino e a liberdade assistida é a medida mais aplicada aos menores, atingindo atualmente 83.603 adolescentes. A medida consiste no acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por período mínimo de seis meses, com o objetivo de oferecer atendimento nas diversas áreas de políticas públicas e a inserção no mercado de trabalho. A segunda medida mais aplicada é a prestação de serviços à comunidade, abrangendo 81.700 jovens atualmente, que devem realizar tarefas gratuitas e de interesse comunitário durante período máximo de seis meses e oito horas semanais.<sup>160</sup>

Na narrativa do Missionário de Deus, os dados citados não deixam dúvidas sobre essa realidade, conforme narrou, aos dezesseis anos já tinha a própria “boca de fumo” e nessa idade iniciava uma história de liderança do crime no bairro onde morava. De modo que nessa mesma época já tinha tido várias passagens pela polícia, mas era sempre liberado por ser menor de idade. Relata que nesses momentos apanhava muito dos “homi”, (polícia), e afirma que se pancada consertasse, desde a primeira vez em que foi detido, teria mudado de atitude.

Dizia que se sentia fascinado pelo crime, e afirma que “o crime vicia”.

Por se sentir atraído dizia não enxergar o perigo. Sempre ouvia muito e o que diziam o fazia se sentir um rei. Os elogios vinham sempre do submundo do tráfico.

<sup>160</sup> Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034-traffic-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

A saga do Pequeno Missionário o leva aos dezoito anos a ser intitulado de “o rei do bairro”, título recebido por liderar todas as bocas ali existentes. Os roubos e furtos nas redondezas eram sempre sob seu aval. Dinheiro já não era mais problema, e o pequeno quarto onde viveu a infância já fazia parte do passado.

O que o fez “conquistar” o que jamais tivera: uma casa de três quartos, sala, cozinha, banheiro “dentro de casa”, “com chuveiro” e “vaso sanitário”. “Uma casa de verdade”, ressaltou.

Lembra que nesse período já não tinha mais ligação com pai, mãe ou irmãos. Duas irmãs e um irmão já não faziam mais parte de sua vida. Sobraram-lhe os amigos do tráfico. A casa sempre cheia, bebidas, festas e muitas mulheres. Sempre meninas, jovens entre dezesseis, dezessete anos. Todos comprometidos e entorpecidos pelo tráfico.

Com faturamento entre três a quatro mil reais por mês e com o status de ser o rei do bairro, O Pequeno Missionário, desfrutava de “roupas de marcas”, eletrodomésticos, dois ou três televisores. Ele relatou que as pessoas costumavam trocar muitos desses objetos por drogas.

E na tentativa de burlar a polícia, sempre mantinha duas casas alugadas, mobiliadas, para facilitar a fuga, se necessário. Das visitas à igreja já não sobrara mais nada. Somente as lembranças de uma infância sofrida.

Quando completou 20 anos foi preso. Já não apanhou somente, foi para o CPTF, respondeu processo e ficou preso, sem, contudo, perder o comando. Continuava a dar ordens e seus comandados as executavam.

Depois de onze meses preso, decidiu fugir. Com seis colegas de cela, pedaços de vergalhões e baldes, conseguiu cavar um túnel e escapou. Agora era preso fugitivo procurado. Foi para o Espírito Santo. Na capital, Vitória, encontrou refúgio na casa de colegas, comparsas com quem fugiu, já que eles eram daquela localidade. Após dez dias retornou para Teixeira de Freitas, e ficou 25 dias foragido na cidade, se escondendo entre um lugar e outro, até ser encontrado pela polícia. Na noite de sua prisão tentou tirar a vida de um rapaz, disparando quatro tiros contra ele. Ambos entraram em luta corporal e o jovem, mais forte, lhe tomou a arma. Ao ver que morreria, saiu correndo, escondendo-se em uma casa no mesmo bairro. Denunciado, foi preso.

Ele conta que há mais de cinco anos cumpre pena no CPTF, e há três anos e meio foi convertido ao evangelho. Assevera que, quando livre, já visitava a igreja, mas sentiu mesmo a presença de Deus no CPTF. Sua conversão se deu de modo tranquilo: ia sempre visitar os irmãos da Igreja do Pátio. Foi despertando nele o desejo de servir a Deus e acabou se mudando para a cela em que funcionava a igreja, onde está até hoje.



Ele observa uma consideração por parte da liderança do pátio. Mesmo em período de crise, os irmãos são poupados de participar das lutas, rebeliões. Dentro da cadeia existem regras e têm que ser cumpridas por todos. Quando se torna irmão é porque se afastaram da criminalidade, se afastou, se está em Cristo, nova criatura é. Muitos procuram a igreja por medo, devido ao crime que cometeram, estupro, por envolvimento com mulher casada, por entregar alguém para a polícia... esses que não querem verdadeiramente passam um tempo e acabam saindo e fica quem realmente tem compromisso com Deus. A igreja também tem regras, se não respeitar as regras os irmãos se juntam e retiram para outra cela. Não pode ser bagunçado. Tem que ter regra, senão não respeitam.

Regras da igreja: 1) Proibido ficar sem camisa na cela da igreja; 2. Proibido falar palavrões; 3. Proibido fumar; 4. Proibido ouvir músicas mundanas; 5. Proibido assistir televisão.

O “Pequeno Missionário de Deus” ressalta que as regras já existiam quando eles chegaram, apenas procuraram respeitá-las. “Não se questionam as regras, apenas se respeita”, conclui.

Com o sonho da vida pós-presídio vem o desejo de pregar o evangelho lá fora, gravar um CD gospel, estudar e ajudar as pessoas com a palavra, como os traficantes e usuários de drogas. Ele encerra afirmando: “Tenho orado a Deus, pedido para me colocar de pé, para poder honrar o Seu nome. Graças a Deus”!

A história do “Pequeno Missionário de Deus” traça um perfil de milhares de jovens brasileiros, pobres periféricos que sofrem as consequências da invisibilidade social. O trajeto por eles percorrido, as influências sociais e o desequilíbrio psíquico muitas vezes apresentado ainda na adolescência mais tarde desencadeiam as estatísticas alarmantes de um país que se habituou a ver seus jovens estampados nos jornais, perfurados à bala ou arremessados nos calabouços Brasil afora. O que faz perceber a partir da história vivida pelo caso estudado, do Pequeno Missionário de Deus é o que diversos pesquisadores já têm constatado, eles analisam que há

um importante fator subjetivo da entrada dos jovens no crime ligado à possibilidade de visibilidade social e pertencimento. O desemprego crônico, a exclusão da escola, assim como a falta de espaço de participação geram sentimentos de marginalização e diminuição da autoestima. Essa condição soma-se ao período emocional instável da adolescência, provocando crises de identidade e a busca de espaços de afirmação pessoal e reconhecimento. Para Soares (2002), “quando o tráfico dá ao menino uma arma, dá a ele não apenas um instrumento de operação econômica, mas um

instrumento de constituição subjetiva de afirmação de si mesmo, de recuperação de sua visibilidade, de imposição de sua presença social”.<sup>161</sup>

Tais constatações nos fazem perceber que o ambiente sociofamiliar em que o “Pequeno Missionário de Deus” viveu o empurrou para criminalidade. Levando ainda em consideração ambiente comunitário em que se encontrava,

percebe-se que os grupos criminosos preenchem certas funções sociais, políticas e econômicas nos espaços que dominam: oferecem aos jovens excluídos um caminho rápido para alguma forma de pertencimento ou inclusão social, política ou econômica, mesmo que limitada, e proporcionam o estímulo da “adrenalina” em locais onde as oportunidades de esporte, lazer e participação são limitados.<sup>162</sup>

A negativa da infância, o espaço limitado do cômodo onde morava, a rejeição dos colegas, a adrenalina viciante do crime, a acolhida do submundo, a casa grande espaçosa, os muitos amigos e mulheres, o falso status adquirido com as famosas roupas de “marca” e finalmente a prisão poderiam ter posto fim no “Pequeno Missionário de Deus”. Entretanto, os anos que passou o aprisionado trouxeram de volta memórias afetivas dos poucos momentos bons vividos na infância: à escola, à igreja.

Franzino, com pouco mais de 1,55 m de altura, com a bíblia em uma mão e o caderno na outra, todas as tardes, durante o período de observação e estudo, notou-se a presença do “Pequeno Missionário de Deus” na escola do Pátio “A”. Escrevendo ou empunhando orações. Lá estava ele, sempre disposto a falar quando solicitado. Regra construída por eles e respeitada por todos.

É possível considerar que a religião traz uma conformidade ao indivíduo,

De fato, quando o pobre/oprimido, das profundezas de seu sofrimento, balbucia: “É a vontade de Deus, cessam todas as razões, todos os argumentos, as injustiças se transformam em mistérios de desígnios insondáveis, e sua própria miséria uma provação a ser suportada com paciência, na espera da salvação eterna de sua alma. Os poderosos usam as mesmas palavras sagradas e invocam os poderes da divindade como cúmplices da guerra e da rapina.”<sup>163</sup>

Tanto poderoso, quanto miserável, sob a lógica de proteção divina segue os mesmos passos, entretanto, sob o holofote da “proteção divina” vale aquela máxima “todos os homens são iguais, mas, alguns são mais iguais que outros”.<sup>164</sup> Talvez o equívoco seja “pensar que o sagrado é somente aquilo que ostenta os nomes tradicionais. Bem lembrava Durkheim que as

<sup>161</sup> GOMES et al., 2013, p. 33.

<sup>162</sup> GOMES et al., 2013, p. 33.

<sup>163</sup> ALVES, 2014, p. 80.

<sup>164</sup> ORWELL, George. *Revolução dos bichos*. 2000. p. 135.

roupas simbólicas da religião se alteram. Até o discurso dos desejos nascem, justamente, onde nascem os deuses.

Observar o “Pequeno Missionário de Deus”, por vários dias, fazendo a caminhada matinal no pátio do CPTF, ladeado por seus “discípulos” e notar que apesar de sua pouca estatura, mantinha uma postura ereta e olhar destemido fez com que analisasse aquele momento como um longo processo a ser observado e trouxe muito mais dúvida do que respostas quanto a tantos questionamentos que surgiram durante o percurso da pesquisa. E alertou para um fato importante quanto a crítica marxista sobre religião “Marx foi o único que compreendeu que uma religião que não invoca a transcendência deveria ser chamada de política[...]”.<sup>165</sup>

### 2.3 2º Estudo de Caso: O “Ungido de Deus”

O segundo personagem de nossa pesquisa será referendado como “Ungido de Deus”. De estatura mediana, 44 anos de idade, cerca de sete anos preso no CPTF, falante, o “Ungido de Deus” exerce a função de diácono na Igreja do pátio “B”.

Foi numa manhã de terça-feira, após contato, que o “Ungido de Deus” recebeu a pesquisadora em sua cela, onde também funciona a Igreja do pátio “B”. Essa cela é tida como lugar sagrado, não se aceita visita íntima, e todas as festividades religiosas ou da escola acontecem tendo aquele local como referência.

Com entusiasmo, o “Ungido de Deus” iniciou sua história, explicando o que seria um diácono. Segundo relata, “um diácono é uma pessoa ungida por Deus e que tem uma responsabilidade pela palavra de Deus. E tem a tarefa de levar conhecimento da palavra à humanidade”.

P:<sup>166</sup>Como você sabe que é ungido de Deus?

UdD:<sup>167</sup>Da primeira vez fui ungido a pastor, mas Deus viu que no momento eu não podia ser pastor, pois precisava de descanso e tranquilidade. O peso de ser pastor na prisão é grande. Tudo recai sobre o pastor. E por ser filho de Deus, jamais o Pai dará fardo pesado ou que não possa carregar.

P.: Como você percebe o chamado de Deus?

UdD: Deus é espírito, do mesmo jeito que Ele é espírito, Ele fala comigo, e se eu for um profeta, um homem de Deus, e não ouvir a voz de Deus, é claro que a obra de Deus não será

<sup>165</sup> CAMUS, Albert, *apud* ALVES, 2014, p. 82.

<sup>166</sup> Pesquisadora.

<sup>167</sup> Ungido de Deus.

feita como Deus quer. A voz do Senhor é suave, e é maravilhosa, porque é um relacionamento profundo, que eu tenho com o meu Senhor. O Senhor me disse: continue orando pela madrugada. Quando eu terminava de conversar com Deus, deitava e dormia, e ouvia uma voz que me dizia, à minha pessoa, em nome de Jesus, eu o coloquei dentro desse poço fundo, mas o meu Espírito Santo está contigo. E disse que quem busca Deus encontra a paz e quem busca Jesus encontra o amor, isso ouvi em sonho. Isso era a voz de Deus. E depois que eu ouvi toda essa voz, ouvi o sobrenatural, que era o que nos precisava acontecer, mas o que nós mais precisamos? Da paz, da tranquilidade. Tudo que aconteceu foi um pedido que um homem de Deus fez a Deus e logo foi atendido.

Há quatro ou cinco anos atrás, o extremo sul da Bahia era um lugar de onde só saía anúncio de obras do Satanás, falo das notícias do CPTF, eram mortes e muita violência no ambiente prisional. Mas quando Deus entrou no negócio, está começando a produzir bons frutos: alegria, sinceridade, honestidade. Então eu consigo ver Deus agindo nesse lugar. Pois depois que passamos a confiar em Deus, as coisas melhoraram.

P: Nessa época não havia a Igreja no pátio?

UdD: Tinha, mas parece que as pessoas não tinham comunhão com Deus, para que tudo pudesse ser feito conforme a vontade do Senhor. É muito bom você ter um particular com Deus, para que nós possamos ver o sobrenatural acontecer.

P: Mas o que é o sobrenatural?

UdD: O sobrenatural? Primeiro você começa a buscar a Deus e fica de observação para ver se Deus está trabalhando ou não, por aí você consegue ver Deus trabalhar, tenho os olhos ungidos por Deus. Eu sou um observador da obra, ficar de observação na obra, ficar de observação no ambiente em que nós estamos. E você verá que Deus está agindo em seu caminho, pois assim disse Jesus: Tudo que pedir em Meu Nome ao meu Pai, assim receberá. E em João 15:16, Jesus disse: Não pensem que foram vocês que nos escolheram, mas fui que escolhi vocês. Tudo aquilo que você pedir a Deus em meu nome, assim será feito.

Antes era a Igreja Pentecostal atrás das Grades, hoje é Igreja Pentecostal do Reino de Deus. A mudança se deu depois que conseguimos ver o Espírito de Deus pairar, aí veio a mudança do nome da Igreja. O nome pentecostal se deu porque é onde você vê o espírito de Deus se movimentando no lugar. Eu sei que vou sair daqui, vou deixar muita saudade e sei também que vou fazer muita falta para o ambiente. Se Deus é por nós, quem será contra nós?

Fui preso no dia 21 de agosto de 2011. A prisão foi uma prisão irregular, pois eu sou agricultor, fabricante de artesanato, vaqueiro profissional e vivo de compra e vendas. Aí muitos perguntam, mas por que vem uma prisão irregularmente? Haverá uma explicação porque a

justiça mesmo foi quem mandou nos meus processos assim: a prisão é irregular. Nem a justiça mesmo sabe por que, nem eu. Um trabalhador, lutador, nunca dei trabalho, mas eu pude entender que neste mundo em que nós vivemos somos cercados de orgulho e inveja, esta é a maldição que ocorre na terra e leva muitas pessoas falsas a testemunhar, é o que existe hoje.

Fui acusado de estupro. De estuprar minha enteada, que já estava fora de casa havia mais de dois anos. Ela foi usada por pessoas que se diziam meus amigos, foi quando eu aprendi a não dar mais confiança para ninguém, porque Jesus foi traído por um de seus maiores amigos.

Nesse momento, o “Ungido de Deus” faz uma pausa, fica pensativo, há um silêncio, que logo é quebrado por ele: “Mas estar preso aqui hoje foi providência de Deus, porque ainda há muitas pessoas na terra, Deus tem plano na vida delas. Deus quer ensinar o caminho da sobrevivência. Pois existem muitas pessoas na terra que precisam ouvir o chamado de Deus e que ainda não entenderam o plano de Deus na vida delas.”

Hoje muitas pessoas estão procurando mais o caminho do sofrimento do que o caminho da vida. Exemplo é que lá fora eu não ouvia o chamado de Deus, bebia, fumava, era brigão, era do mundão. E aqui também, dentro da prisão, quando não conhecia a Deus, também me envolvi em brigas. Há uns quatro anos atrás, quando fui preso, na cadeia de Prado, fui covardado<sup>168</sup> por detentos, presos que nem eu, pela acusação de estupro, me bateram, violentaram, esfaquearam, bateram em minha cabeça com barras de ferro (mostra à pesquisadora as cicatrizes na testa e no crânio), os médicos tiveram que botar platina para reconstruir minha cabeça, me machucaram tanto que fui parar internado por mais de trinta dias no Hospital Municipal de Teixeira de Freitas, mas mesmo assim fui buscar o meu Jesus, continuei perseverante, com fé, e tudo deu certo.

Meu Senhor, me tomou das garras do Satanás e me deu poder, autoridade, conhecimento da palavra de Deus. Era só o que faltava para chegar hoje aonde era necessário chegar. E todos que fizeram aquilo comigo já foram mortos. Mortos não por mim, mas pelas suas próprias obras de maldade.

P: E antes de chegar até aqui, como foi?

UdD: A minha vida fora do presídio será de muita alegria. Eu quero estar junto de quem realmente ama a Deus.

P: O passado, como foi?

UdD: Nasci numa família de oito irmãos, cinco homens e três mulheres. Meus pais viviam juntos, mas não fui criado por eles. Meus pais nunca tiveram educação, estudo nenhum.

---

<sup>168</sup> Termo utilizado na linguagem do detento para justificar um ato de covardia, uma agressão gratuita.

Meu pai era dono de dezoito alqueirões só de cacau, mas se acabou numa situação péssima. Nunca fiquei com bens do meu pai. A situação de meu pai foi de sofrimento. Tinha tudo, mas acabou sem nada. Por falta de conhecimento, da educação que nunca teve. Minha mãe, da mesma forma. Meu pai e minha mãe tinham tudo na vida, mas afinal de contas não tiveram nada. Só foi sofrimento, houve uma desavença entre eles e chegou o momento de se separarem, cada filho foi para um lado, uns ficaram com parentes, eu fui para uma família de brancos desconhecida, com oito anos de idade, e o caçula ficou com a minha mãe. Além de todo esse sofrimento, eu fui o alvo em ajudar, depois de mortos, meu pai e minha mãe.

Por não ter educação, sabedoria, as pessoas se aproveitaram de meu pai e se apossaram de suas terras, e assim ele perdeu tudo.

Na minha vida nunca tinha conhecido o amor. Percebia que meus pais não gostavam de mim. Não sei entender o porquê. Só sei que não tinha amor. Na outra família ainda foi pior, apanhava três vezes por dia, a minha taca era corda de animal torcida e a mulher me dava carvão e pimenta para comer como castigo. Nunca fui à escola quando criança, a primeira vez em que fui a uma escola tinha 27 anos, nunca fui a uma igreja, vim conhecer igreja no presídio. Nunca tinha ouvido a palavra.

A escola que frequentei era noturna, depois do trabalho. Deixava os filhos, ia com minha mulher estudar à noite. Eu tinha que bancar meus estudos, da mulher e dos meus dois filhos mais velhos. Na época chegava a ganhar até seis mil reais fazendo, comprando e vendendo artesanato na aldeia onde morava.

Meu pai negro, minha índia, que só fui reencontrar aos dezesseis anos de idade, na cidade de Itamaraju,<sup>169</sup> quando a mulher que me criou alugou uma casa encostada na casa que coincidentemente era de minha mãe. Na rua um menino me perguntou se eu era filho de Dora e eu perguntei o porquê, ele respondeu que eu era muito parecido com ela. E apontou, lá estava ela, na porta da casa, aí eu me aproximei e ela, ao me olhar, me reconheceu e eu abracei ela e meu irmão. Depois sentei e falei com ela sobre tudo o que havia ocorrido, e disse a ela que não queria ficar mais com a mulher. Ela foi, buscou minhas coisas e fomos morar juntos. Minha mãe gostava de dançar, de beber, eu ficava ali, ela saía para trabalhar de gari na prefeitura e eu cuidava de meu irmão. De vez em quando a gente visitava a minha avó na roça, onde morava, e numa dessas visitas reencontrei minha irmã e seu marido, que arranhou um trabalho para mim de ajudante de vaqueiro, minha primeira profissão. Assim, todo mês eu levava o dinheiro para minha mãe fazer a feira na rua. Passado um tempo, onde minha avó morava virou aldeia, Aldeia

---

<sup>169</sup> Cidade localizada na região do Extremo Sul da Bahia, Costa do Descobrimento.

Korumbauzinho, município de Prado-BA. A aldeia foi reconhecida por fazer parte da Mata Atlântica e da Costa do Descobrimento. As famílias que ali se encontravam eram indígenas Pataxós Hãhã, nação a que eu também pertencia, por causa da minha mãe, e nunca haviam saído da região, cultivavam os costumes dos seus antepassados. Há mais ou menos doze anos passou a ser aldeia.

Depois que a região virou aldeia, minha mãe foi demitida da prefeitura e decidiu ir morar com a minha avó na aldeia. Como era nativa de lá, conseqüentemente era herdeira da Tribo Pataxó. Não só ela, mais muitos índios da região acabaram se ajuntando e indo todos morar lá. Houve um ajuntamento do povo indígena no mesmo território. A cultura religiosa indígena já não havia mais, agora era advinda do catolicismo, adorar imagem de escultura. Tem pés, mas não anda, tem mão, mas não apalpa, tem ouvido, mas não ouve nada, tem boca, mas não fala. E ficar nessa de adorar imagem traz maldição para eles mesmos. Pois nós temos que adorar um Deus vivo, pois é esse que é digno de ser adorado.

De cinco anos para cá eles já tiveram a oportunidade de conhecer o Deus Vivo, pois vem missionário de Belo Horizonte, Assembleia de Deus, faz um trabalho de evangelização em busca de ensinar o caminho em que possa viver feliz e tranquilo, alcançando a salvação, para que possa abrir os olhos espiritualmente.

No dia em que fui preso fui pego de surpresa, tinha saído do meu trabalho às onze da manhã, tinha acabado de jogar veneno na minha roça de maracujá, e aí tirei a bomba costal, encostei no batente da porta, que dava pro banheiro, sentado com minha filha no colo, conversando com meu irmão, aí eu vi a hora, passou um Uno vermelho, manobrou, voltou, parou em frente da minha casa e perguntou: quem é P... aqui? - Respondi: Sou eu. Daí ele perguntou, é você quem trabalha com maracujá aqui? Respondi: Agora não, o maracujá ainda está botando flor. Minha mulher dentro de casa, fazendo brincos e pulseira, ela era índia também, e a quitoque ré (menina mulher na língua pataxó) ali no meu colo, foi aí que eles chegaram e disseram: você está preso. Aí eu perguntei: estou preso por quê? Não faço nada de errado, não sou bandido, não sou traficante, nunca matei ninguém, nem desejo matar. Aí ele disse: você é suspeito de ter estuprado sua filha. Aí eu disse não, isso não é justo porque as minhas filhinhas que tenho está aqui comigo e a outra que tenho está em Coroa Vermelha,<sup>170</sup> estudando lá. E minha mulher disse: ele não deve nada nisso aí não. Mas eles não “comeram” nada não. Me levaram e me prenderam na cadeia de Prado,<sup>171</sup> onde passei nove meses preso,

<sup>170</sup> Povoado pertencente ao Município de Santa Cruz Cabralia - BA.

<sup>171</sup> Cidade litorânea do extremo sul baiano.

recebendo visitas de minha mulher, alimentação e dinheiro. E depois de nove meses preso foi que sofri a violência.

Hoje, por mais miserável que somos, por mais pecador, tem sempre gente que acha que o pecado dele é menor que o do outro e quer fazer justiça, né, em cima de outro pecador que nem ele. Haverá muitas revoltas hoje, por causa disso, mas eu determinei minha confiança em Deus e determinei minha fé no Senhor e disse para Deus: um dia a verdade chega! E verdadeiramente chegou, tudo o que pedi a Deus o Senhor me mostrou, e em meio sofrimento, haverá o descanso para nossas almas.

A verdade nos chega e não adianta procurar conhecimento humano, mas devemos procurar o conhecimento de Deus porque só ele poderá provar as nossas inocências. Eu agora só estou esperando a porta se abrir e eu sair e viver a vida sossegadinho, só na graça de Deus. Pois Ele é fiel. Amém. Por aí crescem a fé, a esperança, perseverança do conhecimento da verdade. Só Deus é o nosso juiz.

A narrativa da história de vida do “Ungido de Deus” poderia nos levar a diversas interpretações, questionamentos, observações históricas e sociais de injustiças cometidas. Entretanto, por mais duro e inflexível que seja o ambiente prisional, o fenômeno religioso é tão alienante que pode levar o sujeito a justificar o ato de estar preso mediante uma lógica de fé. Ele é capaz de sorver para si “a mão de Deus”, livrando outros e a si mesmo de coisas maiores e mais perigosas, que levariam à destruição da alma.

A história de vida do “Pequeno Missionário de Deus”, do “Ungido de Deus” e de tantas outras pessoas que não foram aqui analisadas, mas que bem poderiam ter sido, tecem um engendramento social único, tendo a pobreza como pano de fundo, o crime como consequência e a religião como fuga, como redentora, “libertadora”, o freio necessário à reconstrução do indivíduo.

Se por um lado o crime não recompensou, a prisão trouxe de volta esperança e fé, encantamentos que a violência estrutural deflagrada pela exclusão social e pelo crime impossibilitou de viver:

A violência estrutural se articula com motivos subjetivos, destacando-se o desejo de possuir bens de consumo próprios das classes abastadas, poucas alternativas de participação social e no mercado de trabalho, busca de prestígio e de relacionamento facilitado com o sexo oposto, relações de amizades com delinquentes, sentimento de vingança por parentes mortos, dentre outros.<sup>172</sup>

---

<sup>172</sup> GOMES et al., 2013, p. 33.



Se a violência vivenciada socialmente e na família aponta fatores determinantes para a condição de ser criminoso, a religião apresenta a esse indivíduo um importante paradigma para sua recondução social. É ela, a religião, no entendimento dos sujeitos da pesquisa, a única capaz de costurar, sem deixar cicatrizes, os novos processos na trama social, até mesmo revelando o que estava oculto.

Ao buscar a percepção do fenômeno religioso que move os indivíduos no espaço prisional, não se pode esquecer que a sociedade é feita pelos homens, seres inacabados. À medida que se constroem como sujeitos, constrói-se também a sua realidade. O mundo em que vivem está o tempo todo em movimento, é cíclico, e é essa relação do homem com sua realidade social que interpretamos como uma “dialética dos fenômenos sociais”.<sup>173</sup> Nesse caso, a religião no espaço prisional surge como fenômeno passível de diversas interpretações, que tanto pode ser terapêutico e libertador como simplesmente alienante, mas cumpre uma função muito relevante na vida dos indivíduos.

Portanto, o sonho de uma vida digna, de uma família, do retorno aos estudos, conforme apontou um interno da ala “A”, acaba por ser possível na medida em que a conversão religiosa oferece ao sujeito a possibilidade de “apagar” o passado e trazer de volta o sonho perdido. É ela, a religião, para alguns daqueles sujeitos, a única capaz de religar novas perspectivas e elevar ao sobrenatural.

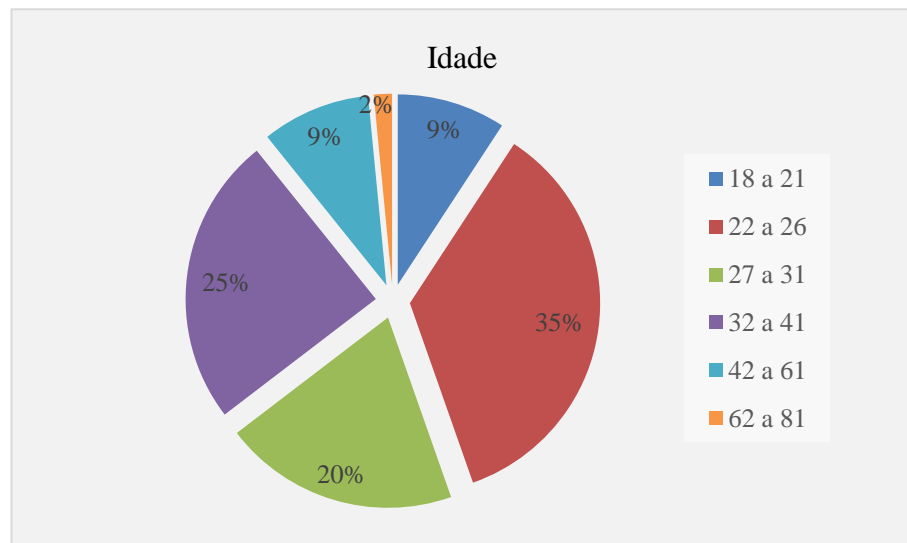
## 2.4 Análise dos dados e o perfil dos entrevistados

Nas páginas seguintes trataremos a análise e a discussão dos gráficos, cunhados a partir de perguntas e respostas obtidas nas alas “A” e “B” do CPTF, de presos condenados e provisórios.

Com uma amostra de 100 (cem) questionários, com 33 (trinta e três) litígios, perguntas fechadas e abertas, a análise e interpretação dos dados mais uma vez procurou selecionar algumas questões e tabular dados considerados relevantes para a pesquisa, buscou ser fiel quanto à compreensão dos internos aos questionamentos apresentados, verificando o contexto e sua importância no CPTF. Com base em um questionário formulado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), buscou investigar questões relevantes da vida dos internos, aspectos econômicos, educacionais, religiosos e sócio/familiar dos sujeitos pesquisados.

<sup>173</sup> BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 41.

GRÁFICO 3 - Quanto à faixa etária



Fonte: A autora.

Os dados acima apontam que 35% da população carcerária do CPTF tem entre 22 e 26 anos; 25% tem idade entre 35 e 41 anos; 20%, entre 27 e 31 anos; 9%, entre 18 e 21 anos, seguidos de outros 9% entre 42 e 61 anos; por fim, 2% tem entre 62 e 81 anos. Os presos com idade avançada estão detidos por crimes sexuais e de violência contra a mulher e os mais jovens, por crimes relacionados ao tráfico ou em consequência dele. Conforme podemos observar,

Na década de 70, os presos tinham em média 27 anos, eram casados, vinham de famílias estruturadas e tinham alguma ocupação profissional, declarou Lourival Gomes, diretor do COESP (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo). Atualmente a média de idade caiu para dezenove anos, o preso não tem formação e é abandonado pela família. “Há muito desemprego e uma degradação social grande, que provocam esse quadro”.<sup>174</sup>

A idade dos sujeitos pesquisados não foge da realidade vivenciada na maioria das prisões brasileiras. Eles são na maioria jovens, com pouca escolaridade e entram para o crime pelo uso de entorpecente e pelo tráfico. Homens em idade produtiva, encontraram no crime um tipo de “poder”. “Para além do poder simbólico descrito por Bourdieu, percebe-se a necessidade de reconhecimento social, ainda que pelo terror”.<sup>175</sup>

O poder simbólico, segundo Bourdieu,

[...] é caracterizado pela construção da realidade social que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, uma concepção

<sup>174</sup> DIMENSTEIN, 1998, p. 48.

<sup>175</sup> GOMES et al., 2013, p. 33.

homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. [...] faz assentar a uma “solidariedade social” no facto de participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a função social (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.<sup>176</sup>

O universo social do sujeito o leva a ter determinadas percepções de mundo. Em especial para aqueles indivíduos, a fim de se encaixar no estrato social de prestígio, qualquer meio de aquisição de recursos é válido: roubar, matar, traficar, aliciar... Em busca do padrão idealizado, encontram no crime formas de empoderamento passíveis de lançá-los nas punições não mais sociais, mas jurídicas, já que o castigo para o delito é a condenação penal.

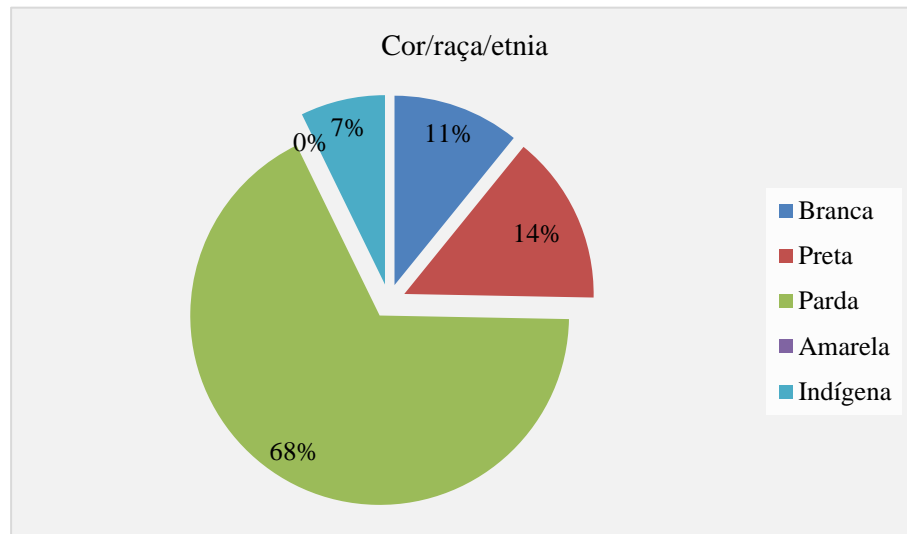
Fora do convívio sociofamiliar, à margem da lei, sem a benesse da menoridade, e sob muros gradeados e vigiados pelo Estado, os poucos sonhos vão se perdendo, os anos vão passando e a supraestrutura vai esmagando a esperança de uma juventude saudável, perdida num espaço sem trégua. Chega a dura constatação de se perceber ainda jovem numa instituição prisional. Já não faz mais diferença ter 18, 19, 20 ou 49 anos, porque o crime o condenou à vida miserável, onde ver uma borboleta é sinal de que o dia trouxe uma grande novidade. Atrofiado pelo sistema, o sujeito sequer se percebe vitimado por ele.

Uma vez que há “uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, sua objetividade econômica”<sup>177</sup>, constata-se que a cadeia algema apenas aqueles que estão numa escala social abaixo do padrão imposto por uma sociedade autoritária e escravagista, onde não se levam em conta problemas éticos, políticos, educacionais ou sociais. Apenas se condenam pobres miseráveis a um sistema prisional medieval, com pouca ou nenhuma chance de reintegração social.

<sup>176</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel Editora, 1989. p. 9.

<sup>177</sup> FOUCAULT, 2009, p. 201.

GRÁFICO 4 – Etnia



Fonte: A autora.

68% dos internos se declararam pardos, 14% negros. Em equivalência com a realidade etnorracial do país, o Conjunto Penal de Teixeira de Freitas não foge à regra. Se não fossem questionados, os 68% seriam categorizados como negros, na interpretação da pesquisadora, o que se percebe pela cor da pele. Entretanto, respeitou-se um princípio básico da pesquisa etnorracial, a autodeclaração do entrevistado.

Por razões históricas, ao declarar-se negro ou preto, de acordo com o IBGE, o sujeito ainda esbarra em questões forjadas por uma estrutura racista que assola o Brasil há muito tempo:

No século passado, o Marquês de Maricá, que foi senador e ministro, dizia: Veja como a sociedade é bela. Fez os homens de pele branca para repousar à sombra e os de pele negra para labutar ao sol. A nobreza portuguesa, instalada aqui, estimulou a vinda de europeus, para, entre outros motivos, “embranquecer o sangue do povo brasileiro”[...] uma das heranças da escravidão é o preconceito contra negros e mulatos, cuja imagem, entre policiais e parte da população, é ligada a delinquência. Um policial em São Paulo chegou a dizer: para mim todo negro em carro novo é suspeito. E se correr eu atiro.

178

A compreensão do afrodescendente brasileiro ainda é de inferioridade e subserviência, razão pela qual a autodeclaração não é de todo livre, ainda sofre influências históricas.

No ambiente prisional, em especial no CPTF, negros e pobres ocupam as masmorras. O fato de estarem presos clarifica as questões raciais, dado que naquele espaço é mais comum ver a população pobre, preta e analfabeta do que branca, rica e estudada.

<sup>178</sup> DIMENSTEIN, 1998, p. 59.

Quanto ao estado civil, 58% dos entrevistados se declararam solteiros; 22%, casados; outros 20% ficaram entre união estável, separação legal e “relação instável”: não podem receber visitas íntimas por falta de documentos que comprovem a união legal.

Quanto a filhos, 36% declararam não ter filhos; 20% afirmaram ter um filho; 15% disseram ter dois filhos; 8% afirmaram ter três filhos; 5%, quatro filhos; e 16% dos entrevistados têm filhos menores de seis anos.

Por observar como fato preocupante, em dia de visita, a quantidade de mulheres com crianças menores de seis anos de idade na porta do presídio à espera da visita, a direção do CPTF necessitou instituir regras mais rígidas quanto à visitação de crianças em idade escolar durante a semana, no caso, quinta-feira, dia letivo. Logo na portaria central foi vê-se ao seguinte inscrito: “Crianças a partir de quatro anos de idade que estejam matriculadas na Educação Infantil ou no ensino fundamental só podem fazer visita nos domingos”. Essa medida, segundo a Unidade Prisional, diminuiu o fluxo dos pequenos durante a semana, mas eles podem ser vistos lá aos domingos, dias de visitas.

Quanto ao estado de origem, 70% dos entrevistados são da Bahia; 11%, do Espírito Santo; 8%, de Minas Gerais; 6%, do Pará; 2%, de Pernambuco; 1%, de São Paulo; 1%, do Rio Grande Sul; e 1% não informou.

Os sujeitos detidos no CPTF, na maioria, baianos, são provenientes de Teixeira de Freitas e arredores. Por ser região turística, muito próxima da Costa do Descobrimento, acaba por atrair indivíduos das diversas regiões do Brasil. Espírito Santo e Minas Gerais se fazem representar no CPTF com esse percentual por fazerem fronteira com o extremo sul da Bahia.

Há integrantes de facções criminosas das capitais, como do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV), entre outros, assim como grupos rivais no tráfico em áreas da cidade. O território prisional é marcado por rixas nos pátios “A” e “B”, e a qualquer momento conflitos intensos podem ser deflagrados entre os sujeitos rivais, elevando ainda mais o clima de instabilidade.

As anomalias sociais presentes naquele espaço são fato preocupante. Talvez por isso a visita de religiosos bem-intencionados funcione tão bem, configurando uma expectativa positiva entre os aprisionados. Às sextas-feiras, com terços, bíblias e orações, eles adentram o espaço fétido e pouco iluminado do chamado “seguro”, ou a quatorze, como é conhecido o espaço de triagem que abriga novos prisioneiros ou sujeitos considerados anômalos, patologicamente doentes sociais, esses indivíduos constituem, conforme foi verificado durante as observações realizadas na pesquisa de campo, que não conseguem formar laços nem mesmo com seus pares, por causarem discórdia em qualquer ambiente do espaço prisional. Chega a

difícil para a Unidade, segundo foi analisado, “não há lugar em que não causem confusão e intrigas constantes”, conforme analisou o Setor de Atividade Laborativa.

É possível lembrar aqui que o crime é considerado como “a infração da lei do Estado, promulgada para proteger a segurança dos cidadãos, resultante de um ato externo do homem, positivo ou negativo, moralmente imputável e politicamente danoso”,<sup>179</sup> o criminoso é o infrator, que deve ser, portanto, imputada à lei. Quanto a religião ela é um alento, que cumpre um papel “mágico” na vida dos sujeitos. Aos comandantes oferece a calma, e aos comandados o freio, provendo o limite que faltava para o restabelecimento de uma humanidade já quase perdida em meio à criminalidade.

Nesse caso,

Nos dispomos a entrar no santuário da subjetividade, defrontamo-nos, uma vez mais, com o enigma. Quais são as razões que fazem os homens construir os mundos imaginários da religião? Por que não se mantêm eles dentro do estoico e modesto realismo dos animais, que aceitam a vida como ela é, não fazem canções, nem revelações, nem religiões e, com isso, escapam à maldição da neurose e da angústia? [...].

Ademais, a religião no calabouço da prisão pode ser compreendida como ‘sonhos’. “Sonhos são as religiões dos que dormem. Religiões são os sonhos dos que estão acordados [...]”.<sup>180</sup>

Quanto ao nível de instrução dos pais, 39% dos entrevistados se declaram sem escolaridade; os que têm ensino fundamental incompleto são 28%; 12% não souberam informar; 11% não completaram o fundamental; 8% o completaram; e apenas 2% concluíram o ensino médio.

As estatísticas apresentadas dão conta de uma dura realidade constatada Brasil afora: a democratização efetiva do direito à escola nem sempre foi acompanhada de uma democratização eficaz da educação para os mais pobres.<sup>181</sup> Embora hoje haja mais escolas, há também um número significativo de excluídos.

A escola, embora disfarçada de espaço democrático, não é nem de longe democrática, pois “a democracia é uma questão de forma e conteúdo”.<sup>182</sup> É antidemocrática a reestruturação educacional, que sempre ocorreu em gabinetes, longe das bases. Educadores, estudantes e comunidades sequer são consultados, e “a soberba das equipes ministeriais está longe de

<sup>179</sup> COSTA JÚNIOR, Paulo José. *Curso de Direito Penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 18.

<sup>180</sup> ALVES, 2014, p. 87.

<sup>181</sup> GENTILI, 2008, p. 49.

<sup>182</sup> GENTILI, 2008, p. 128.

respeitar as mínimas condições políticas que podem fazer da reforma escolar um modelo de intervenção social medianamente participativo”.<sup>183</sup>

A pedagogia da esperança, que traria aos desesperançados consolo na luta e fé no amanhã, é empalidecida por espasmos democráticos que ora incluem, ora retiram de forma severa direitos garantidos constitucionalmente.

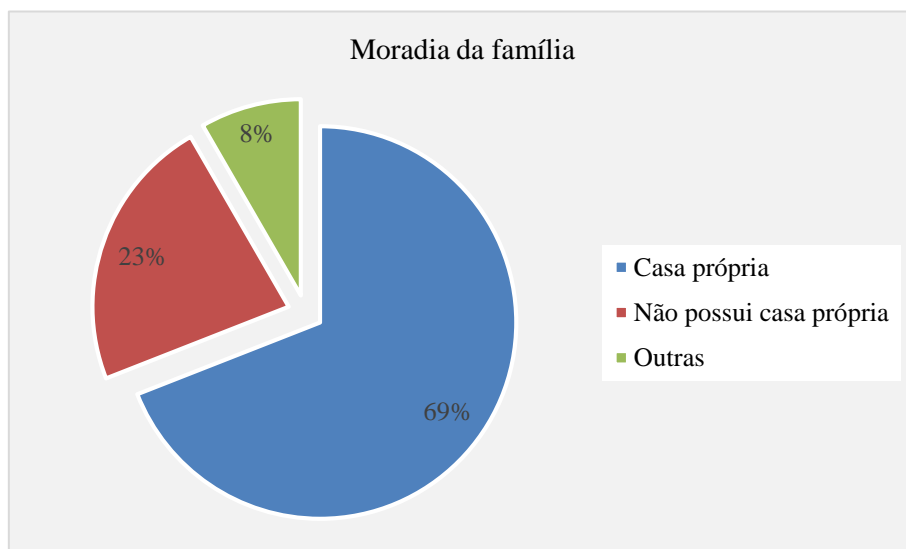
A pedagogia da esperança se fortalece com a intervenção, a participação e a fiscalização das comunidades nos assuntos que concernem à sua própria vida, demandas, sonhos, ilusões, necessidades.<sup>184</sup> A democracia de fachada, fadada a delegações, enfraquece o poder popular, e o resultado é a descrença nas instituições de ensino, com o desaparecimento daquilo que se cria ser justiça social.

Para Gentili, se a democracia se apresenta como substantiva, a noção popular cresce e se fortalece. Sua noção de justiça aumenta e a confiança nas instituições provedoras de direitos, desde já legítimas, ganham credibilidade.<sup>185</sup>

## 2.5 Perfis socioeconômicos, escolaridade e vida sociofamiliar dos internos do CPTF

Os gráficos a seguir apontam para a situação socioeconômica, escolaridade e vida sociofamiliar dos internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas.

GRÁFICO 5 - Moradia da família



Fonte: A autora.

<sup>183</sup> GENTILI, 2008, p. 128.

<sup>184</sup> GENTILI, 2008.

<sup>185</sup> GENTILI, 2008.

69% dos entrevistados disseram possuir casa própria; 23% disseram não ter moradia e 8% declararam outras situações, como moradia cedida e invasões. Alguns declararam a cela do CPTF como morada fixa, dizendo que, ao saírem, farão de tudo para retornar, por não terem efetivamente onde morar. Os famosos presos institucionalizados, indivíduos que já não conseguem imaginar suas vidas extramuros, sem planos, sonhos, “vivem apenas o que têm para viver”, da cela para o pátio, do pátio para a sala de aula e entre uma “correria”<sup>186</sup> e outra, conseguem alguns trocados para manterem o vício, o famoso “couro de rato”. Ao sujeito sem dinheiro, sem prestígio no submundo do crime, sem família, sem visita, nada resta, senão os dias na prisão e o alimento na “rampa”.<sup>187</sup>

De modo que,

Todos concordam que a prisão não cumpre o papel ressocializador e reabilitador a que se atribui a sua existência; pelo contrário, os altos índices de reincidência demonstram que produz rupturas significativas de laços sociais, e alguns chamam esse processo de prisionização: os internos adquirem laços condizentes com o ambiente prisional, que diferem dos valores socialmente incentivados.<sup>188</sup>

Contudo, pode-se afirmar:

O processo de institucionalização desenvolve-se em várias etapas, até alcançar o desaculturamento (Goffman, 1961) uma ruptura com a cultura de fora da prisão para melhor uso de estratégia de domesticação. No início temos o processo de admissão, de enquadramento, rupturas com os papéis desempenhados lá fora, barreiras entre o interno e o externo à prisão.<sup>189</sup>

De forma “aparentemente despreziosa” e com uma rotina em constância vai ocorrendo o processo de

Controle e domesticação, o controle do espaço que o sujeito pode ocupar, de seu tempo, de forma que haja disciplinarização do corpo pelo horário e pelas atividades impostas a ele, com a vigilância contínua dos agentes de segurança e de outros presos. A submissão aparece nas pequenas coisas: horário de acordar, dormir, trabalhar, estudar.<sup>190</sup>

A rotina prisional, aliada à falta de perspectivas fora dos muros da prisão, acaba por fazer o indivíduo imaginar ser impossível viver fora daquela muralha. Sobre ele pesa uma falsa sensação de proteção, aliada a uma inércia provocada por uma vida inteira de pobreza e

<sup>186</sup> Termo utilizado para os detentos que fazem tarefa como: varrer, limpar, lavar roupas etc.

<sup>187</sup> Local onde é servida a refeição dos internos.

<sup>188</sup> SIQUEIRA, Conselheiro Vânia. *Vidas abandonadas, crime violência e prisão*. São Paulo: FAPESP, 2011.

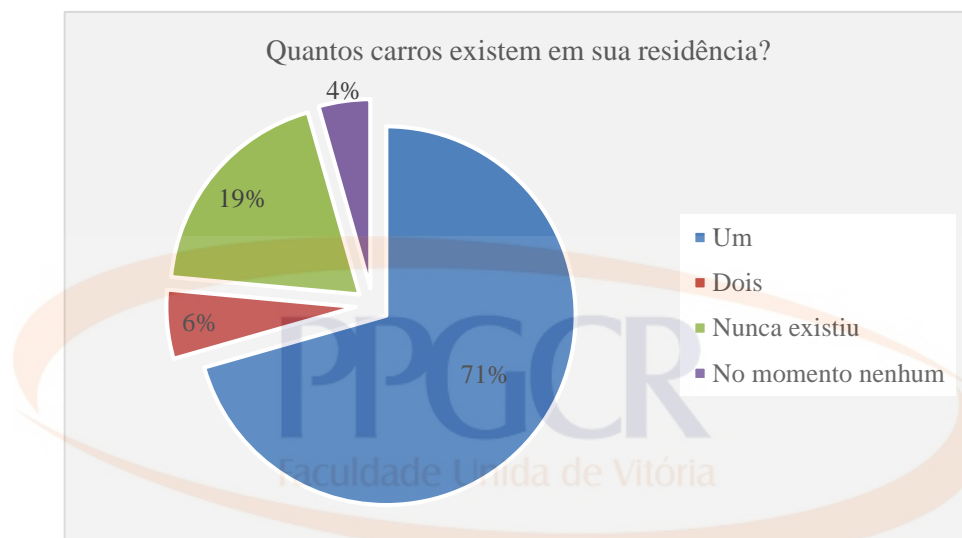
<sup>189</sup> SIQUEIRA, 2011, n. p.

<sup>190</sup> SIQUEIRA, 2011, n. p.



desolação. O confinamento de anos e anos em um meio social único, no caso o CPTF, faz com que deixe de confiar numa sociedade extramuros e o ambienta entre indivíduos que enxergam o mundo sob um único prisma: o crime. Assim, já não consegue escolher entre dormir sobre uma “jega”<sup>191</sup> num cubículo coletivo ou numa casa em uma cama confortável. Uma pesquisa elaborada num espaço prisional acaba por nos fazer perceber que o ser humano é extremamente adaptável e, de forma destorcida, acredita ser aquele o seu ambiente natural, algo percebido em muitas falas durante a pesquisa de campo.

GRÁFICO 6 – Automóveis



Fonte: A autora.

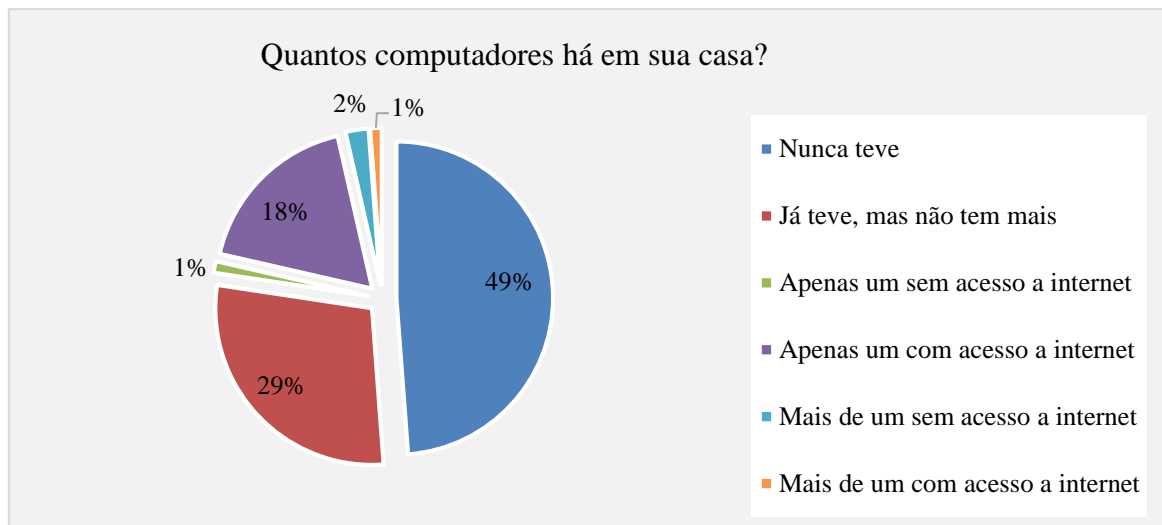
19% dos presos nunca tiveram carro; 6% afirmaram ter dois carros; e 4% disseram que no momento não tinham nenhum carro.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI),<sup>192</sup> um quarto dos brasileiros (25%) vai de ônibus para o trabalho ou para a escola. Os que fazem o percurso a pé somam 22%. Já o automóvel da família é o meio de locomoção adotado por 19% da população, seguido pelo uso de motocicletas (10%) e de ônibus ou vans fretados (9%). Apenas 7% dos brasileiros se deslocam, no dia a dia, de bicicleta. Nos últimos 20 anos a quantidade de carros tem aumentado nas ruas brasileiras. O fato de 71% dos entrevistados afirmarem ter carro demonstra acesso a um bem de consumo que há algum tempo estava reservado a uma pequena parcela da população. O que denota um avanço econômico na escala social, entretanto não se pode afirmar como se teve acesso a esse bem móvel e quais as circunstâncias.

<sup>191</sup> Cama feita de concreto nas celas.

<sup>192</sup> EBC AGÊNCIA BRASIL. *Um em quatro brasileiros usa o ônibus com principal meio de transporte*. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

GRÁFICO 7 – Computadores



Fonte: A autora.

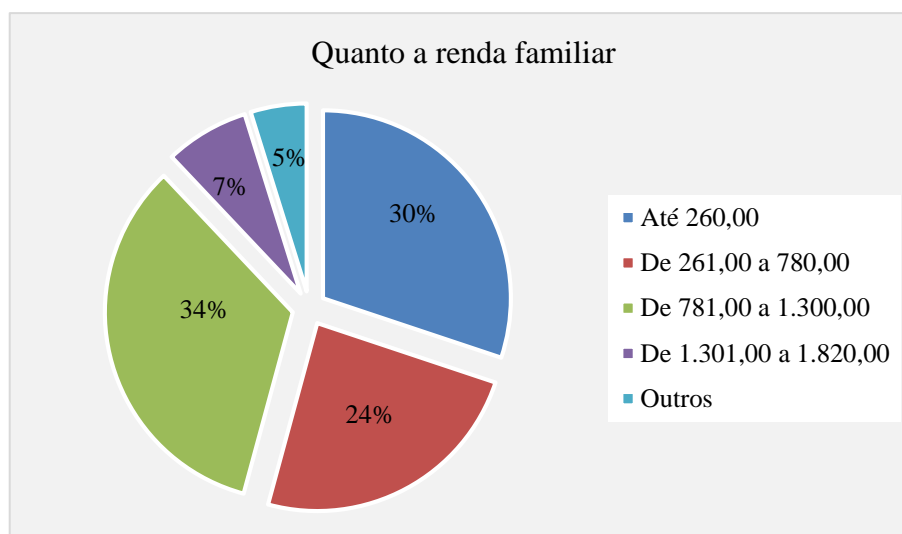
49% dos entrevistados disseram que nunca tiveram computador; 29% já tiveram, mas não têm mais; 18% disseram que têm apenas um com acesso à internet; 2% nunca tiveram; 1% teve apenas um, sem acesso à internet; e 1% teve mais de um, com acesso à internet.

Segundo dados pesquisados e noticiados pela Agência Brasil - EBC,<sup>193</sup> em 2016, 34,1 milhões de domicílios no Brasil tiveram acesso à internet, sendo que as classes mais abastadas tiveram mais acesso: 97% dos domicílios da classe A eram servidos por internet, seguidos por 82% da classe B, 49% da classe C e 16% das classes D e E. Em relação à região, o Sudeste teve o maior número de domicílios conectados à internet, e também o maior número de lares desconectados: são 17,4 milhões de domicílios conectados e 11,7 milhões desconectados. A Região Nordeste teve 7 milhões de domicílios com internet e 10,5 milhões sem internet; a Região Sul teve 5,4 milhões conectados e 4,9 milhões desconectados; o Centro-Oeste teve 2,5 milhões com internet e 2,7 milhões sem. A Norte teve 1,9 milhão de domicílios conectados e 3,1 milhões desconectados.

A EBC aponta que a proporção de domicílios brasileiros com computador estabilizou-se em 50% - mesma proporção registrada em 2014 - o que representa 33,2 milhões de domicílios com acesso a computador. Segundo a pesquisa, 99% da classe A tem computador em casa, seguindo-se 84% da classe B, 47% da classe C e 13% das classes D e E.

<sup>193</sup> EBC AGÊNCIA BRASIL. *Pesquisa mostra que 58 % da população brasileira usam internet*. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-que-58-da-populacao-brasileira-usam-internet>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

GRÁFICO 8 - Renda Familiar



Fonte: A autora.

34% dos presos disseram que sua renda familiar está entre R\$ 781,00 e R\$ 1.300,00; 7% ganham de R\$ 1.301,00 a R\$ 1.820,00; e 5% dos entrevistados revelaram que sua renda familiar ultrapassa os valores sugeridos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE),<sup>194</sup> a Bahia aparece entre os estados da Federação com menor renda per capita (R\$ 697,00, menos de um salário mínimo). Ou seja, parte da população baiana sobrevive com cerca de R\$ 23,00 dia. A comparação com o Distrito Federal, onde a renda per capita é de R\$ 2.055,00, dá conta da desproporção absurda, uma vez que os brasilienses/candangos somam R\$ 68,50 dia. Contudo a pesquisa acima apontou que 30% dos entrevistados declararam que a família vive com R\$ 260,00 mensais, renda atribuída ao Programa Bolsa Família, mantido pelo Governo Federal. Em dias de visitas predomina a figura da mulher magra, coberta com vestes simples e de baixa qualidade, com pouca escolaridade, desesperançada, lembrando que

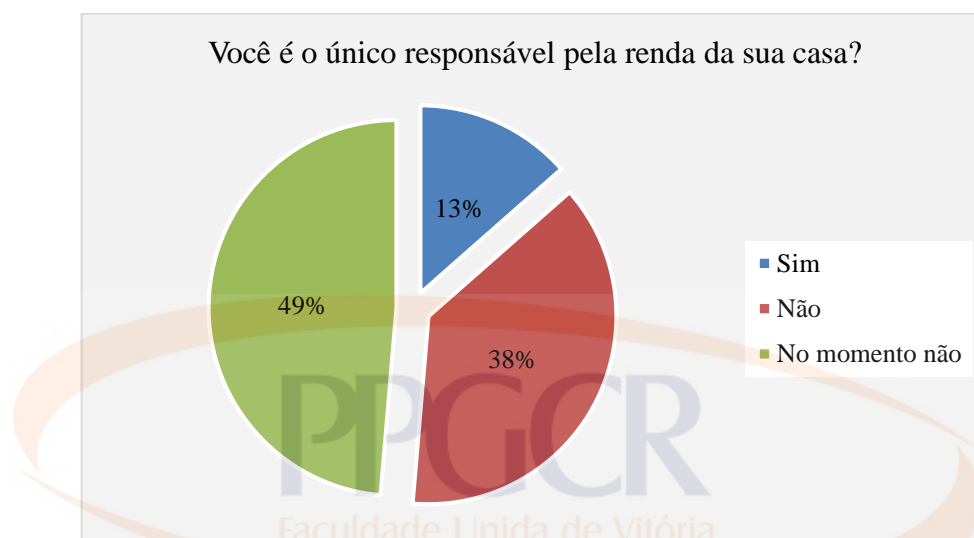
pobreza é dor. As pessoas pobres sofrem dor física causada pela pouca quantidade de comida e longas horas de trabalho; dor emocional originada a partir das humilhações da dependência diária e da falta de poder; e a dor moral de ser forçado a fazer escolhas – como usar os recursos limitados para salvar a vida de um membro doente da família, ou usar os mesmos recursos para alimentar suas crianças. Se a pobreza é tão dolorosa, por que os pobres permanecem pobres? Os pobres não são preguiçosos, estúpidos ou corruptos – por que, então, a pobreza é tão persistente?).<sup>195</sup>

<sup>194</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *IBGE divulga renda domiciliar per capita 2014*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\_e\_Rendimento/Pesquisa\_Nacional\_por\_Amostra\_de\_Domicilios\_continua/Renda\_domiciliar\_per\_capita/Renda\_domiciliar\_per\_capita\_2014.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

<sup>195</sup> NARAYAN, Deepa et al. *Voices of the Poor. Can Anyone Hear Us?* Oxford: Oxford University Press, 2000.p. 3.

Muitas dessas figuras femininas são arrimos de família e sobre elas pesa o fardo de esposas de presidiários, o que dificulta a complementação da renda familiar. Em alguns casos se veem obrigadas à visita semanal, por sofrerem ameaças do cônjuge. Sob o domínio de um ser ameaçador, nada mais resta senão a pressão de uma visita semanal regada a constrangimento e sem afeto, além da falta constante de bens necessários a uma vida digna.

GRÁFICO 9 - Responsável pela renda familiar



Quanto à responsabilidade pela renda familiar, 49% dos entrevistados disseram que no momento, não; 38% disseram que não; 13% se declararam como os únicos responsáveis pela renda da família.

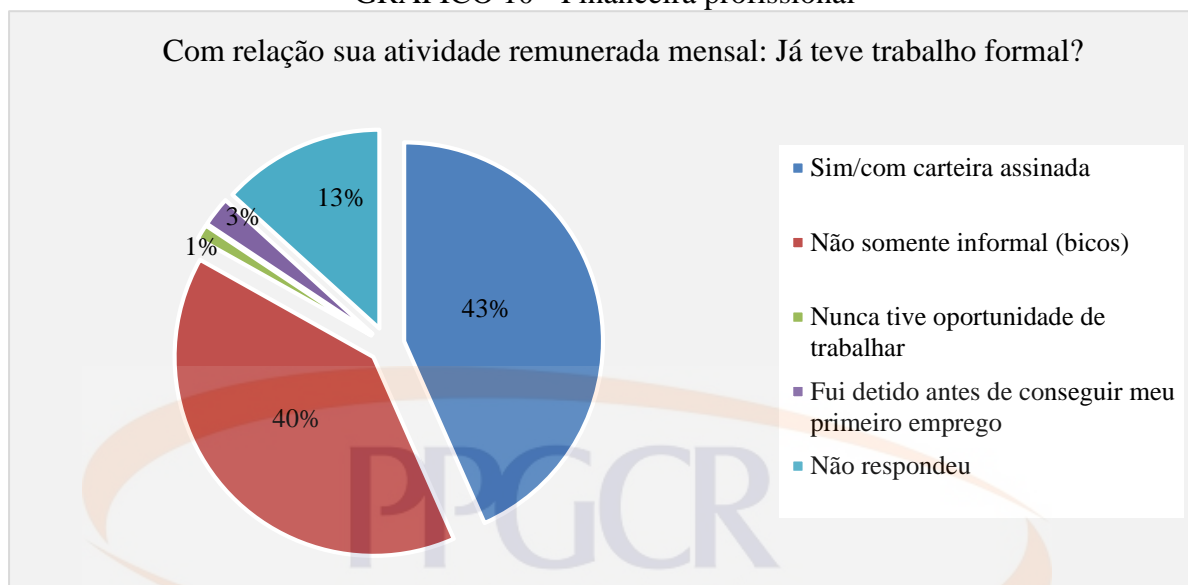
Considerando a categoria analisada (detentos) e levando em consideração os sujeitos da pesquisa, do sexo masculino, de etnia mormente parda, os dados acima não contrariam uma constatação nacional observada em estudo do IBGE.<sup>196</sup> Entre 2000 e 2010, em famílias de etnia branca, a parcela da contribuição feminina correspondia a 39,7%. Se o chefe da família é negro ou pardo, a contribuição da mulher é maior: 42%. Nas famílias formadas por casais com filhos, a participação feminina também foi menor (31,7%) do que nas famílias monoparentais (70,8%), quando a mulher era responsável pelo sustento.

O IBGE aponta que na maioria dos estados do Nordeste a contribuição feminina para o rendimento familiar é maior do que a dos homens. Quanto maior a renda da família brasileira,

<sup>196</sup> IBGE. *Mulheres no Mercado de trabalho: perguntas e respostas*. 2010. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp.pdf](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2017.

menor a participação feminina no rendimento familiar. Entre os mais pobres (até meio salário mínimo per capita), essa participação é de 45%. Já entre aqueles que ganham mais de dois salários mínimos per capita, a contribuição é de 39,1%. Essa realidade é evidenciada no CPTF, cujos internos, na maioria, casados, contam apenas com a ajuda da companheira para manter os filhos e, em muitos casos, se manterem.

GRÁFICO 10 - Financeira profissional



Fonte: A autora.

Com relação à atividade remunerada, 43% dos detentos disseram já ter trabalhado com carteira assinada; 13% não responderam; 3% deles foram detidos antes do primeiro emprego; e 1% nunca teve oportunidade de trabalhar.

Sem profissão e vivendo do trabalho informal, somam 40% dos internos, estes sujeitos afirmaram que nunca tiveram carteira assinada, mas já trabalharam na informalidade, o que chamam de “bicos”: ajudantes de pedreiro, pintores e outros.

Quanto ao trabalho informal,

Trata-se de uma atividade executada sob relações informais, podendo ser parte de uma atividade fabril externalizada, venda de mercadorias, trabalho virtual, etc., cumprindo para o capital a mesma função do trabalho formal. Diríamos que se trata de uma configuração da velha forma - “setor informal” -, adequada às atuais exigências da valorização do valor, fato que não é novidade na história do capitalismo. A luta do capital para adequar a base técnico-material ao seu propósito de acumulação não se extingue enquanto não extinto o próprio sistema.<sup>197</sup>

<sup>197</sup> ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. Do surgimento do setor informal às delimitadas formas contemporâneas de informalidades. Antunes Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.441.

Ao setor marginalizado da sociedade cabe a informalidade, a exploração da mão de obra sem compromisso com o bem-estar social. É o indivíduo entregue a si mesmo quem deve se bancar, mostrando-se competente para tal ato. Restam-lhe as penalidades impostas pelas normas jurídicas e o exílio nos calabouços de todo o país. “Se já era difícil antes, após o estigma da passagem pela prisão acaba por complicar ainda mais”, nas palavras de um detento. “O trabalhador integrado ao mercado de trabalho é controlado pela disciplina do capital, enquanto o trabalhador fora do mercado de trabalho é controlado pela disciplina da prisão”.<sup>198</sup>

As autopercepções, o comportamento, a forma como agiam fora dos muros, a infância e a adolescência parecem não condizer com o processo atual, uma vez que 40% dos entrevistados afirmaram ter tido uma infância e uma adolescência tranquilas. 5% dos entrevistados afirmaram que desde a infância se percebiam como delinquentes; 6% deles confessaram que cometeram delito por pressão do grupo; 15% responderam que começaram a se sentir atraídos por “coisas erradas na adolescência”; e 34% se veem injustamente penalizados. Não se analisarão verticalmente os dados apontados, visto que

a objeção do criminoso fora da lei, como homem da natureza, não passa ainda de uma virtualidade, uma linha de fuga, onde se entrecruzam os temas da crítica política e as figuras do imaginário. Será necessário esperar muito tempo para que o homo criminalis se torne um objeto definido num campo de conhecimento.<sup>199</sup>

É comum o aprisionado não admitir o delito cometido, mesmo em casos extremos. Entretanto, é fato que pode haver prisões arbitrárias. Todavia:

O que é “real” para um monge tibetano pode não ser real para um homem de negócios americano. O “conhecimento” do criminoso é diferente do “conhecimento” do criminalista. Segue-se que aglomerações específicas da “realidade” e do “conhecimento” referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses contextos.<sup>200</sup>

## 2.6 Reclusão

Algo que se evidencia na pesquisa é que não se pode esperar que valores universalmente aceitos como corretos na maioria das sociedades estejam arraigados numa mente aniquilada pelo crime e suas “recompensas”. Os tesouros de uma vida honesta são

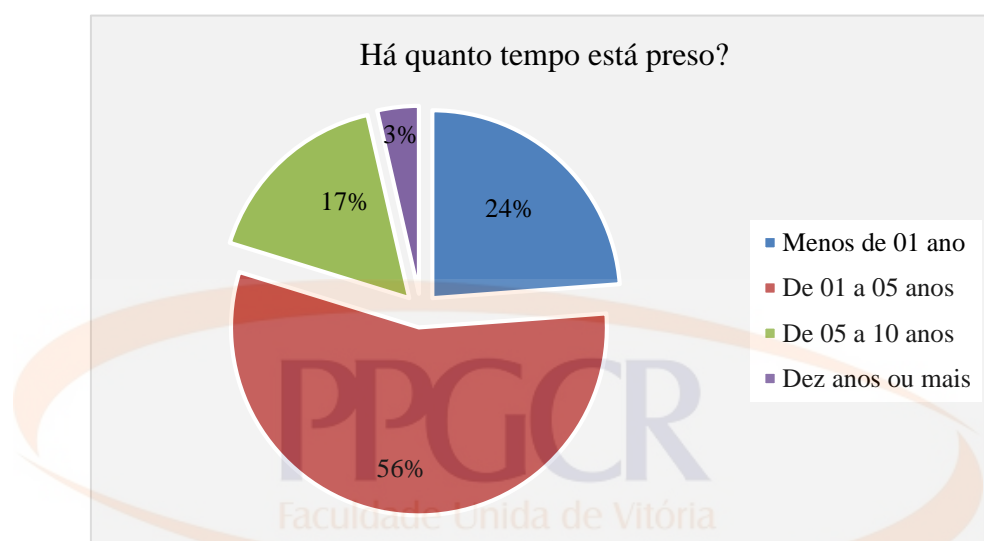
<sup>198</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. 4. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2010. p. 438.

<sup>199</sup> FOUCAULT, 2009, p. 98.

<sup>200</sup> BERGER, 2014, p. 13.

observados para quem teve seus galardões. No universo do crime não há prêmio maior do que ser respeitado pelo tamanho de sua crueldade. Não é mais o homem bom quem prospera, mas a sua brutalidade. “Um mal necessário” é provérbio constante no vocabulário de lideranças criminosas do CPTF, para justificar as atrocidades cometidas dentro e fora do cárcere, traduzindo uma realidade esdrúxula e totalmente fora daquilo que se imagina como valores necessários ao bom convívio humano, numa sociedade paralela construída com valores homeomorfos.

GRÁFICO 11 - Tempo de Detenção



Fonte: A autora

56% dos detentos disseram que faz entre um e cinco anos que estão presos; 24% deles estão presos há menos de um ano; 17%, entre cinco e dez anos; e 3% dos entrevistados afirmaram que cumprem pena no CPF há mais dez anos.

Quanto ao envolvimento com a polícia antes de serem presos, 41% dos entrevistados afirmaram que nunca haviam se envolvido; e 59% confessaram que já tinham passagem antes de serem aprisionados no CPTF.

Os dados aferidos anteriormente dão conta de uma questão séria que atormenta não só o CPTF, mas o Poder Judiciário brasileiro. São números expressivos de reincidências criminais que nem de longe estão perto de se resolver. Muitos dos sujeitos que retornam ao crime veem-se condenados à reincidência por vários fatores.

É manifesto que o estigma de ex-presidiário acompanhará o indivíduo por toda a vida. Se a caridade cristã é benevolente, a caridade laica exige do indivíduo uma vida sem mácula. Encurralado, perdido por ter maculado sua imagem, já não lhe resta alternativa senão o crime. A reincidência criminal é tão grave que

[...] chega ao ouvido dos futuros patrões, inviabilizando a possibilidade de trabalho. A falta de oportunidades reserva basicamente uma única opção ao ex-presidiário: voltar a infringir a lei quando retorna ao convívio social. É como se a sociedade o empurrasse novamente para o mundo do crime. Há um preconceito de toda a sociedade. Isso tudo, sem dúvida, torna muito pouco provável a reabilitação. Triste realidade. Todavia, é preciso oferecer perspectiva de futuro ao preso, caso contrário, as penitenciárias vão seguir inchadas de reincidentes [...].<sup>201</sup>

Em todas as tentativas de reinserção no mercado de trabalho, o sujeito esbarrará na mesma questão: antecedentes criminais.

Receber um ex-ladrão para trabalhar no estabelecimento comercial ou em casa é um risco. Ele pode ou não estar curado. É o risco da caridade. As pessoas racionais procuram evitar os ricos. In dubiis abstine, assim o ex-ladrão fica sem trabalho. Ele bate a esta ou àquela porta, mas todas as pessoas que lhe poderiam permitir ganhar o pão são racionais demais e querem permanecer seguras.<sup>202</sup>

Portas fechadas são rotina na vida do ex-detento. A “certidão de nada consta” antecede a sua apresentação e as pessoas não desejam “conscientemente” correr riscos. Assim, paradoxalmente, aquilo que surgiu como medida para assegurar que o indivíduo cumpriu o que foi determinado pela justiça acaba por condená-lo de vez ao submundo do crime.

A certidão criminal foi instituída em função delas, para assegurá-las. Mas se a própria certidão imprime na frente do ex-detento o nome de ex-ladrão, para que serve tal certidão? Apresentando-a, quem lhe oferecerá trabalho? Que ilusão aquela sua, no cárcere, de contar ansiosamente cada dia que passava e os que lhe faltavam para a libertação.<sup>203</sup>

À medida que a sociedade avança, avançam as leis, entretanto a subjetivação do Estado com relação aos excluídos e marginalizados ainda é uma constante. A perfídia estúpida por ele patrocinada, por meio de seus representantes, condena o sujeito à miséria antes mesmo de nascer, assim como à prisão, à marginalização, à ausência de políticas públicas aliadas à ineficiência, ficando demonstrado o estabelecimento de uma sociedade funcionalista, numa perspectiva durkheimiana, como “aparelho ideológico do Estado”<sup>204</sup>: polícia, sindicatos, escola, religião, etc. empurram o sujeito para o abismo.

Tal fato é tão notório que o ministério da justiça afirma que é necessário assegurar:

1) Redução do déficit de vagas – a partir da articulação da política de construção de novas vagas (inserir nota sobre o PNASP) com políticas de adequação do fluxo de entrada no sistema prisional, como a implantação de audiências de custódia e a

<sup>201</sup> CARNELUTTI, 2010, p. 116.

<sup>202</sup> CARNELUTTI, 2010, p. 116.

<sup>203</sup> CARNELUTTI, 2010, p. 116.

<sup>204</sup> Termo cunhado pelo sociólogo francês Luis Althusser em sua obra Os aparelhos ideológicos do Estado.



expansão e fortalecimento das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica;

2) Redução do déficit de gestão – intensificação das atividades de assistência técnica ao Estado, a partir de ações de capacitação dos servidores penitenciários e de produção de diretrizes e manuais de gestão;

3) Potencialização das políticas de reintegração – assunção da prioridade das políticas de educação, qualificação e trabalho prisional como uma ação de prevenção na área de segurança pública e uma acertada política de prevenção à reincidência.<sup>205</sup>

O Estado racional proclamador de princípios (“Todos são iguais perante a lei” ou “Ninguém será tido como culpado até antes da sentença condenatória definitiva”) é o mesmo que condena ao abismo social, educacional, econômico, político e até mesmo religioso, por deixar florescer o lado mais tenebroso do ser humano num espaço de poucos metros quadrados.

A triste realidade vivenciada por muitos ex-detentos talvez seja fruto de uma sociedade que nunca soube repartir, tampouco acolher a vítima de sua crueldade. É óbvio que aquele espaço não foi construído para acolher inocentes, mas evidentemente a população carcerária é encarada como lixo doméstico, numa perspectiva metafórica: quanto mais distante sua incineração, melhor será. Afinal, quem quer abutres sobrevoando áreas habitadas? “Ela é a detestável solução de que não se pode abrir mão”.<sup>206</sup>

De acordo Nucci,

[...] o Estado tem dado pouca atenção ao sistema carcerário, nas últimas décadas, deixando de lado a necessária humanização do cumprimento da pena, em especial no tocante à privativa de liberdade, permitindo que muitos presídios tenham transformado em autênticas masmorras, bem distantes do respeito à integridade física e moral dos presos, direito constitucionalmente imposto.<sup>207</sup>

O desleixo dos governantes com o sistema penitenciário é fato narrado desde Carandiru<sup>208</sup>, há 35 anos atrás, ao massacre no presídio do Maranhão<sup>209</sup>, em janeiro de 2017. São histórias que perpetuará na memória nacional e certamente se ouvirá muitas outras narrativas em presídios Brasil a fora uma vez que é ascendente o número de presos delituosos no país. No CPTF foi constatado que 40% dos crimes praticado foram homicídios; 22% foram roubos, latrocínio (roubo seguido de morte); 13% se devem ao tráfico; 3% desses crimes são de natureza

<sup>205</sup> INFOPEN, 2016, p. 08.

<sup>206</sup> FOUCAULT, 2009, p. 218.

<sup>207</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Execução Penal*. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 1000.

<sup>208</sup> REVISASUPERINTERESSANTE. *Como foi o massacre do Carandirú?* 2005. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

<sup>209</sup> UOL NOTÍCIAS. *56 mortes em rebelião: “nunca vi nada igual na minha vida, aqueles corpos, o sangue... fiquem com Deus”*. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/02/massacre-em-presidio-do-am-nunca-vi-nada-igual-na-minha-vida-diz-juiz.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

sexual; e 7% não foram revelados pelos entrevistados. Essa realidade social, notada nos presídios do Brasil, é a face oculta de uma guerra constante narrada em programas jornalísticos sensacionalistas de rádios, sites e canais televisivos, ou em jornais apresentados por repórteres “circunspectos”, supostamente menos sensacionalistas, mas muito mais tendenciosos, por isso mais perigosos, que mais confundem do que informam, e acabam por distanciar e manipular a opinião pública, como já se faz ao longo da história.

Como conhecedor dos dramas vivenciados nos presídios do país, Greco alerta que:

O sistema prisional está falido, e isso não é novidade. Os meios de comunicação constantemente divulgam imagens de presos, em quase todos os Estados da Federação Brasileira, que sofrem com o problema da superlotação carcerária. Seus direitos mais comezinhos são deixados de lado. Tomar banho, alimentar-se, dormir, receber visitas, enfim, tudo o que deveria ser visto com normalidade em qualquer sistema prisional, em alguns deles, como é o caso do Brasil, parece ser considerado regalia.<sup>210</sup>

E ainda há um outro fator que em nada ajuda quanto a situação prisional no país, de forma que parece existir uma conspiração para empurrar os jovens ao submundo das drogas, do crime, do tráfico, à prisão. A compreensão dos fatores que aumentam o risco de os jovens serem vítimas ou autores de violência é essencial para o desenvolvimento de políticas e programas eficazes e de prevenção, uma vez que os presídios não oferecem chances oportunidade de recuperação. Ainda sobre os presídios Nucci assevera que

se não houver investimento efetivo para o aumento do número de vagas, respeitadas as condições estabelecidas na Lei de Execução Penal para os regimes fechado, semiaberto e aberto, nada de útil se poderá esperar do processo de recuperação do condenado. Na verdade, quando o presídio está superlotado a ressocialização torna-se muito mais difícil, dependente quase que exclusivamente de boa vontade individual de cada sentenciado.<sup>211</sup>

Segundo observado na pesquisa de campo, mais de 90% dos homicídios praticados tinham relação com o tráfico, haja vista o estudo de caso com o “Pequeno Missionário de Deus”.

São jovens pobres, sem perspectivas, vulneráveis, em muitos casos, com baixa autoestima, que vivenciaram cenas de violência na família causadas por drogas lícitas e ilícitas, onde por vezes a misoginia e o patriarcalismo, reforçados pelo fundamentalismo religioso, contribuíram para o desconforto e a aversão ao ambiente familiar. E já foi comprovado anteriormente em estudos e pesquisas, estudiosos mostram,

que existe uma tendência de reprodução da violência familiar por meio da socialização dos jovens. Os fatores desencadeantes ou de risco ocorrem dentro de um terreno de

<sup>210</sup> GRECO, 2011.

<sup>211</sup> NUCCI, 2011, p. 1028.

permissibilidade cultural. Os pais que agredem mutuamente tendem a responder ao estresse (problemas de desemprego, no trabalho, doenças, dívidas e outros) com violência. E famílias que adotam a violência como forma de comunicação costumam entrar num ciclo vicioso de repetição de seus antepassados, legando aos filhos tal padrão, a não ser que haja algum nível de intervenção benéfica que possa quebrar a cadeia reprodutiva.<sup>212</sup>

Aos que não conseguem quebrar esse legado resta a rua, o acolhimento dos traficantes e conseqüentemente o crime organizado e a prisão. A grande maioria torna-se estatística antes mesmo de passar pelos presídios, tendo a morte como certeza.

55% dos entrevistados da Unidade Prisional de Teixeira de Freitas sequer foram sentenciados: são presos provisórios que cumprem pena em regime fechado. 34% dos entrevistados são de fato condenados, e há ainda 11% que se negaram a responder.

O drama dos presos não sentenciados no CPTF, não uma realidade vivenciada, somente naquela Unidade Prisional,

Em dezembro de 2014, 40% da população prisional brasileira era composta por presos provisórios. Embora existam muitos países com percentual maior de presos provisórios – o Brasil ocupa apenas a 38ª posição entre os países com mais de 10 milhões de habitantes – estamos falando de 40% de 600 mil pessoas. São quase 250 mil pessoas presas antes de serem julgadas em primeiro grau jurisdicional, sendo que há evidências de que uma grande parte delas poderia responder ao processo em liberdade.<sup>213</sup>

São quase 250 mil presos provisórios, segundo relatório divulgado pelo INFOPEN, análise sobre o relatório observa-se “que o número de presos provisórios é quase igual ao déficit de vagas no sistema, que é de 250.318 vagas. O que vem reafirmar uma preocupação com o drama vivido nos presídios”<sup>214</sup> e pode-se afirmar que:

Mesmo que parte dos atuais presos provisórios não possa ou deva ser solta, a análise dos dados indica fortemente que mudança de política no tocante às prisões provisórias e às prisões por tráfico de drogas podem ser maneiras de diminuir o ritmo acelerado do crescimento do número de pessoas privadas de liberdade no Brasil.<sup>215</sup>

Sobre o sistema penitenciário do país, ainda pesa fato de não separarem por tipologia criminal, mesmo nos de 1808 e de 1810, Segundo Foucault, já se previa nas medidas adotarem

<sup>212</sup> MINAYO, M. C. S. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G. (Orgs.) *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 37.

<sup>213</sup> INFOPEN, 2014, p. 14.

<sup>214</sup> GALLI, Marcelo. *40% dos presos no Brasil são provisórios, aponta levantamento oficial*. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-26/40-presos-brasileiros-sao-provisorios-aponta-levantamento>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

<sup>215</sup> GALLI, 2016, n.p.

ou se precederam, o encarceramento, mas que este nunca se confundisse com a privação de liberdade, isto é, deveria ser diferenciado e finalizado, e ainda era necessário observar outros fatores<sup>216</sup>

Como a lei inflige penas mais graves que outras, não se pode permitir que o indivíduo condenado a penas leves se encontre preso no mesmo local que o criminoso condenado a penas mais graves [...]; se a pena infligida pela lei tem como objetivo principal a reparação do crime, ela pretende o que o culpado se emende.<sup>217</sup>

Assim era diferenciado, pois não tinham a mesma forma de um indiciado ou de um condenado, ou ainda de um contraventor ou de criminoso. Mesmo nos códigos mais antigos já propunha, que fosse adotado medidas ou formas de prisão ou detenção de acordo com o crime cometido.

O INFOPEN, relata que a população prisional bateu recorde de 622.202 presos e que a população carcerária brasileira é a quarta maior o Sistema Penitenciário do mundo em termos populacional só perde para Estados Unidos da América (2.217.000 em 2013), China (1.657.812 2014) e Rússia (644.237 2015).

## 2.7 Os caminhos e descaminhos religiosos e educacionais dos entrevistados do CPTF

O ser humano é, por natureza, um ser religioso que, tanto que na ausência de uma religião, tende a sentir-se vazio, desmotivado e fragilizado, e é na experimentação busca experimentações que tenta reencontrar significação para a sua existência e isso não é mera exclusividade do homem contemporâneo, indagações como: De onde eu vim? Quem sou? Para onde vou? Estão presentes desde os primórdios, e em meio a tantas culturas, a busca do sentido e das indagações, deixou marcas profundas na humanidade.

No processo de construção reconstrução de mundo o homem realiza atividades para atender as suas necessidades, pois ele precisa estabelecer uma relação estável com o mundo em que vive.

Berger descreve que

a existência humana é um contínuo pôr-se em construção, do homem com o seu corpo, do homem com o seu mundo. Outro modo de exprimir isto é dizer que o homem está constantemente nesse processo de pôr-se em dia consigo mesmo. E é nesse processo que o homem produz um mundo. Só num mundo assim, produzido por ele, pode o

<sup>216</sup> FOUCAULT, 2009, p. 219.

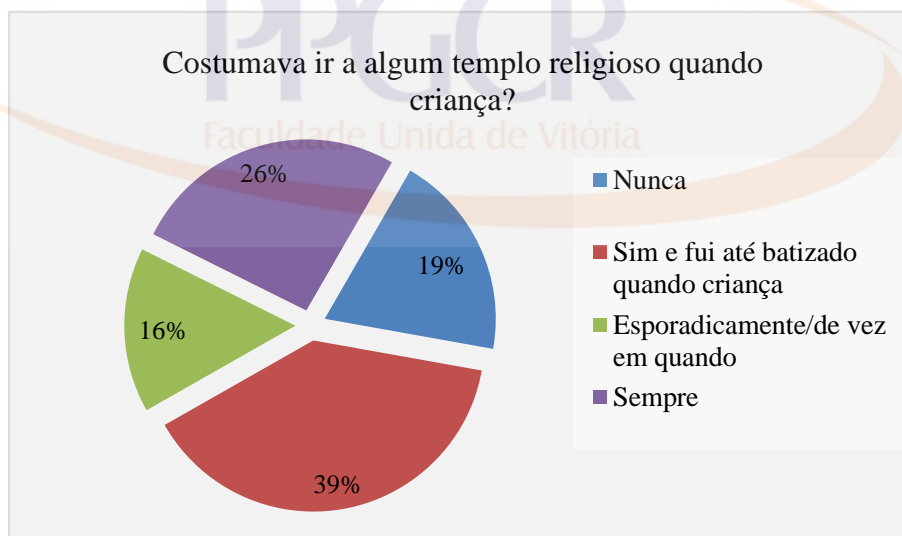
<sup>217</sup> FOUCAULT, 2009, p. 244.

homem estabelecer-se e realizar sua vida. Todavia o mesmo processo que constrói o seu mundo também dá o ‘remate’ do seu próprio ser.<sup>218</sup>

A religiosidade como fenômeno social se faz presente em quase toda sociedade, trazendo valores universais que contribuem para o relacionamento entre os pares. Tais valores se apresentam sob a forma de normas “morais e éticas” nas diversas tradições religiosas. Expressam-se nos ritos, símbolos e textos religiosos, seguidos como regras de convívio social e espiritual, baseadas em compromissos assumidos livremente pelos adeptos. Os gráficos a seguir permitem analisar o perfil religioso dos aprisionados do CPTF, com base na família, infância, juventude, vida adulta, escolha religiosa, sua importância e possível contribuição na vida egressa.

No ambiente carcerário as memórias afetivas não desaparecem, elas permanecem vivas e latentes, no gráfico abaixo é possível observar traços da história religiosa dos indivíduos desde a infância, em percentuais.

GRÁFICO 12 - Frequência ao templo religioso quando criança



Fonte: A autora.

39% dos entrevistados não só eram levados à igreja, como foram até batizados, logo na primeira infância. A maior parte desses detentos é proveniente de famílias católicas apostólicas romanas; 26% disseram que iam sempre a igrejas evangélicas do movimento pentecostal; 19% afirmaram que nunca frequentaram templos religiosos na infância; 16%

<sup>218</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985, p. 18.

declararam ir esporadicamente a igrejas variadas (protestantes, evangélicas pentecostais, católicas e do movimento espírita).

Em uma pergunta mais subjetiva, semiaberta, indagou-se sobre a religião ou templo aonde os pais costumavam levá-los. 34% dos entrevistados afirmaram que eram conduzidos a igrejas do movimento pentecostal; 32%, a templos católicos; 6%, a casas espíritas; 3% dos detentos disseram que não eram levados a nenhum movimento religioso, percebendo-se ainda a negação de religiões de raiz africana. Apesar dessa negação, a pesquisadora percebeu nos entrevistados traços de religiões de raiz africana, como colares de contas, práticas da roda de capoeira e as famosas mandingas. As religiões afro-brasileiras, como se sabe, muitas vezes parecem sofrer rejeição por vergonha, pois historicamente foram demonizadas e acabaram por silenciar seus seguidores a ponto de impedir-lhes a expressão da religiosidade, o que quase levou ao seu desaparecimento em determinadas regiões do país.

E isso não se deu ao acaso, para Prandi, cultura e religião estão muito interligadas, a ponto de se confundirem, no passado e ainda hoje, pois cada sociedade tem maneiras bem distintas de conceituar e definir religião e cultura.<sup>219</sup>

Entretanto, Ramos aponta para os “modernos métodos” da antropologia cultural, em especial nos estudos sobre as populações africanas realizados no século XIX que seguiam orientações evolucionistas, visto que a nascente antropologia foi dominada pela estreita perspectiva do evolucionismo unilinear que servia apenas para apontar os negros africanos como inferiores.<sup>220</sup>

Laraia esclarece que,

por detrás de cada um destes estudos predominava então, a ideia de que a cultura desenvolveu-se de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas “sociedades mais avançadas”. Desta maneira, era fácil estabelecer uma escala evolutiva que não deixava de ser um processo discriminatório, através do qual as diferentes sociedades humanas eram classificadas hierarquicamente, com nítida vantagem para as culturas europeias. Neste caso, etnocentrismo e ciência marchavam juntas.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*. vol.18, n.52, pp. 223-238. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

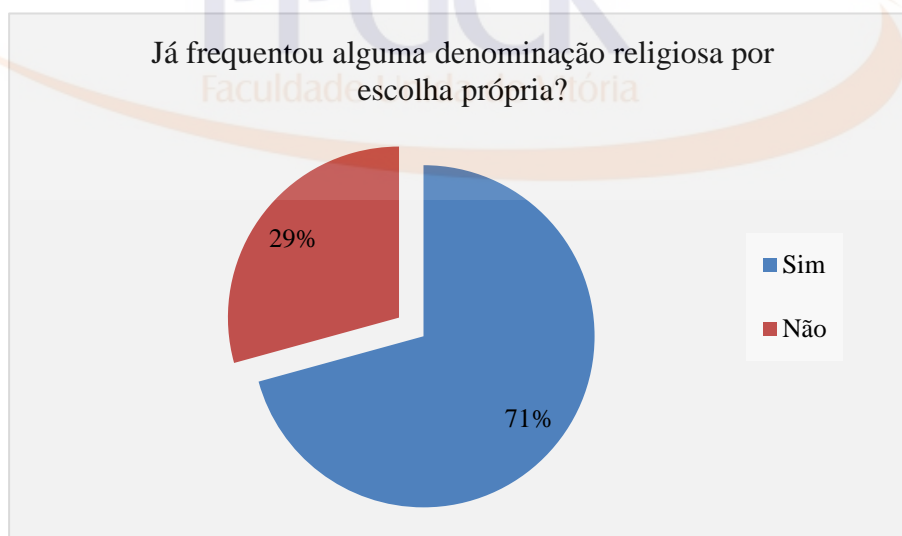
<sup>220</sup> RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo. O negro brasileiro III*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1946. p. 42. Disponível em: <[www.brasiliana.com.br/obras/culturas-negras-no-novo-mundo/pagina/9/texto](http://www.brasiliana.com.br/obras/culturas-negras-no-novo-mundo/pagina/9/texto)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>221</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. p. 38.

O campo científico, do evolucionismo foi duramente criticado, pois para alguns antropólogos como Franz Boas “não seria possível conceber o progresso humano num sentido linear”.<sup>222</sup>

Esclarecemos em Laraia que cultura é este todo complexo, que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou habilidade.<sup>223</sup> E, portanto, para não delongarmos na discussão vamos a Ribeiro que afirma que a identidade social brasileira é marcada pela multiplicidade de culturas étnicas e suas raízes históricas, e, portanto, é importante ressaltar as contribuições dos negros africanos para a cultura e a religiosidade brasileira.<sup>224</sup> De acordo Ribeiro, os negros trazidos principalmente da costa ocidental da África, e numa diáspora forçada vieram parar em terras brasileiras e trazendo como herança a religião, o culto aos orixás, ou seja, em uma época em que era indispensável ser católico no Brasil para ter legitimidade social, os negros recriaram, em solo brasileiro, as religiões africanas, como traço de luta e resistência a sua religiosidade.<sup>225</sup> E ainda que discretamente, ela se faz presente no CPTF.

GRÁFICO 13 - A escolha religiosa



Fonte: A autora.

Os dados desse gráfico apontam para a experiência do sagrado pelo indivíduo, ou seja, o reconhecimento de uma ação sobrenatural. Mas também revela a influência de terceiros:

<sup>222</sup> BOAS, *apud* LARAIA, 2001, p. 39.

<sup>223</sup> LARAIA, 2001, p. 32.

<sup>224</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>225</sup> RIBEIRO, 1995.

muitos disseram ter recebido convites para irem a determinadas religiões e se converterem, especialmente pelo constante conflito social a que sempre estiveram expostos.

Não é intenção aqui discutir o caráter genuíno ou falso da conversão, que constitui uma experiência subjetiva. O que importa é destacar que 71% dos detentos entrevistados, segundo eles, viram na busca da religião a oportunidade de mudança de vida. A religião, portanto, foi apontada como forte aliada no controle da criminalidade.

Embora muitos possam duvidar da sinceridade dessa conversão, um fato importante percebido durante as visitas e entrevistas com os apenados foi a motivação religiosa interior, caracterizada pelo cuidado ao referir-se ao transcendente, com os objetos de culto e até mesmo a disposição dos membros das igrejas dos pátios “A” e “B” de organizarem os momentos de cultos, festividades (festa de aniversário das igrejas dos pátios) e sacramentos (batismo e casamento).

Alves explica, a partir da psicanálise, que somos seres com rachaduras, fendidos, e vivemos atormentados por uma guerra sem fim, chamada neurose na qual somos adversários de nós mesmos. Se por um lado habita em nós uma luz diurna que “representa a legalidade e veste as máscaras de uma enorme campanha teatral”,<sup>226</sup> e nos faz desempenhar papéis reconhecidos e respeitados, que vão desde de “marido fiel, esposa dedicada, profissional competente, pai compreensivo, velho sábio e paciente”,<sup>227</sup> somos, também, capazes de transgredir as regras que conduzem a harmonia social, como também os as leis e seus códigos, e, isso provoca punições que estigmatizam e trazem dor. Entretanto, ocultada nas “máscaras, está um outro ser, amordaçado, em ferros reprimido, recalçado, proibido de fazer o que deseja, sem permissão para ver a luz do sol, condenado a viver das sombras”.<sup>228</sup>

Observou-se também que a religião parece, na compreensão dos detentos, a única “válvula de escape” realmente segura, e repetidas vezes se ouve que o encarceramento foi providência de Deus. Não obstante, é fácil lembrar que “a religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, sua solene completude, sua justificação moral, seu fundamento universal de consolo e legitimação”,<sup>229</sup> que dá ao excluído a ilusão de que o sofrimento é “vontade de Deus”. O sujeito mal se pergunta que deus é esse que permite que se mate e condena o outro ao inferno da prisão. Submerso nos dogmas

---

<sup>226</sup> ALVES, 2014, p. 88.

<sup>227</sup> ALVES, 2014, p. 89.

<sup>228</sup> ALVES, 2014, p. 88.

<sup>229</sup> ALVES, 2014, p. 79.

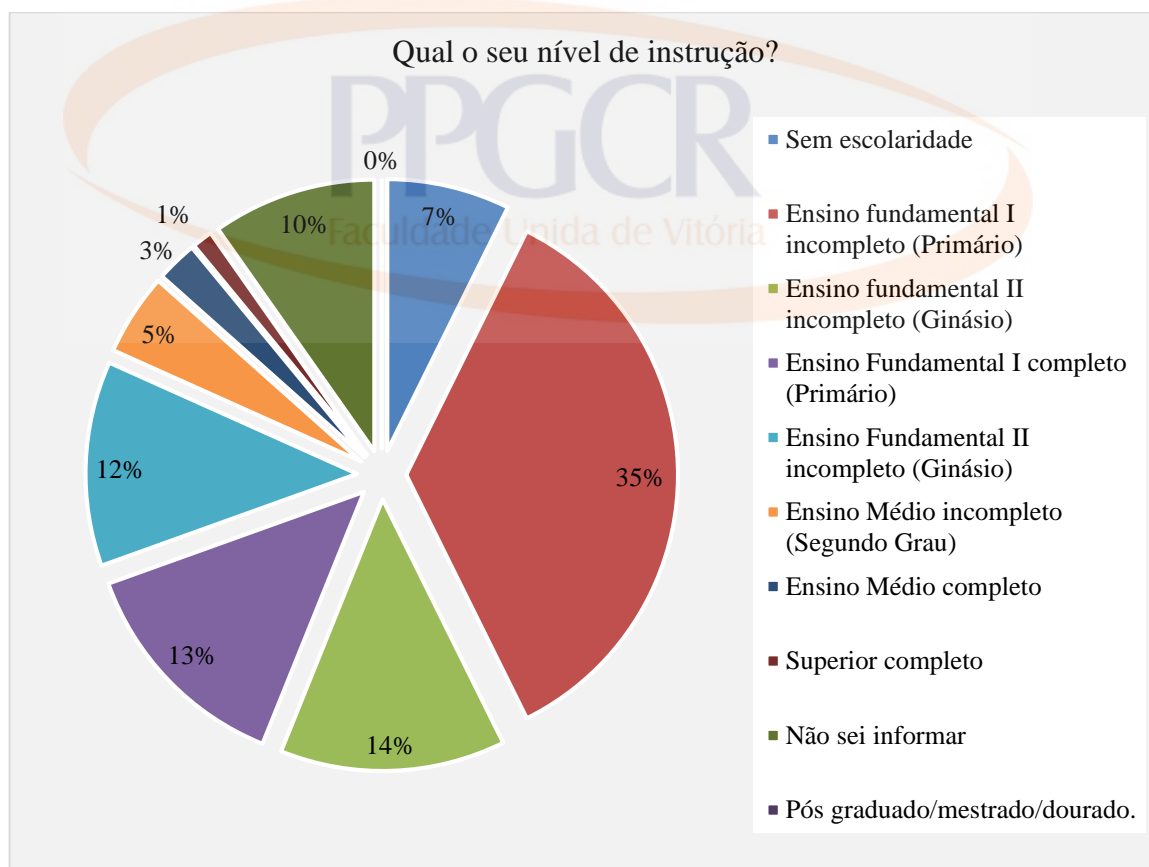


catequéticos da fé. O encarcerado precisa acreditar que estar ali foi providência divina, e não consequência de seus atos.

Tudo seria mais simples se a repressão estivesse localizada fora de nós e o desejo dentro alojado dentro nós. Pelo menos, dessa forma, os inimigos estariam claramente identificados e separados. Entretanto, a psicanálise afirma que, se é verdade que a essência da sociedade é a repressão do indivíduo, a essência do indivíduo é a repressão de si mesmo. Somos dois lados do combate. Perseguidor e perseguido, torturador e torturado. Não é exatamente isso que experimentamos no sentimento de culpa? Somos nossos próprios acusadores[...].<sup>230</sup>

Pela representação convincente de nossas” máscaras teatrais recebemos recompensas de status, respeito, poder e dinheiro”.<sup>231</sup> O que nos mantém fora dos aparelhos repressivo é a capacidade que temos de controlar nossos instintos, desejos, de nada adianta aparatos de repressão ou censura se os impulsos que levam a transgredir forem mais fortes.

GRÁFICO 14 - Nível de Instrução



Fonte: A autora.

<sup>230</sup> ALVES, 2014, p. 89.

<sup>231</sup> ALVES, 2014, p. 88.

7% dos entrevistados não têm escolaridade; 35% estudaram até o ensino fundamental I, sem, contudo, completá-lo; 14% chegaram ao fundamental II, mas não o terminaram; 13% completaram o fundamental I; 12% concluíram o fundamental II; 5% chegaram ao ensino médio, embora não o tenham completado; 3% completaram o ensino médio; e 1% afirmou ter o ensino superior completo; 10% dos entrevistados não souberam informar.

91% dos internos admitiram que, antes de serem presos, frequentavam a escola, enquanto 9% disseram que não. 75% deles declararam já ter frequentado as aulas do CPTF, e 25% disseram nunca terem participado das aulas ali ministradas. Dos 91% que afirmaram já ter frequentado 52% afirmaram que já tiveram que escolher entre trabalhar ou estudar.

Segundo Frigoto os homens da classe operária têm desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Já os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro.<sup>232</sup>

Nesse sentido Pinto, chama a atenção para algumas observações com relação a EJA, segundo o autor “Na medida em que a sociedade vai se desenvolvendo, a necessidade da educação de adultos se torna mais imperiosa”.<sup>233</sup> A sociedade se apressa em educá-los não porque é moralmente correto, mas muito mais “porque passa a ser uma exigência econômica”, qualificação de mão de obra.

Bourdieu, revela que os filhos de quadros superiores e de profissionais liberais constituem 57% das escolas politécnicas, 54% da escola normal superior, 47% da escola central e 44% os institutos de estudos políticos e diante dos dados expostos por ele e os pesquisados no CPTF não seria exagero afirmar que há uma propensão proposital que insiste em excluir os excluídos e reafirmar os incluídos em suas camadas sociais ou zona de conforto, e o que é pior, de forma cômoda, aparentemente natural, dando a impressão de que vivemos numa sociedade de cascas onde o trabalhador deve ficar numa situação de subserviência para a classe dominante.

<sup>234</sup>

Freire percebe o educador como ser dialético e a educação como uma ação transformadora, “uma educação em que pelo seu conteúdo e pelo seu método permita ao educador ajudar o homem a ajudar-se, a fazer-se gente de própria recuperação”,<sup>235</sup> havendo, a

<sup>232</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho e conhecimento, dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.

<sup>233</sup> PINTO, Vieira, Álvaro. *Sete Lições Sobre Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 81.

<sup>234</sup> BOURDIEU, P. A. Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>235</sup> FREIRE, apud CEARON, 2011, p. 38-39.

partir de sua criticidade uma transformação e se essa ação não refletir na sociedade de nada adiantou o percurso.

Quanto a relevância da educação no espaço prisional o relatório do INFOPEM concluiu a partir da literatura criminológica que aquilo que intuitivamente se sabia sobre a população prisional no Brasil, quanto maior a escolaridade maior e mais forte é o fator protetivo. E afirma que manter os jovens na escola pelo menos até o término do fundamental pode ser uma das políticas de prevenção mais eficientes para a redução da criminalidade e, por conseguinte, da população prisional.<sup>236</sup> “O que só coaduna com o pensamento freiriana, de que se a educação não muda a sociedade tampouco a sociedade muda sem ela”.<sup>237</sup>



---

<sup>236</sup> INFOPEM, 2014, p. 46.

<sup>237</sup> FREIRE, 1983.

## CONCLUSÃO

Foi desafiador trabalhar em uma única pesquisa com temática(s) tão relevante(s) como educação/religião, entrelaçadas no ambiente prisional. Angústias e recomeços estiveram presentes no desenrolar da pesquisa.

É crucialmente adentrar o ambiente prisional, escutar depoimentos, pedidos, reclamações e notar que nada resta ao interno senão sua fé. Como também são angustiantes os muitos equívocos cometidos na interpretação bíblica. É estarrecedor, particularmente que tenham jogado um indivíduo do pavilhão superior no pátio por não ter cumprido a regra da igreja.

É difícil admitir que não se chegou aonde se queria, mas necessário para ocasiões futuras. O caminho trilhado foi longo e doloroso, mas a compreensão do ambiente pesquisado foi compensadora, permitindo descobertas interessantes e de grande valia sobre a condução da fé em um terreno considerado hostil e de pouco acesso.

O fato de 71% dos entrevistados já terem frequentado templos religiosos por escolha própria e ainda se declararem evangélicos por si só torna conveniente alertar sobre a questão do nominalismo religioso crescente no país, onde a teoria não corresponde de fato à experiência religiosa. A grande maioria dos entrevistados se declara cristã, e um questionamento profundo surge em meio ao comportamento dúbio: qual o papel da religião no processo de transformação social?

Um fenômeno comum no Brasil é o crescimento dos sem religião, que também se evidenciou na unidade. Pertencem a esse grupo não adeptos e católicos não praticantes, bem como pessoas que se declaram evangélicas sem filiação a nenhuma denominação. Também compõem esse estrato os decepcionados com a fé e os ateus que não quiseram manifestar sua posição. Estão ausentes os religiosos representantes das religiões afro-brasileiras, quer por rejeição à pesquisa, quer por vergonha de expressar sua religiosidade, ou mesmo por uma questão estatística, visto que é um grupo religioso minoritário que ainda sofre discriminação no país.

Foram verificadas a importância da manifestação religiosa e a relação com o aspecto emocional dos detentos, a sensação de segurança dos sujeitos.

O comportamento religioso, a oração e a música recebem destaque, pelo amparo que conferem aos fiéis em suas necessidades psíquicas. De modo que a assistência religiosa no ambiente carcerário tem efeito terapêutico, conferindo a sensação de conforto e a conformidade com a situação. Produz tranquilidade por criar a expectativa de mundo sobrenatural que ultrapassa as cortinas de ferro e busca os céus. Observa-se então que a religião, com seus

dogmas doutrinários e alienantes, traz limite e conformidade: mesmo se dizendo “inocente”, o indivíduo afirma que Deus o colocou naquela situação e ainda consegue conceber uma expectativa positiva de futuro, gerando um novo sentido de existência.

A vida religiosa foi apontada pelos detentos como uma nova oportunidade de mudança de vida, como oportunidade de ressignificação de sua vida pessoal e comunitária.

Se bem executados, os valores éticos e morais das religiões podem exercer um papel formativo importante no processo de ressocialização, contribuindo para a transformação social, à medida que busca provocar perspectivas e produzir mudanças significativas no comportamento pessoal e social dos detentos.

São notáveis as manifestações de fé por meio de revelações do sagrado, que constituem um caminho para o recomeço além dos muros prisionais, especialmente daqueles com baixa escolaridade. Entretanto, a escola não pode e nem deve ser uma extensão do sagrado, assim como o ambiente prisional não deve ser vertente para uma única religião, mas um espaço para as religiões, dadas a pluralidade religiosa de Teixeira de Freitas, a diversidade brasileira e a laicidade do Estado.

Não se pode promover o resgate de valores culturais de uma identidade cultural religiosa única, mesmo no ambiente prisional, pois a Constituição brasileira garante aos indivíduos a liberdade de crer e de não crer. Embora cumpram pena, os internos não deixaram de ser regidos pela Carta Magna do país.

O rico material amealhado poderá ser utilizado como importante ferramenta para ações futuras, movendo pesquisadores a refutar ou corroborar as discussões apresentadas, que não pretendem ser totalizadoras, mas passíveis de futuras considerações ou de novas análises ou leituras.

Para finalizar é importante destacar a importância dada a escola e como ela tem funcionado como um atrativo para a produção intelectual dos estudantes, internos do CPTF. Viu-se que a partir dela que é estimulada a participação no ENEM, promove gincanas culturais e esportivas e devolve no detento uma perspectiva de vida futura. Além de ampliar o horizonte literário. A escola naquele espaço acabou por ser também um local onde o preso sente-se livre para expressar seus dramas e angustias, mas, mais que isso deixou de ser apenas remissão e passou a ser certeza de conquistas extramuros, uma vez que pude presenciar a alegria de um interno, que além de aluno da escola era membro da Igreja Pentecostal Atrás das Grades, por conseguido nota no PROUNI e assim conseguir matricular-se UFSB no curso de Humanidades. Semeando um rastro de esperança para aos demais aprisionados a partir da educação.

Quanto os espaços para escola ou capela no conjunto penal entra mais uma vez entra em cena o jeitinho brasileiro, são celas que viram salas ou celas que abrigam capelas onde o detento vira pastor e o pastor vira detento, não necessariamente nessa ordem. Educação e religião a muito caminham de braços dados, mas no sistema prisional acaba tornando uma necessidade para a sobrevivência de ambas. A religião que aliena é a mesma que liberta das mazelas sociais e da criminalidade.



## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ESTADO. *Levantamento aponta que maioria dos presos no Brasil são jovens, negros e pobres*. 2015. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/06/23/interna\\_nacional,661171/Levantamento-aponta-que-maioria-dos-presos-no-brasil-sao-jovens-negro.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/06/23/interna_nacional,661171/Levantamento-aponta-que-maioria-dos-presos-no-brasil-sao-jovens-negro.shtml)>. Acesso em: 17 mai. 2016.
- ALVES, E. *Teixeira é o 9º município mais violento do país segundo estudo do Ministério da Justiça*. 2013. Disponível em: <<https://liberdadeneews.com.br/index.php/policia/5331-teixeira-de-freitas-e-o-9-municipio-mais-violento-do-pais-segundo-estudo-do-ministerio-da-justica>>. Acesso em: 05 ago 2016.
- ALVES, M. A.; TAVARES, A. Do surgimento do setor informal às delimitadas formas contemporâneas de informalidades. In: RICARDO, A. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ALVES, R. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulus, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O que é religião?* 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- AZEVEDO, Eduardo, José. As relações de poder no sistema prisional. *Revista Sociologia Jurídica*. Ano VIII, nº 18, 1999, n.p. Disponível em: <<https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/as-relacoes-de-poder-no-sistema-prisional/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de Luiz Roberto Benedetti e Jose Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.
- \_\_\_\_\_. LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel Editora, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo, Perspectiva. 1998. p. 48.
- \_\_\_\_\_. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, R. B. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1998.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Lei nº 12.015/2009*. Dispõe sobre os crimes hediondos. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)*. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 05 ago 2016.

\_\_\_\_\_. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial*. 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>>. Acesso em: 23 jun 2016.

BRETAS, V. *As 250 cidades mais violentas do Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/as-250-cidades-mais-violentas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

CARNELUTTI, F. *As misérias do processo penal*. São Paulo: Servanda Editora, 2010.

CARRANO, P. *Educação de Jovens e Adultos e Juventude: O desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”*. 2007. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/go/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos%20e%20Juventude%20-%20Carrano.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CEARON, N. M. *Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - PRAJA: visão do aluno*. Salvador: Eduneb, 2011.

COHN, G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA JÚNIOR, P. J. *Curso de Direito Penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CROATTO, J. S. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. Tradução de Carlos Maria Vasquez Gutierrez. São Paulo: Paulinas, 2001.

DIAS, C. C. N. *A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão*. São Paulo: Humanitas, 2008.

DIMENSTEIN, G. *Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

EBC AGÊNCIA BRASIL. *Um em quatro brasileiros usa o ônibus com principal meio de transporte*. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa mostra que 58 % da população brasileira usam internet*. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-que-58-da-populacao-brasileira-usam-internet>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA. *Resolução CEE nº 43, de 14 de julho de 2014*. Dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado-BA. Salvador: 2014. Disponível em:



<[http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_CEE\\_N\\_43\\_2014\\_e\\_PaRecer\\_CEE\\_N\\_113\\_2014.pdf](http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_43_2014_e_PaRecer_CEE_N_113_2014.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2016.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P.; FAUDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GENTILI, P. *Desencanto e Utopia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, R. et al. *Êxitos e limites na prevenção da violência*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp/Claves/Hucitec, 2013.

GONÇALVES. *Assistência religiosa e suas barreiras: Uma leitura à luz da LEP e do sistema prisional*. 2011. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/assistencia-religiosa-e-suas-barreiras.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

GRECO, R. *Direitos humanos, sistema prisional e alternativas à prisão de liberdade*. São Paulo: Saraiva, 2011.

GROOME, H. T. *Educação Religiosa Cristã*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE divulga renda domiciliar per capita 2014. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Mulheres no Mercado de trabalho: perguntas e respostas*. 2010. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp.pdf](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2017.

II SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES. *Coletânea de textos legais*. Salvador - BA: 2012. Disponível em: <[institucional.educacao.ba.gov.br/secretaria-da-educacao-realiza-ii-seminario-educac](http://institucional.educacao.ba.gov.br/secretaria-da-educacao-realiza-ii-seminario-educac)>. Acesso em: 04 set. 2016.

LARAIA, B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Teologia da libertação: roteiro didático para um estudo.* São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. *Educação*, v. 32, n. 2, p. 319-326, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/675/485>. Acesso em: 27 jul. 2016.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos.* São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. *A ideologia alemã: Feuerbach.* São Paulo: Centauro, 1984.

MEDEIROS, A. Humanização versus Desumanização: reflexões em torno da Pedagogia do Oprimido. *Revista Reflexões*, 2, n. 3, 2013. Disponível em: <http://revistareflexoes.com.br/revistas/>. Acesso em: out nov. 2016.

MELO, Flávia Valéria C. B. A Experiência Neopentecostal na Prisão: Uma discussão sobre efervescência religiosa, racionalidade e secularização. *Revista aulas*. n.4, p. 1-17, 2007. Disponível em: [http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I4\\_8.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I4_8.pdf). Acesso em: 11 ago. 2017.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais.* São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, MCS. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, M.C.S. ASSIS, SG.(Orgs.) *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 17-43, 2011.

\_\_\_\_\_. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRABETE, J. F. *Execução Penal.* 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRCEA, E. *O sagrado e o profano: a essência das religiões.* Tradução de Rogério Fernandes. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NARAYAN, D. E. A. *Voices of the Poor. Can Anyone Hear Us?* Oxford: Oxford, 2000a.

NUCCI, G. S. Manual de Execução Penal. *Revista dos Tribunais.* São Paulo, 2011.

ORWELL, G. *Revolução dos bichos.* São Paulo: Globo, 2000.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Quem somos.* Disponível em: <http://carceraria.org.br/quem-somos#>. Acesso em: 11 mai 2016.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*. vol.18, n.52, pp. 223-238. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PRUDENTE, N. *Sistema prisional brasileiro: desafios e soluções*. s.d. Disponível em: <<https://neemiasprudente.jusbrasil.com.br/artigos/121942832/sistema-prisional-brasileiro-desafios-e-solucoes>>. Acesso em: 01 mai 2016.

RAÍSSA, F. *Teixeira de Freitas está entre as cidades mais violentas do Brasil*. 2012. Disponível em: <<https://jornalalerta.com.br/teixeira-de-freitas-esta-entre-as-cidades-mais-violentas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

RAMOS, Arthur. As culturas negras no novo mundo. O negro brasileiro III. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1946. p. 42. Disponível em: <[www.brasiliana.com.br/obras/culturas-negras-no-novo-mundo/pagina/9/texto](http://www.brasiliana.com.br/obras/culturas-negras-no-novo-mundo/pagina/9/texto)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, J.. *Manual de Direito Penal*. 4. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2010.

SILVA, A. O. *Reflexões sobre a intolerância*. 2004. Disponível em: <<https://antoniozai.wordpress.com/2011/03/12/reflexoes-sobre-a-intolerancia-2/>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SIQUEIRA, Conselheiro Vânia. *Vidas abandonadas, crime violência e prisão*. São Paulo: FAPESP, 2011.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2006, p. 86.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura e Realidade Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 21.

SILVA, R.; MOREIRA, F. A. *Educação em prisões: apontamentos para um projeto político pedagógico*. 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_isoref&pid=MSC0000000092012000200026&lng=en](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=MSC0000000092012000200026&lng=en)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SODRÉ, M. *Sociedade, Mídia e Violência*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOUZA, Maria Elena Viana. *Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: espaços para discussão ética de alteridade*. Campinas: HISTEDBR, 2005. p. 19

VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2001.

## ANEXOS

## ANEXO A: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES



O questionário a seguir será aplicado a cinquenta internos do Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-BA, Ala “A” e “B” e será usado como aporte para análise de dados da Pesquisadora Meiriane Moreira dos Santos Schaper, aluna do Programa de Mestrado em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, sob orientação do Professor Dr. José Mário Gonçalves.

## Questionário Socioeconômico e Educacional

1 - **Sexo:** Masculino ( ) Feminino ( )

2 - **Qual a sua idade?**

- a) ( ) 18 a 21 anos
- b) ( ) 22 a 26
- c) ( ) de 27 a 31 anos
- d) ( ) mais de 32 anos a 41
- e) ( ) mais de 42 anos 61
- f) ( ) mais de 62 anos 81

3 - **Assinale a alternativa que identifica a sua cor/raça/etnia:**

- a) ( ) Branca
- b) ( ) Preta
- c) ( ) Parda
- d) ( ) Amarela
- e) ( ) Indígena

4 - **Estado civil:**

- a) ( ) Solteiro
- b) ( ) Casado

- c)  Viúvo (a)
- d)  Separação legal (judicial ou divórcio)
- e)  Outro \_\_\_\_\_

**5 - Caso possua filhos menores de 6 anos, quanto são?**

- a)  Não possuo filhos
- b)  Um
- c)  Dois
- d)  Três
- e)  Quatro
- f)  Não possuo filhos menores de seis anos \_\_\_\_\_

**6 - Qual o estado em que nasceu? \_\_\_\_\_**

**7 - Qual cidade/estado de origem? \_\_\_\_\_**

**8 - Em relação à moradia da família:**

- a)  Mora em casa própria
- b)  Não tem casa própria
- d)  Outra situação: \_\_\_\_\_

**9 - Qual o nível de instrução de seu pai?**

- a)  Sem escolaridade
- b)  Ensino fundamental (1º grau) incompleto
- c)  Ensino fundamental (1º grau) completo
- d)  Ensino médio (2º grau) incompleto
- e)  Ensino médio (2º grau) completo
- f)  Superior incompleto
- g)  Superior completo
- h)  Pós-graduado
- I)  Mestrado/doutorado
- j)  Não sei informar

**10 - Qual o nível de instrução de sua mãe?**

- a)  Sem escolaridade
- b)  Ensino fundamental (1º grau) incompleto
- c)  Ensino fundamental (1º grau) completo
- d)  Ensino médio (2º grau) incompleto
- e)  Ensino médio (2º grau) completo
- f)  Superior incompleto
- g)  Superior completo
- i)  Mestrado ou doutorado
- j)  Não sei informar

**11 - Quantos carros existem em sua residência?**

- a)  Nunca teve carro
- b)  No momento nenhum
- c)  Um
- d)  Dois
- e)  Três
- f)  Quatro ou mais

**12 - Quantos computadores há em sua casa?**

- a)  Nunca teve
- b)  Já teve, mas não tem mais
- c)  Apenas um sem acesso à internet
- d)  Apenas um com acesso à internet
- e)  Mais de um sem acesso à internet
- f)  Mais de um com acesso à internet

**13 - Assinale a renda familiar mensal de sua casa:**

- a)  Até 260,00
- b)  De R\$ 261,00 a R\$ 780,00
- c)  De R\$ 781,00 a R\$ 1.300,00
- e)  De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.820,00
- g)  De R\$ 1.821,00 a R\$ 2.600,00
- h)  De R\$ 2.601,00 a R\$ 3.900,00
- i)  de R\$ 3.901,00 a R\$ 5.200,00
- j)  De R\$ 5.201,00 a R\$ 6.500,00
- h)  De R\$ 6.501,00 a R\$ 7.800,00
- i)  Mais de R\$ 7.800,00

**14 - Você é o único responsável pela renda da sua casa?**

- a)  Sim b)  Não c)  Nunca ( ) No momento não

**15 - Quantas pessoas contribuem para a obtenção da renda familiar?**

- a)  Uma
- b)  Duas
- c)  Três
- d)  Quatro
- e)  Cinco
- f)  Mais de cinco

16 - **Quantas pessoas são sustentadas com sua renda familiar?**

- a)  Uma
- b)  Duas
- c)  Três
- d)  Quatro
- e)  Cinco
- f)  Mais de cinco

17 - **Com relação a sua atividade remunerada mensal:**

**Já teve trabalho formal?**

- a)  Sim/com carteira assinada
- b)  Não somente informal (bicos)
- c)  Nunca tive oportunidade de trabalhar
- d)  fui detido antes de conseguir meu primeiro emprego

18 - **Costumava ir à igreja quando criança?**

- a)  Nunca
- b)  Sim e fui até batizado quando criança
- c)  Esporadicamente/de vez em quando
- d)  Sempre

19 - **Qual religião seus pais costumava levar você?**

- a)  Nenhuma
- b)  Católica
- c)  Espírita
- d)  Afro \_\_\_\_\_
- e)  Protestante (Luterana, Presbiterana, e outras) \_\_\_\_\_
- f)  Evangélica (assembleia, pentecostal e outras) \_\_\_\_\_

20 - **Com qual frequência você ia a igreja?**

- a)  Só me levaram para o batizado, pois batizei quando criança
- b)  Mais de quatro vezes ou mais no mês
- c)  Mais duas
- d)  Uma vez
- e)  Quase nunca
- f)  Nunca

21 - **Já frequentou alguma religião por escolha própria**

- a)  Sim b)  Não

Qual \_\_\_\_\_

**22 - Em que momento da sua vida sentiu que estava envolvido com algo que pudesse levá-lo à prisão:**

- a)  Desde a infância. Pois sempre tive atração por coisas erradas;
- b)  Pressão do grupo quando adolescente;
- c)  Na minha adolescência ;
- d)  Tive uma infância e adolescência tranquila e só me envolvi com “coisas erradas” em minha vida adulta;
- e)  Não acho que o que fiz foi errado, minha prisão foi injusta.

**23 - Há quanto tempo está preso?**

- a)  Menos de 1 ano
- b)  De 1 à 5 anos
- c)  De 5 a 10 anos
- d)  10 anos Ou mais

**24 - Antes de ser preso já tinha tido passagem pela polícia?**

- Sim  Não

**25 - Você foi preso sob qual acusação?**

- a)  Crime sexual
- b)  Roubo
- c)  Homicídio
- d)  Outros \_\_\_\_\_

**26 - Já foi sentenciado?**

- a)  Sim b)  Não

**27 - Quais as denominações religiosas costumam vir desenvolver trabalhos aqui na Unidade Prisional?**

- a)  Nenhuma
- b)  Católica
- c)  Espírita
- d)  Afro \_\_\_\_\_
- e)  Protestante (Luterana, Presbiterana, e outras) \_\_\_\_\_
- f)  Evangélica (assembleia, pentecostal e outras) \_\_\_\_\_

**28 - Conhece a Igreja do Pátio?**

- Sim  Não

**29 - Frequenta a Igreja do Pátio?**

- Sim  Não



30 - **Quantas vezes você costuma ir igreja?**

- a)  Todo dia
- b)  Quatro vezes ou mais por semana
- c)  Mais de duas por semana
- d)  Uma vez
- e)  Quase nunca
- f)  Nunca

31 - **Você acha que a religião contribui para a mudança de comportamento?**

- Sim  Não

Por quê? \_\_\_\_\_

32 - **Quais as denominações religiosas costumam fazer trabalho aqui no presídio?**

- a)  Nenhuma
- b)  Católica
- c)  Espírita
- d)  Afro \_\_\_\_\_
- e)  Protestante (Luterana, Presbiterana, e outras) \_\_\_\_\_
- f)  Evangélica (assembleia, pentecostal e outras) \_\_\_\_\_

33 - **Com qual delas se identifica mais:**

- a)  Nenhuma
- b)  Católica
- c)  Espírita
- d)  Afro \_\_\_\_\_
- e)  Protestante (Luterana, Presbiterana, e outras) \_\_\_\_\_
- f)  Evangélica (assembleia, pentecostal e outras) \_\_\_\_\_

**ANEXO B: LEVANTAMENTO DO VOCABULÁRIO PRISIONAL - CPTF**

- 1- Amuar: dormir
- 2- Baba: jogar bola
- 3- Barrio: inteligente
- 4- Bater um bode: dormir
- 5- Boi babando: banheiro desocupado
- 6- Boi: vaso sanitário
- 7- Broca: fome
- 8- Caozeiro: mentiroso
- 9- Carro do suco ou suco ou moto do suco: transporte do matador
- 10- Catatumba: espaço debaixo da cama
- 11- Catitu: homem valente
- 12- Catuque/catatau: carta/bilhete/ mensagem
- 13- Chuá: banho
- 14- Coro de jacaré: é sujeito encrenqueiro que apanha e não aprende
- 15- Dá água a jega: desocupar a cama
- 16- Dá bonde: dispensar ou transferir
- 17- Dá gelo na minha pessoa: me deixa em paz
- 18- Dá um ninja: mudar de lugar
- 19- Descer de ralo: morrer
- 20- Farracho: instrumento rústico de corte
- 21- Ganha visão: o que conhece o que acontece ao seu redor
- 22- Goela: esfomeado
- 23- Maloca: gente que fica na bagunça
- 24- Maria louca: cachaça produzida na cadeia
- 25- Miguelagem: falsidade
- 26- Moca: café
- 27- Nete: comunicação por buraco na parede das celas
- 28- Óleo do petróleo: café gostoso
- 29- Onda doída: ideias contrárias
- 30- Pacaio: cigarro de fumo
- 31- Pagar o doce: servir o doce

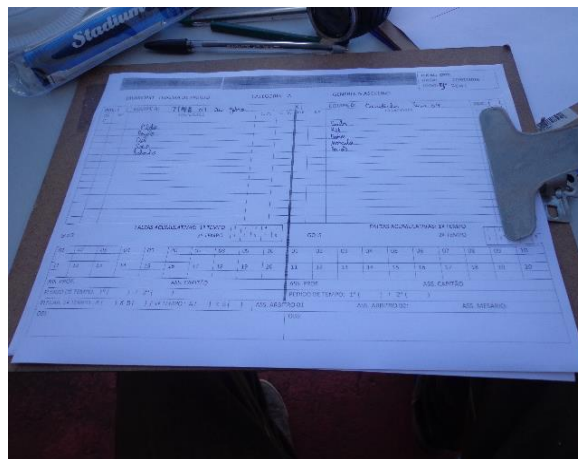
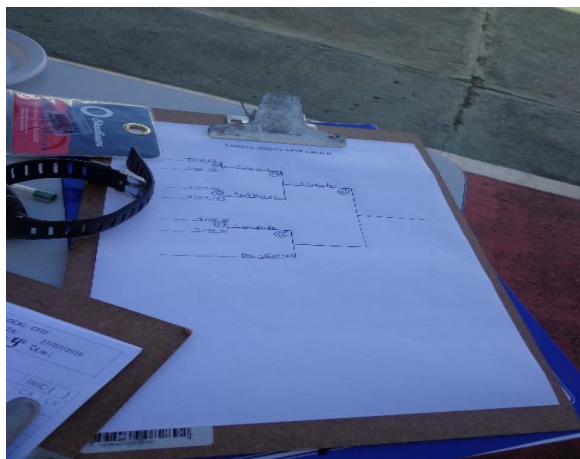
- 32- Pano: divisão na cela
- 33- Pé de pano: toma e casa com a mulher dos outros
- 34- Pé de rosa: cobrador de dinheiro
- 35- Pexero: advogado/mentiroso
- 36- Praia/pista/101: dormida no chão
- 37- Rampa: serve a comida
- 38- Siri na lata: pessoa brava valente/o mesmo que catitu
- 39- Talarico: canta a mulher do outro
- 40- Tereza: corda feita com lençol
- 41- Tomar uma ducha: banho
- 42- Trabiá: comer
- 43- Vacilão: quem erra



## ANEXO C: REGISTROS FOTOGRÁFICOS FEITOS PELA PESQUISADORA DAS ATIVIDADES COTIDIANAS DOS INTERNOS EM SUAS ATIVIDADES DENTRO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 31/01/2018.



Momento de atividade esportiva proposto pela escola Pátio A (sumula do jogo, para evitar conflitos). Evidencia-se na imagem acima um interno cadeirante acompanhado as atividades esportivas.



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 31/01/2018.

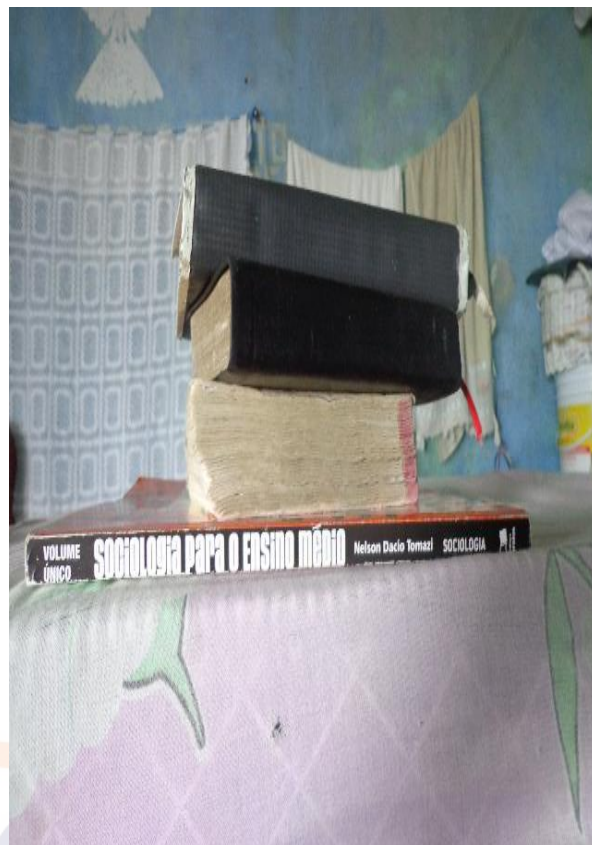
Pose para fotos, pesquisadora, professores, internos juízes e bandeirinhas, (os juízes e bandeirinhas convidados para apitar os jogos são filiados a confederação esportiva da Bahia). Fotografia feita por um interno.



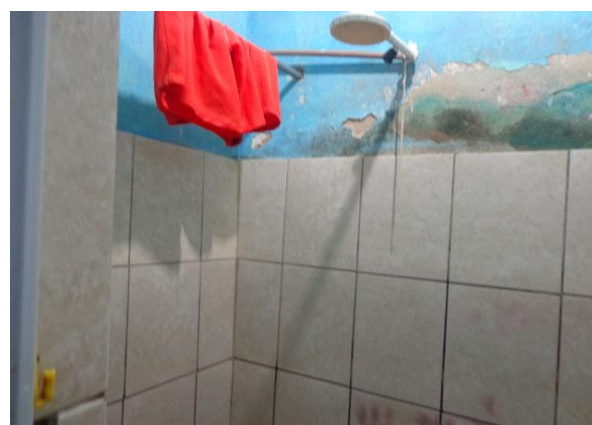
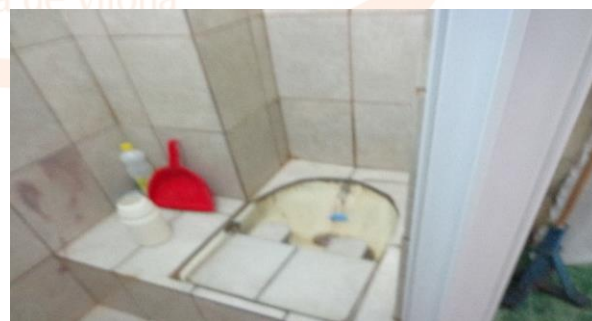
Momento de música gospel, nas atividades esportivas (a religião sempre presente).



Professoras preparando o lanche com a ajuda do interno no segundo piso do Pavilhão “A” para servir aos participantes da atividade esportiva.



Fotos cela onde mora os evangélicos e do pavilhão “A” (religião e educação, entranhados na cela/capela).



Filtro do improvisado e do sanitário (um dos poucos banheiros dos pátios com parede e piso de cerâmica) para atender as necessidades dos frequentadores da cela dos evangélicos do pátio A uma vez que é lá onde acontece todos os dias de manhã e à tarde os cultos.





Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 31/01/2018.

Membros da Igreja do Pátio "A". Jovens com idade entre 18 a 25 anos (exibindo o capricho com a bíblia, carinho e zelo com o púlpito, também foram registrado) entre beliches (chegas) a cela vira capela. Foto pesquisadora.





Momento de preparação para a cerimônia do batizado/batismo no Pátio "A". Após, enquanto o pastor anuncia as quebras de maldição, a água da cerimônia do batismo é lançada no centro do pátio do Pavilhão a cerimônia finaliza com as bênçãos do Pequeno Missionário de Deus. "A". Fotografado pela pesquisadora.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 31/01/2018.



Faculdade Unida de Vitória



Vista parcial do CPTF e oficina de costura. Imagem cedida pelo setor de atividades laborais.



Exposição de produtos produzidos no CPTF. Imagens cedidas pelo setor de atividades laborais.



Atendimento ambulatorial no Posto de Saúde do CPTF; atendimento da assistente social, sala da Assistência social; atendimento odontológico; Área do pátio de entrada do CPTF. Imagem cedida pelo setor de atividades laborais.



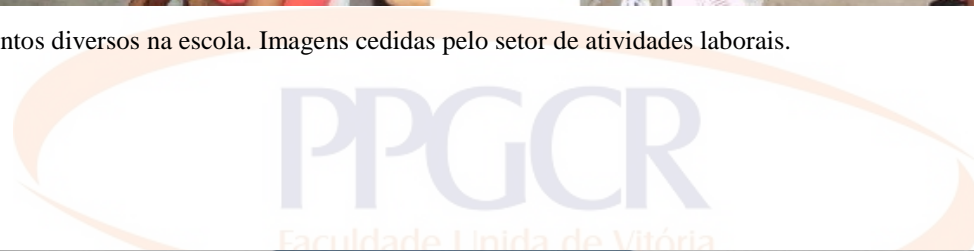
Sala de aula em festa de São João; Horta do CPTF; em um momento de atividade; Aplicação da prova ENEM. Imagem cedida pelo setor de atividades laborais.



Artesanato produzido na oficina do CPTF. Imagem cedida pelo setor de atividades laborais.



Momentos diversos na escola. Imagens cedidas pelo setor de atividades laborais.



Igreja Pentecostal atrás das Grades, Pátio "B".



Igreja Pentecostal atrás das Grades, Pátio "B".



Momento de culto Pátio "B".





Momento de culto Pátio "B".



Membros da Igreja Pentecostal Atrás das Grades. Pátio "B" e pesquisadora. Fotografado por interno.



Primeiro casamento com efeito religioso no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas. Da Igreja Pentecostal Atrás das Grades, que agora recebe uma nova nomenclatura Congregação da Igreja Resgate de Vidas.

Fonte: <http://www.sulbahianews.com.br/pastor-detento-se-casa-com-missionaria-no-presidio-de-teixeira-galeria/>